UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina

FRANCO ALEJANDRO LÓPEZ MARÍN

**Genocídio da Unión Patriótica:
uma análise da atuação do Estado colombiano**

SÃO PAULO
2018

FRANCO ALEJANDRO LÓPEZ MARÍN

**Genocídio da Unión Patriótica:
uma análise da atuação do Estado colombiano**

Versão Original

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Mestre em Ciências.

Linha de Pesquisa: Práticas Políticas e Relações Internacionais

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidí

**SÃO PAULO
2018**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L864g López Marín, Franco Alejandro
 Genocídio da Unión Patriótica: uma análise da atuação
 do Estado colombiano / Franco Alejandro López Marín ;
 orientadora Vivian Urquidí. - São Paulo, 2018.
 114 f.

 Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação
 Interunidades em Integração da América Latina. Área
 de concentração: Integração da América Latina.

 1. Violência de Estado. 2. Colômbia. 3.
 Democracia. 4. Genocídio. 5. América Latina. I.
 Urquidí, Vivian, orient. II. Título.

Nome: LÓPEZ MARÍN, Franco Alejandro

Título: Genocídio da Unión Patriótica: uma análise da atuação do Estado colombiano

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

À Luciana por estar, mas principalmente por existir.

Agradecimentos

À minha orientadora, profa. Dra. Vivian Urquidi, pela paciência, pelas trocas de ideias e por todas as recomendações durante o período de execução desta pesquisa.

Ao meu coorientador, prof. Dr. Pietro Alarcón, pela generosidade em compartilhar os conhecimentos, fundamentalmente pelas sugestões de leitura, pela sua rigorosidade e correções que foram fundamentais para o delineamento do trabalho.

A todos os funcionários da secretaria do Prolam, que me ajudaram de forma prestativa e solícita diante de qualquer dúvida.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo financiamento desta pesquisa e pela concessão da bolsa de mestrado.

A cada brasileiro anônimo que sofreu a violência de Estado e converteu-se em apenas uma cifra. E a todos os que hoje padecem mais que nunca o avanço do Estado de Exceção no país.

E principalmente à Luciana, por esse inefável sentimento que desperta em mim e me alenta a seguir.

Resumo

LÓPEZ MARÍN, Franco Alejandro. **Genocídio da Unión Patriótica: uma análise da atuação do Estado colombiano**. 2018. 114 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina / PROLAM-USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

O tema do presente trabalho de pesquisa é o estudo da violência exercida pelo Estado colombiano, tanto através da execução de ações violentas cometidas por seus agentes quanto pela omissão do governo ao impedi-las. Especificamente, o foco da análise concentrou-se no genocídio dos membros da organização política *Unión Patriótica*. Busca-se realizar uma reflexão acerca das consequências da violência para a população colombiana e para a formação de uma democracia plena no país. Desde sua independência até o surgimento como Estado-nação, a Colômbia registra inúmeras guerras civis, ainda que tenha passado por um período relativamente reduzido de ditadura. Soma-se a isso outros fatores, como a criação de grupos paramilitares que em seus primórdios atuaram com o apoio oficial dos governos, mas posteriormente passaram a ocupar uma posição de braço ilegal do Estado. Como aporte metodológico, adotou-se a pesquisa bibliográfica interdisciplinar, buscando investigar, assim, as principais noções relacionadas à violência de Estado e democracia restringida dentro do campo das Ciências Sociais, mas também realizar uma contextualização histórica da Colômbia enquanto sua formação como país, com o objetivo de possibilitar a abordagem crítica do extermínio de membros da *Unión Patriótica*.

Palavras-chave: Colômbia, democracia restringida, genocídio político, violência de Estado, Unión Patriótica.

Resumen

LÓPEZ MARÍN, Franco Alejandro. **Genocidio de la Unión Patriótica: un análisis de la actuación del Estado colombiano**. 2018. 114 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina / PROLAM-USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

El tema del presente trabajo de pesquisa es el estudio de la violencia ejercida por el Estado colombiano, tanto a través de la ejecución de acciones violentas cometidas por sus agentes como también por la omisión del gobierno en impedir las. Específicamente, el foco del análisis se concentró en el genocidio de los miembros de la organización política *Unión Patriótica*. Se pretende realizar una reflexión acerca de las consecuencias de la violencia para la población colombiana y para la formación de una democracia plena en el país. Desde su independencia hasta el surgimiento como Estado-nación, Colombia registra innumerables guerras civiles, aunque haya vivido apenas un período reducido de una dictadura. Súmase a eso otros factores, como la creación de grupos paramilitares que en sus inicios actuaron con el apoyo oficial de los gobiernos, pero posteriormente pasaron a ocupar una posición de brazo ilegal del Estado. Como aporte metodológico, se adoptó la pesquisa bibliográfica interdisciplinar, buscando investigar, así, las principales nociones relacionadas a la violencia del Estado y a la democracia restringida dentro del campo de las Ciencias Sociales, pero también contextualizar históricamente a Colombia, desde su formación como país, con el objetivo de posibilitar un abordaje crítico del exterminio de los miembros de la *Unión Patriótica*.

Palabras-claves: Colombia, democracia restringida, genocidio político, violencia de Estado, Unión Patriótica.

Sumário

Introdução.....	10
Capítulo 1: Quadro teórico de referência	13
1.1 Acepções de Estado e democracia.....	14
1.2 Violência, dominação e poder.....	27
1.3 Estado de exceção e democracia restringida.....	34
Capítulo 2: Antecedentes históricos da violência na Colômbia	38
2.1 Revoltas no século XIX.....	39
2.2 Influência dos EUA na Colômbia moderna.....	47
2.3 Do nascimento das autodefesas populares à conformação das guerrilhas	59
Capítulo 3: Caso do União Patriótica	72
3.1 Origens do partido	73
3.2 Reações frente à força do novo partido	75
3.2 Genocídio e omissão do Estado	80
Considerações finais	93
Referências	97
Apêndices	103
Apêndice A.....	104
Apêndice B.....	106
Apêndice C.....	108
Apêndice D	111
Apêndice E.....	112
Apêndice F.....	113

Introdução

A Colômbia registra desde a sua independência, no século XIX, vários conflitos sociais que resultaram em guerras civis. Mesmo no período mais recente, o país transitou durante décadas por períodos de violência civil e estatal. Os enfrentamentos entre membros de seu povo organizados em guerrilhas¹ e os episódios de brutalidade cometidos pelo governo contra os mesmos formam parte da história do país, o que fez com que a discussão sobre violência – não somente atos concretos, mas o próprio conceito em si – passasse a ser ponto obrigatório ao se pensar a política e seu surgimento como Estado-nação.

Uma das principais questões de divergência, como em quase todos os países latino-americanos, é justamente a distribuição de terras. Ou a falta dela, pois assim como em outros países a elite detentora dos meios concentra a posse das terras enquanto camponeses são oprimidos na reivindicação da sua própria subsistência.

Tal disparidade fez as comunidades rurais serem caracterizadas como *inimigo interno*² pelo Estado, que implantou uma política repressiva ampliada no decorrer das décadas. É inegável, neste processo, a ação de agentes externos. Desde os anos 1950, por exemplo, com o apoio econômico e militar dos Estados Unidos, impulsionou-se no país um tratamento contrainsurgente na abordagem que os sucessivos governos deram aos problemas sociais e políticos.

Para combater os camponeses organizados em guerrilhas, que apenas tentavam garantir seu direito à terra, o Exército adotou de forma permanente a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), além de fomentar a formação de grupos paramilitares. O resultado foi uma quantidade de mortos e desaparecidos ainda incalculáveis.

Diante de tal situação, chegou-se ao *tema da pesquisa aqui proposta, que é: o estudo da violência cometida pelo Estado colombiano, tanto através da execução de ações violentas deliberadas quanto pela omissão ao impedi-las, e suas consequências para a população e a formação de uma democracia plena.*

¹ Pietro Alarcón percebe que, na história da Colômbia, a população sempre se organizou em guerrilhas para atuar nas inúmeras guerras que aconteceram durante sua formação como país e mesmo posteriormente. O autor adota o termo “guerra de guerrilhas”, a ser explorado mais profundamente nos próximos capítulos, para demonstrar que esse tipo de atuação ocorreu mesmo antes de outros episódios históricos no mundo que utilizaram essa estratégia.

² No conceito da Doutrina Truman, que será explorado nas páginas a seguir.

Definido o tema, partiu-se para o processo de construção do objeto da pesquisa. Notoriamente, as referências à violência não estão limitadas ao passado longínquo, sendo que uma de suas expressões máximas foi o extermínio da organização política *Unión Patriótica* (nome aqui abreviado como *UP*).

O caso da UP é expressivo da violência de Estado no país, uma vez que teve assassinados dois candidatos à presidência, além de congressistas, de prefeitos e de vereadores, sem contar milhares de ativistas locais e simpatizantes. Em resumo, calcula-se que, entre 1986 e 1993, mais de mil e quinhentos militantes da UP foram assassinados na Colômbia por grupos paramilitares e agentes do próprio Estado, segundo a Anistia Internacional (1994, p. 7). Ainda conforme o organismo internacional, mais de 20 mil pessoas morreram por motivos políticos desde 1986 na Colômbia (1994, p. 7).

O genocídio foi realizado por agentes do Estado e grupos paramilitares por meio de execuções extrajudiciais, sendo considerados esses assassinatos como crimes do Estado na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). O órgão judicial autônomo acolheu uma denúncia, em 1993, contra o governo colombiano pela sua responsabilidade de ação e omissão nas mortes e desaparecimentos.

Portanto, especificamente, *o objeto da pesquisa constituiu-se em: uma análise dos impactos da ação direta do Estado colombiano frente ao genocídio perpetrado contra a organização política Unión Patriótica e sua falta de ação no sentido de evitar o extermínio.*

Constata-se que na Colômbia coexistem dois tipos de violência de Estado. Uma direta e materializada desde o governo central, que é amplamente registrada como violência de Estado. Mas há outra que o sistema interamericano tem qualificado como violência também estatal, e ocorre quando o Estado é um ator omissor, sempre que a prática do crime tem como vítimas grupos sociais identificados como inimigos do Estado.

Tematizar tal violência como consequências dessa omissão foi o foco deste trabalho, que buscou analisar os efeitos das atitudes do Estado perante a violência exercida por agentes oficiais ou grupos à margem da lei contra a UP, além de determinar o impacto que provocou no acirramento da luta armada, migração forçada e deslocamentos. Pesquisou-se também a violência de Estado e as suas manifestações principais, incluindo a função repressiva do governo e suas consequências.

Para isso, no primeiro capítulo, constrói-se o quadro teórico de referência utilizado durante a pesquisa, em que são trabalhados os conceitos relacionados ao Estado, violência, dominação, poder, estado de exceção e democracia. O segundo capítulo traz os antecedentes históricos da violência na Colômbia, desde as revoltas ocorridas no século XIX até os tempos atuais, abordando a influência dos Estados Unidos e o surgimento das autodefesas que, posteriormente, transformam-se em guerrilhas. A terceira parte traz um estudo do genocídio dos membros da organização política *Unión Patriótica*, desde suas origens, as reações frente ao seu crescimento e, finalmente, a atuação direta e indireta do Estado no assassinato de seus membros.

Capítulo 1: Quadro teórico de referência

1.1 Acepções de Estado e democracia

Os múltiplos conflitos ao longo da história colombiana, principalmente nos séculos XIX e XX, forjaram fatos que se caracterizam pela expansão da vulnerabilidade social de grande parte da sociedade. Esses episódios foram acompanhados por uma acirrada luta pelo poder pelas classes dominantes do país. Como forma de introduzir a terminologia sobre o Estado e as classes, traça-se aqui um panorama sobre os conceitos utilizados nesta pesquisa, de maneira a ofertar um quadro teórico a partir do qual seguirá a análise dos acontecimentos na Colômbia.

Entre os conceitos clássicos de Estado, destaca-se a definição do autor inglês Thomas Hobbes, que publicou originalmente em 1651 a obra “Leviatã”. Hobbes concebe o homem como um ser individualista, preso a emoções e desejos mais primitivos, sempre objetivando seu benefício próprio. Os homens se encontrariam naturalmente expostos ao uso da força para saciar as suas vontades, para proteger seus interesses ou pelo simples fato de viver em estado puro de selvageria. Consequentemente, estão em perigo e alerta de guerra permanente “se não houver um poder visível que os mantenha em atitude de respeito, forçando-os, por temor à punição, a cumprir seus pactos”, diz o autor inglês, (2015, p. 136).

Afinal, as leis naturais (tais como a justiça, a equidade, a modéstia, a piedade, enfim, o que determina que façamos aos outros o que queremos que nos façam) são contrárias a nossas paixões naturais, que nos inclinam para a parcialidade, o orgulho, a vingança e coisas semelhantes, se não houver o temor de algum poder que nos obrigue a respeitá-las. Sem a espada, os pactos não passam de palavras sem força, que não dão a mínima segurança a ninguém. (HOBBS, 2015, p. 136).

Para superar essa realidade, Hobbes afirma que se faz necessária a existência do *Leviatã*, ou seja, o Estado que deverá defender a sociedade e justificará a sua existência pela procura da paz e contra a degradação natural que existe entre os seres humanos. Assim sendo, se entregam as liberdades individuais ao soberano para que o mesmo administre e garanta o convívio saudável dentro do grupo social. Segundo a visão de Hobbes, o Estado detém o poder absoluto, ilimitado e sem outra aparente obrigação que não seja a de garantir a paz e tranquilidade dos seus “súditos”.

Isso é mais do que consentimento ou concórdia, pois é uma unidade real de todos, numa só e mesma pessoa, por meio de um pacto de cada homem com todos os homens. (...) Essa é a geração do grande *Leviatã*, ou antes (para usarmos termos mais reverentes), daquele deus mortal, a quem devemos, abaixo do Deus Imortal, nossa paz e defesa”. (...) A essência do Estado consiste nisso e

pode ser assim definida: uma pessoa instituída, pelos atos de uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, como autora, de modo a poder usar a força e meios de todos, da maneira que achar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum. (...) O titular dessa pessoa chama-se soberano, e dizemos que possui poder soberano (HOBBS, 2015, p.140).

Definição também clássica sobre o Estado moderno pertence ao sociólogo alemão Max Weber, que define que:

O Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território – este, o "território", faz parte da qualidade característica –, reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima, pois o específico da atualidade é que a todas as demais associações ou pessoas individuais somente se atribui o direito de exercer coação física na medida em que o Estado o permita. Este é considerado a única fonte do "direito" de exercer coação. (WEBER, 2004, p. 525-526).

Na sua obra “Economia e Sociedade”, Weber (2004, p. 528) aponta que, acompanhado do “monopólio da coação física legítima”, deve-se também observar o vínculo entre política e economia, base do Estado moderno, considerando que para o seu desenvolvimento era necessário um processo semelhante ao “desenvolvimento da empresa capitalista”.

Já Friedrich Engels, na obra “A Origem da família, da propriedade privada e do Estado” (1976), publicada originalmente em 1894, definiu o Estado no campo hoje considerado como marxista:

(...) produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição consigo mesma e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, torna-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela e distanciando-se cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 1976, p. 225)

A definição descrita acima e que expressa a ideia fundamental do marxismo sobre o papel histórico e a significação do Estado, conforme Engels (1976, p. 127), tem surgimento após o período das antigas gens ou “uniões gentílicas”, que eram organizações que representavam um agrupamento espontâneo onde:

(...) todos os conflitos são dirimidos pela coletividade a que respeitam pela gens ou pela tribo, ou ainda pela gens entre si. (...) A economia doméstica é

administrada em comum por uma série de famílias e de modo comunista. (...) Não pode haver pobres nem necessitados: a família comunista e a gens têm consciência das suas obrigações para com os anciões, os enfermos e os inválidos de guerra. Todos são iguais e livres, inclusive as mulheres. Ainda não há lugar para escravos e, como regra geral, não se subjugam tribos estrangeiras (ENGELS, 1976, p. 127).

Estas sociedades gentílicas, conseqüentemente, se caracterizavam por serem de regime comunitário, onde se produzia o necessário, sem que houvesse espaço para a dominação e a servidão.

Esta fase, segundo Engels, correspondia a uma etapa ainda não desenvolvida do modelo capitalista. Após o desenvolvimento do comércio, surge a divisão social do trabalho que fragmenta a sociedade entre explorados e exploradores. A sociedade passa a estar dividida entre dois polos antagônicos que já não cabiam no antigo “regime gentílico”, ainda que neste não existisse a dominação nem a servidão. Desta forma, sentencia Engels:

A riqueza passa a ser valorizada e respeitada como bem supremo e as antigas instituições da gens são pervertidas para se justificar a aquisição de riqueza pelo roubo e pela violência. Faltava apenas uma coisa: uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição gentílica, que não só consagrasse a propriedade privada, antes tão pouco estimada, e fizesse dessa consagração santificadora o objetivo mais elevado da comunidade humana, mas também imprimisse o selo geral do reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras – a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada, das riquezas –; uma instituição que, numa palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não-possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda. E essa instituição nasceu. Inventou-se o Estado (ENGELS, 1976, p. 142).

O debate iniciado por Engels acerca da relação entre Estado e riqueza pode ser relacionado com as críticas de Weber ao Estado como empresa capitalista, detentor do controle dos bens materiais. Afinal, sublinha Weber (2004, p. 529), para manter a conservação do “domínio efetivo” baseado na “coação” legítima por parte do Estado, era preciso o controle dos bens materiais, além de um Estado especializado, quer dizer, com funcionários aptos, mas separados ao mesmo tempo dos meios administrativos, ou seja, as instituições.

Ainda conforme Weber (2004, p. 529), na sociedade capitalista, o Estado moderno converteu-se numa “associação de domínio institucional” entre o político e a burocracia, em que se perpetua a reprodução das relações de classe e a posse dos meios de produção. Estabelece-se uma relação recíproca entre capitalismo-Estado, primeiro através de um quadro administrativo –

a burocracia – responsável por gerenciar os meios materiais e, em segundo, responsável por garantir sobre o território a ordem pública necessária para a não alteração e preservação do sistema econômico, isto através, novamente, do “monopólio da coação física legítima”.

Na mesma direção de Weber, o sociólogo alemão Norbert Elias alerta sobre as conexões entre a constituição deste monopólio e a interdependência social associada à divisão do trabalho, advertindo a respeito do caráter artificial e a permanente “vulnerabilidade” que se desprende do exercício de reter os meios de coerção.

O Estado pelo monopólio da violência física, que hoje de forma geral, controla e conduz os governos estatais, representados como órgãos executivos pelo exército e a polícia, é, como muitas outras invenções humanas, uma arma de duplo fio; (...) ainda ali onde é relativamente eficaz continua sendo vulnerável, pelo que, em situações sociais críticas, os especialistas estatalmente autorizados para controlar e exercer a violência podem se ver envolvidos numa luta violenta contra outros grupos sem autorização. (ELIAS, 1997, p. 215)

Dentro desta perspectiva, este ponto é central para analisar a conformação do Estado na Colômbia, pois Elias (1997, p. 215) sublinha que mesmo onde o Estado – ao deter o monopólio da violência – é eficaz, paralelamente continua vulnerável à ação de outros grupos dentro do mesmo. Dito de outro modo, a atuação do Estado parece se movimentar em direções que se contrapõem; uma vez que por um lado aparenta pacificar a sociedade e excluir a violência do conjunto das relações sociais, mas, no entanto, desde outro concentra os meios de coerção num centro de poder que pode os usar para qualquer fim.

Ainda que não exista um tipo de Estado nem uma via única para a sua constituição, pode-se identificar que, tal como escreveu Charles Tilly (1996, p. 113), o controle sobre os meios de coerção foi conquistado ao longo da história mediante mecanismos variados, como o acordo entre poderes locais e regionais, ou a sua cooptação, o entrosamento dos corpos policiais ou uma guerra civil, segundo seja o grau de urbanização e da fortaleza dos poderes dos senhores locais e regionais.

Na mesma linha, se evidencia a constatação de que o conflito, particularmente, a violência é característica inerente da formação dos Estados. Desta forma, Tilly assevera:

O que nós, em cômoda mirada retrospectiva, chamamos “formação do Estado” suponha o acosso de camponeses e artesãos pobres por parte de despiadados cobradores de impostos, a venda forçada de animais, que haveriam servido para o dote, com o fim de pagar os impostos, o encarceramento de chefes locais como

reféns... o enforcamento de outros que se atreviam a protestar, o permitir que caíssem brutais soldados sobre a inerme população civil, o recrutamento de jovens que eram a maior esperança para seus pais na velhice (...) a elevação de arrogantes proprietários locais a postos do Estado (Tilly, 1996, p. 152).

Cabe destacar que, para Engels, a existência do Estado está sujeita à divisão da sociedade em classes e às contradições entre as mesmas. Fato que vem a corroborar a concepção de Lenin (1978, p. 6-7) em “*El Estado y la revolución*”, em que o Estado é produto e manifestação clara do “caráter irreconciliável” das contradições de classe.

Para Marx e Engels (2007, p. 59), só a existência do Estado (ou seja, do poder político) é a expressão clara de uma violência, da dominação de classe, de um órgão que efetua “o poder organizado de uma classe para a opressão de outra”.

Seguindo a construção sobre o Estado, Engels (1976, p. 226) descreve que a segunda forma que este encontra para subjugar as classes – após a divisão territorial e de trabalho – é a criação de uma estrutura amparada nas Forças Armadas, policiais, prisões e órgãos públicos que administrem o Poder estatal:

Esta força pública existe em todo Estado; é formada não só por homens armados como, ainda, por instituições coercivas de todo gênero, desconhecidos pela sociedade da gens. Ela pode ser pouco importante e até quase nula nas sociedades em que ainda não se desenvolveram os antagonismos de classe (...) Mas fortalece-se na medida em que se exacerbam os antagonismos de classe dentro do Estado e na medida em que os Estados contíguos crescem e aumentam de população. Basta-nos observar a Europa de hoje, onde a luta de classes e a rivalidade nas conquistas levaram a força pública a um tal grau de crescimento que ela ameaça engolir a sociedade inteira e o próprio Estado (ENGELS, 1976, p. 226).

Lenin (1978, p. 8) acrescenta que sendo o Estado decorrência da condição inconciliável das classes, se é um poder situado acima da sociedade, consequentemente, a emancipação dos oprimidos só será possível com a destruição do aparato do poder estatal, visto que a existência do mesmo é sustento e arcabouço da classe dominante.

Engels reafirma esta reflexão de Lenin ao dizer que:

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu no seio do conflito entre elas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de

escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado (ENGELS, 1976, p. 227-228).

Em grande parte da história da humanidade, as organizações assemelhadas aos Estados, continua Engels (1976, p. 228), outorgavam direitos aos cidadãos sempre conforme as posses dos mesmos. É o que acontecia, conforme o autor, em Atenas e Roma, onde se classificava a população segundo os bens que possuía, da mesma forma como no Estado feudal outorgava-se poder político segundo a propriedade da terra. Fatos históricos que espelharam os Estados modernos. Quer dizer, desde a sua emergência, o Estado reproduz o ideário *per se* da classe dominante, pois subjuga e reprime os explorados que não possuem patrimônio nem podem ter acesso à riqueza material que os mesmos produzem.

Agregam Marx e Engels (2007, p.42) no “Manifesto Comunista” que “a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno” pelo que pode se constatar que na definição dos autores o executivo no Estado moderno é administrador dos negócios de toda a classe burguesa ou na definição clássica marxista, o “comitê executivo da burguesia”³. (MARX; ENGELS, 2007, p. 42).

Para garantir a coesão social, o Estado emprega ações repressivas, primeiro com a imposição das leis, além da apelação ao uso da violência para conter qualquer ameaça ao *status quo*. E, segundo Engels (1976, p. 226), as ações repressivas exercem um atributo fundamental do Estado para manter aquilo que é “a instituição de uma força pública, que já não mais se identifica com o povo em armas. A necessidade dessa força pública especial deriva da divisão da sociedade em classes, que impossibilita qualquer organização armada espontânea da população”.

Portanto, pode-se inferir que, tal como delimitou Engels:

A força de coesão da sociedade civilizada é o Estado, que, em todos os períodos típicos, é exclusivamente o Estado da classe dominante e, de qualquer modo, essencialmente uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada. (ENGELS, 1976, p. 233).

Constata-se sob a visão marxista que o estabelecimento do Estado foi imperativo para a conservação e representação dos interesses da classe dominante. Consequentemente, com o

³ Nesta pesquisa, o termo “burguesia” será usado para definir a classe dos proprietários que detêm os meios de produção social e que empregam o trabalho assalariado sob a definição de Marx e Engels.

crescimento da indústria e do mercado mundial, aprofundou-se o fenômeno que, segundo Engels e Marx, atravessa a história da humanidade: a “luta de classes”.

Advertida na publicação do “Manifesto Comunista”, os autores (2007, p. 57), expressam que a “luta de classes” é fundamentalmente o que impulsiona a história da humanidade, pois ao dividir as sociedades em classes cria-se um antagonismo natural entre “opressor e oprimido”, separando de um lado aqueles que têm a posse dos meios de produção e do outro, quem só detém e pode oferecer para a venda a sua força de trabalho.

A disputa entre a classe burguesa (dominante) e o proletariado (dominados) origina inevitavelmente um conflito pela superação dessa dependência e inspira a construção de um novo tipo de sociedade. Aspiração que será brecada pela existência do Estado, pois é este quem zela pelos interesses da burguesia e freia qualquer ameaça contra o sistema.

As condições nas quais se podem utilizar forças produtivas determinadas são as condições da dominação de uma classe determinada da sociedade; o poder social dessa classe, decorrendo do que ela possui, encontra regularmente sua expressão *prática* sob forma idealista no tipo de Estado peculiar a cada época; e por isso que qualquer luta revolucionária é dirigida contra uma classe que dominou até então (MARX; ENGELS, 2001, p. 85, grifo do autor).

Sob o mesmo paradigma de análise, para Poulantzas (1984, p.43), o Estado é uma estrutura que se compõe de níveis diferentes dentro dos quais existem também funções sociais e classes sociais, atuando o mesmo como fator de coesão entre esses níveis. No seu livro “*Poder Político y Clases Sociales*”, o autor expõe que a existência do Estado sob o modo capitalista (quer dizer, o Estado capitalista) é explicada porque recai sobre este a responsabilidade de uma estrutura objetiva que possui a função particular de se estabelecer como um “fator de coesão dos níveis de uma formação social”, condição *sine qua non* da “ordem” que o sustenta e “princípio de organização” da sociedade que mantém as diferenças e a dominação de uma classe por sobre a outra.

Segundo Poulantzas, a ordem que sustenta e estabiliza a relação entre Estado e sociedade, onde o Estado capitalista cumpre uma função política, mantém uma formação social sustentada no conflito de classe:

O Estado possui uma função de "ordem", de ordem política sem dúvida – em conflitos de classe –, mas também de ordem global – de organização em sentido amplo – como fator de coesão da unidade. O Estado impede que se consumam entre si as classes e a "sociedade", que aqui é uma expressão que indica que

impede a eclosão de uma formação social (POULANTZAS, 1984, p. 51, tradução nossa)⁴.

Sublinha-se aqui que Engels, Weber, Marx, Lenin e Poulantzas são autores que definem Estado sempre a partir da luta de classes existente dentro da sociedade. A propósito, o Estado teria a função primordial de garantir o interesse das classes dominantes em detrimento daquele dos dominados.

Dentro desse prisma, cabe trazer para a discussão o conceito de Estado de Direito, uma vez que sua configuração foi pensada justamente para garantir o interesse da coletividade como um todo, não apenas de uma camada social.

Alarcón (2017, p. 148) ensina que Estado de Direito é um modelo de Estado cujo elemento central é a desconcentração do poder com o objetivo de proteger as liberdades e direitos sociais e individuais das pessoas. O autor afirma que, ainda que atue como mecanismo de opressão, o Estado também age como o encarregado de impulsionar as políticas de interesse público. Em suas palavras:

Talvez o que melhor sintetiza a natureza do Estado de Direito é que ele se condiciona pelo próprio Direito que gera, através de coordenadas como a legalidade, a separação de funções e a responsabilidade governamental (Alarcón, 2017, p. 148).

Para que possam ocorrer as relações entre Estado e seus cidadãos, o Estado torna-se também uma personalidade jurídica, um “sujeito de direito”, como explica Alarcón (2017, p. 157). Justamente por esse motivo, os poderes legislativo, executivo e judiciário que constituem o Estado passam a ser vistos como órgãos da “pessoa Estado”, ressalta o autor (2017, p. 157), com modo de atuar totalmente determinado pela Constituição.

Nesse sentido, pode-se aproximar a conceituação teórica desses autores externos à América Latina com pensadores importantes que levam em conta a realidade dessa região e, portanto, mais próximos do tema e do objeto de estudo desta pesquisa. Opta-se por utilizar textos do peruano Aníbal Quijano, o mais proeminente representante do pensamento decolonial, e do argentino Atilio Borón.

⁴ “El Estado detenta allí una función de “orden”, de orden político sin duda – en los conflictos de clase –, pero también de orden global – de organización en sentido amplio – en cuando factor de cohesión de la unidad. El Estado impide que se consuman las clases y la “sociedad”, que aquí es una expresión que indica que impide el estallido de una formación social”.

Assume-se aqui que a América Latina enquanto região colonizada possui uma classe dominante submissa ao capital internacional. Nesse prisma, os Estados não são totalmente soberanos e carregam o legado dessa posição na divisão internacional do trabalho. Dessa forma, a utilização das teorias de Quijano e Borón busca oferecer uma alternativa à visão eurocentrista do assunto.

Borón (2003, p. 270) explica que o Estado moderno e governo transformaram-se em sinônimos, quando não o são na verdade. O governo fica sujeito a organismos e a grupos de interesses que estão vinculados ao mercado. Dessa forma, para o autor (2003, p. 270), a autonomia e eficácia dos processos políticos do Estado possuem uma atuação nula e sem iniciativa autônoma. De acordo com Borón (2003, p. 270), “o estado e a vida política, como a ideologia, são concebidos como reflexos do desenvolvimento das forças produtivas, encerrando a possibilidade de recuperar a dialética complexidade dos nexos entre economia e política (tradução nossa)”⁵.

Para Quijano (2014, p. 807), o Estado-nação moderno é uma sociedade politicamente organizada, o que pressupõe democracia política e cidadania. Ou seja, dentro dos limites do capitalismo, há uma real democratização do controle do trabalho, dos recursos produtivos e da gestão de instituições políticas. Dessa forma, a cidadania garantiria uma igualdade legal, civil e política mesmo para pessoas que estão em condições sociais desiguais. No entanto, isso não ocorre na prática.

Para o autor (2014, p. 808), todo Estado-nação é um tipo de sociedade individualizada entre as demais e, como toda sociedade, tem uma estrutura de poder que articula os modos de existência social de uma única forma. E como toda estrutura de poder, Quijano (2014, p. 808) pontua que há a imposição de alguns indivíduos sobre os demais.

Consequentemente, todo Estado-nação possível é uma estrutura de poder, do mesmo modo que é produto do poder. Em outros termos, do modo com que ficam configuradas as disputas pelo controle do trabalho, seus recursos e produtos; do sexo, seus recursos e produtos; da autoridade e da sua violência específica; da intersubjetividade e do conhecimento (Quijano, 2014, p. 808, tradução nossa)⁶.

⁵ “el estado y la vida política, al igual que la ideología, son concebidos como meros reflejos del desarrollo de las fuerzas productivas, clausurando la posibilidad de recuperar la dialéctica complejidad de los nexos entre economía y política”.

⁶ “Consecuentemente, todo Estado-nación posible es una estructura de poder, del mismo modo en que es producto del poder. En otros términos, del modo en que han quedado configuradas las disputas por el control del trabajo, sus recursos y productos; del sexo, sus recursos y productos; de la autoridad y de su específica violencia; de la intersubjetividad y del conocimiento”.

Dado que Estado-nação é uma estrutura de poder, Quijano (2014, p. 809) afirma que essa estrutura começa sempre com um poder político centralizado e estável sobre um território e sua população durante um determinado período de tempo. Para isso, o grupo que exerce o poder precisa dominar o local mediante outros rivais. Isso ocorreu na Europa, por exemplo, quando grupos lançavam seus domínios sobre outros até o aparecimento do Estado-nação moderno.

Já na América, o processo de criação do Estado-nação teve suas particularidades, segundo Quijano (2014, p. 811). Tanto nos Estados Unidos quanto nos países da América Latina, os indígenas e, posteriormente, os negros foram excluídos do processo. A terra, por exemplo, foi apropriada pelos conquistadores e distribuída para poucos privilegiados, então negros e indígenas não somente foram excluídos do controle dos recursos de produção, mas também das instituições e dos mecanismos da autoridade pública, sem inclusive participar da vida política dos novos Estados-nações. Desse modo, Quijano (2014, p. 815) afirma que constituiu-se um Estado-nação de brancos, como os europeus passaram a denominar a si mesmos a partir do contato com os indígenas no período colonial e, posteriormente, com os negros, restando a estes apenas a invisibilidade:

A extrema concentração da posse da terra, particularmente das terras conquistadas dos índios, impossibilitou qualquer tipo de relação social democrática entre os próprios brancos e, conseqüentemente, de toda relação política democrática. Sobre essa base, no lugar de uma sociedade democrática, capaz de ser representada e organizada politicamente em um Estado democrático, o que se constituiu foi uma sociedade e um Estado oligárquicos, apenas parcialmente desmantelados desde a Segunda Guerra Mundial (QUIJANO, 2014, p. 814, tradução nossa)⁷.

Em outra obra, “Notas sobre o Conceito de Marginalidade Social”, Quijano (1978, p. 34-35) também aborda a existência das classes sociais dentro do Estado e da sociedade, muito comparável à “luta de classe” pontuada pelos autores já citados anteriormente. Quijano qualifica a sociedade como um “campo de interações”. Este é dividido em várias camadas, e elas estão vinculadas entre si. Os nexos dessas camadas não são homogêneos nem estáticos em relação à estrutura da sociedade.

⁷ “La extrema concentración de la tenencia de la tierra, en particular de las tierras conquistadas a los indios, hizo imposible cualquier tipo de relaciones sociales democráticas entre los propios blancos y, en consecuencia, de toda relación política democrática. Sobre esa base, en lugar de una sociedad democrática, capaz de representarse y organizarse políticamente en un Estado democrático, lo que se constituyó fue una sociedad y un Estado oligárquicos, sólo parcialmente desmantelados desde la Segunda Guerra Mundial”.

O mesmo ocorre em relação aos cidadãos que formam a sociedade. Eles ocupam lugares dentro dessas mesmas camadas e sua posição no interior de cada um desses níveis pode variar a partir de uma perspectiva diferente.

Sendo assim, para Quijano (1978, p. 36), a situação de marginalidade social está relacionada à inserção de cada pessoa em determinada camada, deste modo, não é possível qualificar a marginalidade apenas desde uma visão. Conforme o autor, a exclusão não existe na sociedade como um todo. Isso porque um indivíduo em determinado setor pode ser considerado marginal, mas pode ocupar uma hierarquia maior em outro nível.

Sob o viés de Quijano, pode-se trazer à tona a situação que vivenciam as comunidades afrodescendentes e indígenas que habitam a costa do Pacífico colombiano. Este lugar é estratégico, pois integra as comunidades de Chocó, Valle del Cauca, Cauca e Nariño, as quais formam uma área geopolítica de grande diversidade biológica e de ecossistema rica em recursos naturais e, conseqüentemente, zona de disputa de uma multiplicidade de forças, sendo estas: segmentos do capital transnacional, agroindústria, multinacionais dedicadas à extração de recursos mineiros, latifundiários, Estado e grupos armados que defendem o domínio militar sobre esse território.

Com base nos ensinamentos de Quijano, pode se ver como neste lugar as comunidades negras, as organizações camponesas e os povos indígenas reivindicam o reconhecimento legal e político destas terras, de forma emancipatória, a defesa dos seus direitos e dos processos organizativos autônomos alternativos ao poder estatal e do capital. Embora a pressão exercida por estas comunidades tenha levado o Estado colombiano a reconhecer legalmente, na Constituição de 1991, os direitos dos povos indígenas e afrodescendentes e a propriedade coletiva sobre a terra, estes grupos continuam sofrendo expropriações e sendo deslocados.

Mesmo possuindo uma organização própria, estas comunidades encontram-se em uma posição de marginalidade social no conceito de Quijano, se a análise da situação for feita a partir de uma perspectiva (ou camada) econômica. No entanto, considerando a questão cultural, esses grupos podem ocupar o topo da hierarquia dentro dos níveis existentes na sociedade. A análise pode ser feita levando em conta um indivíduo desse grupo social, que pode ocupar uma posição de destaque na comunidade, mas encontrar-se à margem quando a perspectiva possui o foco econômico, por exemplo.

Um banqueiro pode ocupar o topo hierárquico dentro de determinada camada, mas se analisado a partir da perspectiva cultural dentro dessas comunidades estaria em uma situação de marginalidade dentro do ponto de vista defendido por Quijano. Ou seja, uma pessoa nunca está em situação de marginalidade social total dentro da sociedade, sendo que sua posição pode variar conforme o ponto de vista.

No caso do Estado colombiano, verifica-se que a relação existente com a já mencionada região do Pacífico enlaça vários destes elementos. Segundo o Instituto Latinoamericano para un Derecho y una Sociedad Alternativos (ILSA, 2013, p. 11), neste território vive uma população de 1,5 milhões de pessoas, sendo 90% afrodescendentes, 6% etnias indígenas Embera Dóbida, Embera Chamí, Embera Katío, Eperara Siapidara, Wounaan, Awá e Tule, e 4% restantes são conformados por comunidades mistas. Embora o Estado tenha reconhecido os territórios de domínio coletivo na década de 1990, ao mesmo tempo, fomentou a irrupção no Pacífico dos grupos paramilitares que tinham por objetivo despejar estas comunidades para possibilitar a entrada de investimentos transnacionais.

Com a implantação do modelo neoliberal na Colômbia, nos anos 1990, os níveis de violência aumentaram consideravelmente. A articulação entre a expansão da economia de mercado e a violência armada resultou na exclusão e deslocamentos massivos nesta zona.

A região do Pacífico – cobiçada por concentrar a agroindústria, a extração de recursos minerais e a produção de cultivos ilegais – tem uma das maiores taxas de deslocamentos forçados internos do mundo, sendo que em 2016 a Colômbia ocupava o segundo lugar no mundo, apenas atrás da Síria, segundo informe do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 2017, p. 6) divulgado no ano passado (*ver tabela 1*).

É importante ressaltar, contudo, que a Colômbia ocupa essa posição na estatística de deslocados quando se considera somente o número total de pessoas, não em percentual da população. Nesse caso, se considerado percentual, outros países com número menor de habitantes subiriam no ranking.

Tabela 1: Número de deslocados forçados no mundo em 2016

País	População deslocada
Síria	12 milhões
Colômbia	7,7 milhões
Afganistão	4,7 milhões
Iraque	4,2 milhões
Sudão do Sul	3,3 milhões
Sudão	2,9 milhões
R. D. Congo	2,9 milhões
Somália	2,6 milhões
Nigéria	2,5 milhões
Ucrânia	2,1 milhões
Iêmen	2,1 milhões

Fonte: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)

Observa-se então que o Estado colombiano promoveu no país um modelo econômico em essência antidemocrático e excludente que se sustenta na violência para manter o domínio e o poder. Para efetuar isto, nas palavras de Escobar, usa-se a violência com os objetivos de:

(...) separar a integridade nacional, social e cultural dos grupos negros e indígenas, impossibilitando a eles o exercício de suas práticas culturais; acabar com suas formas de organização, expulsando sistematicamente aos militantes de seus movimentos ou, em algumas ocasiões, eliminando-os; e apoderar-se dos recursos naturais (madeira, ouro, plantações de palma africana) sem respeito algum pela regulamentação sobre o meio ambiente e os direitos dos habitantes (ESCOBAR, 2005, p. 52, tradução nossa)⁸.

Constata-se que o poder, a violência e a dominação são conceitos elementares e entrelaçados entre si, estes aparecem em múltiplas definições de diversos autores que pensaram a caracterização do Estado. Justamente por essa razão, faz-se necessário também repensar sobre os três conceitos teóricos antes da análise do objeto de estudo em questão.

⁸ “disgregar la integridad territorial, social y cultural de los grupos negros e indígenas, imposibilitándoles así el ejercicio de sus prácticas culturales; acabar con sus formas de organización, expulsando sistemáticamente a los militantes de sus movimientos o, en ocasiones, eliminándolos; y apoderarse de los recursos naturales (madera, oro, plantaciones de palma africana) sin respeto alguno por la reglamentación sobre el medio ambiente y los derechos de los habitantes”.

1.2 Violência, dominação e poder

Antes da abordagem específica sobre a violência de Estado na Colômbia, traça-se aqui um panorama teórico acerca das definições conceituais relacionadas ao tema para dar suporte à análise que se segue nos próximos capítulos.

Não há uma definição precisa do conceito de violência. Como bem explica Litke (1992, p. 161), violência significa usar a força contra algo, uma acepção bastante ampla e que poderia se enquadrar em muitas ações do ser humano.

Há correntes teóricas que associam a violência a múltiplas causas, como questões psicológicas e criminológicas, temas religiosos, culturais e até políticos, de acordo com cada campo de estudo. A abordagem tão ampla contribui para que uma definição exata de um conceito tão complexo seja inviável. Portanto, a partir de pesquisa documental, opta-se por assumir neste trabalho a perspectiva da violência estritamente relacionada ao poder, uma vez que se assume ser essa disputa a causa e a consequência da violência na Colômbia.

Com Litke (1992, p. 165), define-se aqui poder como dominação, ou seja, capacidade de mandar ou exercer controle, interpretação normalmente encontrada no contexto político.

Walter Benjamin escreveu em 1921 o clássico “Sobre a crítica do poder como violência” (no título original “*Zur Kritik der Gewalt*”), época em que a Europa passava por grave crise depois da Primeira Guerra (1914-1918). Cabe lembrar que o termo *Gewalt* significa tanto poder quanto violência no idioma alemão, razão pela qual as traduções em outros idiomas normalmente contenham os dois termos. É o caso da edição utilizada neste trabalho: “Sobre a crítica do poder como violência”, o que já contém implícito a argumentação de que o poder não existe sem a violência e vice-versa.

Arendt (1970, p. 8), em contraposição, constata que existe certa omissão acerca de considerações sobre o conceito de violência, ainda que seja notório o papel que a violência sempre desempenhou na história da humanidade. Afinal, atos violentos foram – e são – utilizados para modificar os rumos dos acontecimentos no mundo. Na obra “*On Violence*”, a autora (1970, p. 8) considera que a ausência de referências teóricas sobre violência: “mostra até que ponto a violência e a sua arbitrariedade foram tomadas como fatos comuns e, portanto, negligenciadas;

ninguém questiona ou examina o que é óbvio para todos (tradução nossa)”⁹. Em outros termos, violência é uma palavra extremamente citada, mas sem definição concreta e varia conforme cada autor.

Ideia semelhante é encontrada no texto de Platt, que reflete também sobre o uso excessivo da palavra violência, porém sem uma definição acurada do conceito. Platt (1992, p. 176) argumenta que “a medida que o termo se faz mais extenso, sua intensidade diminui. Para dizer de um modo ligeiramente diferente, a medida em que aumenta a gama de significados de um termo, sua força descritiva se contrai (tradução nossa)”¹⁰.

Curiosamente, Foucault (1979, p. 221) faz uma observação bastante similar, porém relacionada com o uso da palavra “luta” no contexto de discussões acerca de relações de poder. O autor (1979, p. 221) continua que no vocabulário das relações de força, há certa hesitação em desmembrar os significados contidos no uso específico dessa palavra, pois “a pura e simples afirmação de uma 'luta' não pode servir de explicação primeira e última para a análise das relações de poder”. Foucault (1979, p. 221) sintetiza que é necessário estabelecer, em cada caso, todas as questões relacionadas à temática, como “quem está em luta, a respeito de que, como se desenrola a luta, em que lugar, com quais instrumentos e segundo que racionalidade”. Pode-se dizer o mesmo sobre o conceito “violência”.

Em resumo, Platt (1992, p. 179) afirma que o conceito de violência em seu significado mais tradicional, que seria o uso da força para provocar dano, é tido como uma resposta ou justificativa ao uso anterior de uma força coercitiva. E proporcionalmente à ampliação do significado do termo, aumentam os acontecimentos que podem ter uma resposta violenta de maneira pretensamente justificada.

Ainda com base em Platt, aqui se pensa novamente no uso indiscriminado da palavra violência para se referir à Colômbia, onde o termo dentro do contexto político chega a denominar inclusive um período histórico (*La Violencia*), como será detalhado no próximo capítulo.

Retomando a discussão sobre o conceito de violência, cabe lembrar que Arendt escreve “On Violence” em 1970, já nos Estados Unidos, para onde migrou ao fugir de um campo de concentração da Alemanha nazista. Portanto, está imersa dentro de um cenário de Guerra Fria e

⁹ “shows to what an extent violence and its arbitrariness were taken for granted and therefore neglected; no one questions or examines what is obvious to all”.

¹⁰ “a medida que el término se hace más extenso, su intensidad disminuye. Para decirlo de un modo ligeramente distinto, a medida que aumenta la gama de significados de un término, su fuerza descriptiva se contrae”.

da luta entre as duas superpotências, sem contar os movimentos estudantis e em prol dos direitos civis que ocorreram nos anos 1960. E dentro desse contexto, pensando em relações internacionais, a autora (1970, p. 10) percebe que a violência pode ser utilizada por qualquer país, o que não necessariamente indica que essa determinada nação tenha mais poder e, muito menos, não possa provocar a destruição de outro país mais forte em caso de uma guerra nuclear, por exemplo.

Se nos voltarmos para as discussões sobre o fenômeno do poder, logo descobriremos que existe um consenso entre os teóricos políticos de Esquerda e de Direita no sentido de que a violência nada mais é do que a mais flagrante manifestação de poder (ARENDDT, 1970, p. 36, tradução nossa)¹¹.

Já Benjamin (2012, p. 59) estabelece que o poder deve ser analisado a partir das relações com as noções de Direito e de Justiça, uma vez que este se torna “violência no sentido mais forte da palavra quando interfere em relações de ordem ética”. O autor (2012, p. 59) continua que a violência está inserida no campo dos meios e não dos fins. Contudo, ressalta que não cabe questionar se a violência é um artifício (ou seja, um meio) para fins justos ou injustos – o que poderia torná-la justificável e legítima. No Direito natural, por exemplo, não haveria problema na aplicação da violência como meio para alcançar um fim justo, enquanto o Direito positivo considera o poder como algo adquirido:

Se a justiça é o critério dos fins, a legitimidade é o critério dos meios. (...) Os fins justos podem ser alcançados por meios legítimos, e os meios legítimos, aplicados para alcançar fins justos. O Direito natural aspira a ‘legitimar’ os meios pela natureza justa dos fins; o Direito positivo busca ‘garantir’ a natureza justa dos fins pela legitimidade dos meios (BENJAMIN, 2012, p. 59).

Em outras palavras, para Benjamin, a área jurídica (que inclui Direito e Justiça) deseja incluir toda a sociedade dentro de um determinado sistema, proibindo que os indivíduos utilizem a violência para atingir seus fins. O autor levanta a hipótese de que a monopolização do poder e da violência, antes de garantir os fins de Direito, tenha como intuito garantir a própria manutenção do sistema (BENJAMIN, 2012, p. 63).

No caso de uma greve organizada, de acordo com Benjamin (2012, p. 63), o Estado admite o exercício de certo poder pelos indivíduos e o direito à violência, ainda que bastante

¹¹ “If we turn to discussions of the phenomenon of power, we soon find that there exists a consensus among political theorists from Left to Right to the effect that violence is nothing more than the most flagrant manifestation of power”.

limitados. Isso porque a paralisação é um poder não violento, uma “não ação”, mas a violência está presente na recusa sob a forma de chantagem para alcançar determinados objetivos. E no caso de uma greve geral, o Estado tende a considerá-la um abuso, ou seja, pode ser encarada como usos inadequados do poder e do direito que são dados aos trabalhadores.

Em determinadas circunstâncias, e por mais paradoxal que isso possa parecer à primeira vista, pode ser visto como violência também um comportamento assumido no exercício de um direito. Um tal comportamento será designado de violento quando for assumido de forma ativa, sempre que exercer um direito que lhe assiste com vista a derrubar a ordem jurídica pela qual tal direito lhe foi outorgado; se for um comportamento passivo, poderá igualmente ser designado assim sempre que se trate de chantagem, no sentido da reflexão proposta antes (BENJAMIN, 2012, p. 64).

Arendt também associa poder e violência, especialmente no âmbito da política. No entanto, a autora (1970, p. 46) alerta que não se deve igualar poder à violência nas reflexões sobre aqueles que comandam e aqueles que obedecem nos casos em que o governo é um dos atores. Isso pelo motivo de que não se pode competir com a superioridade absoluta da violência praticada pelo governo, ainda que, de acordo com Arendt (1970, p. 48), essa superioridade dure somente enquanto a estrutura de poder do governo existir: enquanto as ordens são obedecidas e as forças policiais estiverem prontas para interferir.

O poder é de fato a essência de todo o governo, mas a violência não é. A violência é por natureza instrumental; como todos os meios, ela sempre precisa de orientação e justificativas para o fim que busca. E o que precisa justificar-se por algo mais não pode ser a essência de nada (Arendt, 1970, p. 48, tradução nossa)¹².

Aqui também se relacionam as ideias de Benjamin e Arendt, pois para ambos a violência se trata de um meio, não de um fim. Enquanto Benjamin afirma que não importa o fim, se justo ou injusto, pois a resposta poderia legitimar a violência – ideia já explicitada nas páginas anteriores, Arendt (1970, p. 52) vai além e afirma que a violência pode ser justificável, mas nunca será legitimada. Isso porque a legitimidade tem, segundo a autora, um apelo ao passado, enquanto a justificativa remete para um fim ainda futuro. Ainda com base em Arendt (1970, p. 52), poucos são os casos em que a violência é justificável. Não se questiona, por exemplo, o uso

¹² “Power is indeed of the essence of all government, but violence is not. Violence is by nature instrumental; like all means, it always stands in need of guidance and justification through the end it pursues. And what needs justification by something else cannot be the essence of anything”.

da violência em autodefesa, pois a autora explica que nesse caso o perigo é iminente e presente, portanto “(...) o fim justificando os meios é imediato (tradução nossa)”¹³.

Para Arendt (1970, p. 53-54), usar a violência contra o poder pode até trazer a vitória como resultado, mas as consequências são desastrosas e sofridas não só pelo lado derrotado, mas também pelo lado vitorioso em termos de perder o próprio poder. Quando a violência não é mais restringida pelo poder, Arendt constata que ocorre a inversão dos meios pelos fins: “Os meios, os meios de destruição, agora determinam o fim - com a consequência de que o fim será a destruição de todo poder (tradução nossa)”¹⁴.

Com o mesmo raciocínio, Foucault (1979, p. 24-25) questiona a ideia de que a humanidade, após inúmeras guerras e uso de violência, estabelecerá regras que garantiriam a paz. Isso porque, para o autor, tudo está relacionado ao poder, uma vez que a história do mundo poderia, de maneira geral, ser resumida nas relações entre dominadores e dominados, com homens dominando outros homens, classes dominando outras classes, e sempre com a imposição de obrigações – ou regras – assimiladas pelo meio da força, ou seja, violentamente.

É justamente a regra que permite que seja feita violência à violência e que uma outra dominação possa dobrar aqueles que dominam. Em si mesmas, as regras são vazias, violentas, não finalizadas; elas são feitas para servir a isto ou àquilo; elas podem ser burladas ao sabor da vontade de uns ou de outros. O grande jogo da história será de quem se apoderar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las ao inverso e voltá-las contra aqueles que as tinham imposto; de quem, se introduzindo no aparelho complexo, o fizer funcionar de tal modo que os dominadores encontrar-se-ão dominados por suas próprias regras (FOUCAULT, 1979, p. 25-26).

Da mesma maneira, Foucault (1979, p. 221) afirma que não se pode pensar o poder somente em termos de legislação, de Constituição, de Estado ou de aparelhos de Estado, porque é uma força muito mais difusa e complexa. O autor fala, até mesmo, das relações de poder estabelecidas dentro de classes dominadas para que determinadas forças produtivas do capitalismo pudessem operar, como a organização do trabalho na linha de produção das fábricas.

Os conceitos explorados por Foucault podem se relacionar com o trabalho de Litke, para quem o caráter essencial da dominação simboliza o domínio sobre outras pessoas, exercer poder

¹³ “(...) the end justifying the means is immediate”.

¹⁴ “The means, the means of destruction, now determine the end – with the consequence that the end will be the destruction of all power”.

sobre elas, através da própria privação do exercício de poder por parte delas, o que pode ser caracterizado como violência:

Para obter esse poder, em algumas situações privamos de poder os demais; a circunstância de que essa privação seja qualificada de violência ou de impropria em algum outro sentido dependerá de três coisas: o tipo de poder do qual se trata, o conceito que tenhamos de violência e o conceito que tenhamos do que é próprio ou impróprio (LITKE, 1992, p. 171, tradução nossa)¹⁵.

Do mesmo modo, Weber considera que a dominação caracteriza um tipo de poder, concebido como o resultado inerente de uma relação social desigual e da prática política própria de toda atividade humana que origina relações desse tipo, isto é, de forma assimétrica. O autor (2004, p. 197) ainda questiona “quais são os princípios últimos em que pode apoiar-se a ‘validade’ de uma dominação, isto é, o direito à obediência dos ‘funcionários’, por parte do senhor, e à [obediência] dos dominados, por parte destes dois?”.

Weber continua – dentro do marco da sociologia da dominação – com a explicação do conceito de *Politischer Verband* [associação política (tradução nossa)] que, diz o autor, existe porque a dominação em si adquire a forma de administração, em outras palavras, é amparada graças à existência daqueles que, dispostos a manter o sistema, aceitam obedecer de maneira permanente, assumindo os labores que permitam conservar e distribuir o poder de coação que sustenta a dominação. Caso não obedecem, o estado tem o monopólio da “coação física”:

A uma associação de dominação denominamos associação política, quando e na medida em que sua subsistência e a vigência de suas ordens, dentro de determinado território geográfico, estejam garantidas de modo contínuo mediante ameaça e a aplicação de coação física por parte do quadro administrativo. A uma empresa com caráter de instituição política denominamos Estado, quando e na medida em que seu quadro administrativo reivindica com êxito o monopólio legítimo da coação física para realizar as ordens vigentes (WEBER, 1994, p. 34).

Surge aqui o conceito de legitimidade, abordado também por outros autores como Philip Abrams no seu artigo “*Notas sobre la dificultad de estudiar el Estado*”. Para Abrams (1977, p. 94), o Estado é um projeto ideológico e fundamentalmente:

¹⁵ “Para obtener ese poder, en algunas situaciones privamos de poder a los demás; la circunstancia de que esa privación sea calificada de violencia o de impropia en algún otro sentido dependerá de tres cosas: el tipo de poder de que se trate, el concepto que tengamos de la violencia y el concepto que tengamos de lo que es propio o impropio.”

Um exercício de legitimação. Que legitimando o que, devemos supor, seria ilegítimo se visto diretamente e por si mesmo, constitui dominação inaceitável. Por que, se não, todo esse trabalho de legitimação? O estado, em suma, é uma tentativa de obter apoio ou tolerância para algo insuportável e intolerável, apresentando-o como algo diferente do que é, isto é, como algo legítimo e como dominação desinteressada (ABRAMS, 1977, p. 94, tradução nossa)¹⁶.

De transcendência essencial, a legitimidade efetivará o reconhecimento da dominação, a estabilidade e a preservação do poder do Estado. Legitimidade que ocorre fundamentalmente, desde que a propensão dos governados seja a entender e a acreditar na mesma, situação possível graças a que se vislumbra consensualidade no sistema. Destarte, constata-se que Estado moderno conforma um aparato sustentado em leis acatadas por todos – governantes e governados – de maneira concordante:

Por “dominação” compreenderemos, então, aqui, uma situação de fato, em que uma vontade manifesta (“mandado”) do “dominador” ou dos “dominadores” quer influenciar as ações de outras pessoas (do “dominado” ou dos “dominados”), e de fato as influencia de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandato a máxima de suas ações (“obediência”). (WEBER, 2004, p.191).

É necessário ressaltar que Weber afirma que o Estado e o monopólio da coação física legítima não são a aspiração última nem de fato o Estado pode ser apenas definido pela sua função, muito pelo contrário. São ambos os conceitos resultados de construções sociais que se expressam em determinado momento histórico e de forma particular para estruturar uma sociedade. De tal forma, não é o monopólio da violência um destino natural do Estado moderno nem é parte do desenvolvimento necessário da sociedade.

Cabe estabelecer que é necessário fazer uma distinção entre violência e repressão estatal. É assimilado neste trabalho – após a leitura dos autores escolhidos nesta pesquisa – que a violência é característica inerente à formação do Estado e do funcionamento deste, da sua estrutura e das suas instituições. Contrário a esta perspectiva é a aplicação e uso da repressão estatal que configura crimes contra a humanidade.

Quer dizer, o Estado é violento ao ser expressão da violência de uma classe sobre a outra, ainda que de certa forma legitimada, como foi explicado anteriormente. No entanto, no caso do

¹⁶ “Un ejercicio de legitimación. Que al legitimar lo que, debemos suponer, sería ilegítimo si se le viera directamente y por sí mismo, constituye una dominación inaceptable. ¿Por qué, si no, todo ese trabajo de legitimación? El estado, en suma, es un intento de obtener apoyo o tolerancia para algo insoportable e intolerable presentándolo como algo distinto de lo que es, es decir, como algo legítimo y como dominación desinteresada”.

Estado colombiano, como se não bastasse a violência intrínseca da sua estrutura, usa-se da repressão como ferramenta para o absoluto controle e extermínio de setores da sociedade, perpetrando crimes contra a humanidade, que – em aparentemente conformidade jurídica – se sustentam no arcabouço legal que o mesmo possui e impõe.

1.3 Estado de exceção e democracia restringida

Feita a contextualização acerca das acepções de Estado, de violência e da própria noção de poder, torna-se possível aproximar um pouco mais a teoria ao tema deste estudo, que é justamente a violência na Colômbia. Contudo, antes do mergulho nas especificidades das situações encontradas no país, faz-se preciso pensar ainda em dois conceitos-chave para as reflexões: estado de exceção e democracia restringida. Para isso, utilizam-se aqui dois pensadores especificamente: Giorgio Agamben e Daniel Pécaut.

Durante quase quatro décadas, de 1954 a 1991, a Colômbia foi governada oficialmente sob estado de exceção. No entanto, posteriormente, o que se observa é que há uma *democracia restringida*, nos termos de Pécaut (2001), ou em outras palavras um estado de exceção disfarçado. Portanto, aqui se faz necessário explicitar os conceitos teóricos para posterior análise dos acontecimentos no país.

Conforme Agamben (2004, p. 12), o estado de exceção é “a forma legal daquilo que não pode ter forma legal”, definindo o conceito como uma reação do governo a divergências internas extremas. O autor (2004, p. 19) ainda aponta que, nessa linha, ocorre a eliminação da separação entre os poderes legislativo, executivo e judiciário de forma permanente.

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só de adversários políticos, mas de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que eventualmente não declarado no sentido técnico), tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos (AGAMBEN, 2004, p. 13).

Ainda conforme Agamben (2004, p. 39), tem-se que o estado de exceção não consta do ordenamento jurídico, mesmo que pelo fato de estar alheio a este não o destitua de relação com a ordem jurídica.

Alarcón (2017, p. 151) explica que “estado de exceção constitui um apelo em favor do governante, que o autoriza à realização de atos que transgridem o ordenamento jurídico constitucional que é normal e regularmente aplicado”. Conforme o autor (2017, p. 153), o estado de exceção não se afasta da Constituição na esfera jurídica, ao contrário, quem dita o estado de exceção coloca-se radicalmente em favor dela.

Isto posto, entende-se que o estado de exceção não significa nem um governo absolutista, nem mesmo democracia e liberdade para o cidadão. Ou seja, é o “exceto”. Pode-se afirmar, por exemplo, que somos todos iguais enquanto cidadãos, *exceto* em determinados momentos. Via de regra, em qualquer país, o que está previsto no ordenamento jurídico é a norma válida. No estado de exceção, isso não ocorre. E toda ação do governo em relação aos seus cidadãos pode variar caso a caso.

Por exemplo, dentro do estado de exceção, se o governo age contra seus cidadãos, este não atua nem dentro nem fora do ordenamento jurídico. Atuar fora do ordenamento jurídico seria um estado absolutista ou, no mínimo, passível de ser punível criminalmente, pois haveria um litígio. Contudo, no estado de exceção, o litígio é acobertado pela circunstância, o governo age de maneira a justificar o *exceto*.

Na Colômbia, o governo não investiga como crimes os abusos cometidos por seus agentes ou os atos que, em sua essência, apenas corroboram para a permanência de seu poder. Em último caso, o crime é amornado pela “exceção”. Na medida em que não combate – ou até autoriza – a execução de ilicitudes, há falhas no reconhecimento da ilegalidade das ações. Isso vai contra os pactos internacionais dos quais o país é signatário.

Diante de tal situação, explora-se agora o conceito de democracia restringida de Pécaut. Quando a questão é o termo “democracia”, o próprio Pécaut (2001, p. 27) afirma que a democracia civil da Colômbia possui problemas. Por exemplo, há casos de “clientelismo”¹⁷, coação física e até fraudes. Da mesma maneira, os próprios partidos políticos não respeitam muitas vezes as regras eleitorais e nem se apresentam dispostos a reconhecer os direitos dos partidos concorrentes. Tudo isso sem considerar o elevado percentual de abstenções, que beira os 50% geralmente.

¹⁷ Clientelismo indica um tipo de relação que envolve a concessão de benefícios públicos, como empregos, vantagens fiscais e isenções, etc., em troca de apoio político especialmente na forma de voto. Para mais detalhes, ver: José Murilo de Carvalho, “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

Pécaut (2001, p. 29) continua que a democracia no país não busca estabelecer uma igualdade entre os cidadãos, mas ao contrário acaba fazendo com que as diferenças sociais e as redes de dominação permaneçam e sejam ressaltadas, favorecendo alguns em detrimento de outros.

Democracia, para Alárcon (2017, p. 190), condiz com um determinado modo de governar. Neste caso, o autor (2017, p. 192) pontua que no regime democrático o poder é exercido a partir da concreta participação do povo nas deliberações que afetam a sociedade, com o objetivo de promover valores como a igualdade, a liberdade, a justiça e a dignidade para possibilitar a convivência humana.

Ou seja, a democracia pressupõe que os cidadãos intervenham e participem do poder político. Conforme Alarcón:

(...) a democracia evoluiu na sua prática e conceituação, significando um exercício permanente de afirmação do povo que reina sobre o mundo político, de onde tudo provém e tudo se absorve, até chegar ao modo de vida instrumental, necessário para impedir formas de dominação opressivas e para fornecer soluções às dificuldades próprias do relacionamento humano, promovendo o encontro de interesses divergentes (ALARCÓN, 2017, p. 195).

A aparente “subordinação de uma minoria à maioria, que, no entanto, sustenta em si um ato violento”, segundo Lênin (1978, p. 78), é garantida pelo Estado:

A democracia *não* é idêntica à subordinação da minoria à maioria. A democracia é o *Estado* que reconhece a subordinação da minoria à maioria, isto é, uma organização para exercer a *violência* sistemática de uma classe sobre outra, de uma parte da população sobre outra. (...) Propomo-nos como objetivo final a supressão do Estado, isto é, de toda a violência organizada e sistemática, de toda a violência sobre os homens em geral. (LÊNIN, 1978, p. 78, grifos do autor, tradução nossa)¹⁸.

Pécaut (2001, p. 30) enfatiza que as elites econômicas colombianas impuseram, desde os anos 1930, uma "*ideología liberal de desarrollo*" [ideologia liberal de desenvolvimento (tradução nossa)] que limita a margem de ação do próprio Estado. Ou seja, as bases da democracia acabam

¹⁸ “La democracia *no* es idéntica a la subordinación de la minoría a la mayoría. Democracia es *el Estado* que reconoce la subordinación de la minoría a la mayoría, es decir, una organización llamada a ejercer la *violencia* sistemática de una clase contra otra, de una parte de la población contra otra. (...) nos proponemos como meta final la destrucción del Estado, es decir, de toda violencia organizada y sistemática, de toda violencia sobre los hombres en general”

por repousar sobre um Estado precário e que segue a vertente de um estilo liberal de desenvolvimento, sendo portanto restringida.

Uma democracia que, mais que restringida, é fundamentalmente tradicional; que revalida as formas de dominação constituídas no século XIX; e que, a maneira de divisão social, só admite a separação partidária, a que confere o estatuto de ruptura insuperável (PÉCAUT, 2001, p. 32, tradução nossa)¹⁹.

O autor (2001, p. 37) ressalta que, por sua vez, a democracia restringida está totalmente relacionada à violência. Isso porque no país, normalmente, as lutas políticas acabam se transformando em quase guerras civis, o que não necessariamente significa o surgimento de novos atores políticos ou mesmo movimentos sociais. A violência acaba permeando a representação das relações sociais e políticas em todos os acontecimentos. Para Pécaut (2001, p. 37), a violência participa do aspecto mais tradicional da democracia restringida ao criar um vínculo coletivo que consolida as dinâmicas sobre as quais se apoia o regime.

A democracia restrita gera permanentemente um "exterior": a violência é sua expressão, mas também é o meio para o seu controle. Democracia restrita supõe a confusão dos limites entre exclusão e inclusão, entre dominação e consentimento, entre revolta e adesão: a violência é o que torna possível essa confusão (PÉCAUT, 2001, p. 38, tradução nossa)²⁰.

As ideias de Pécaut se articulam com a visão de Vélez Villafañe (2012, p. 248), para quem o processo histórico da formação do país e a estrutura de seu regime político possuem a presença intensa de ditaduras militares e a frequente aplicação de medidas de exceção. Esses fatos impedem o exercício pleno dos direitos humanos e impossibilitam o estabelecimento de uma democracia plena. Portanto, segundo Vélez Villafañe (2012, p. 248), institui-se uma democracia deficitária e com caráter restrito, com a presença constante de atores ilegais.

O referencial teórico exposto neste primeiro momento serve de apoio para pressupostos que serão explicitados nos próximos capítulos do trabalho.

¹⁹ “Una democracia que, más que restringida, es fundamentalmente tradicional; que revalida las formas de dominación constituidas en el siglo XIX; y que, a manera de división social, sólo admite la separación partidista, a la que confiere el estatuto de ruptura insuperable”.

²⁰ “La democracia restringida genera permanentemente un "exterior": la violencia es su expresión, pero es también el medio para su control. La democracia restringida supone la confusión de los límites entre la exclusión y la inclusión, entre la dominación y el consentimiento, entre la revuelta y la adhesión: la violencia es la que hace posible esta confusión”.

Capítulo 2: Antecedentes históricos da violência na Colômbia

2.1 Revoltas no século XIX

Desde sua origem como país, o que hoje constitui a Colômbia possui governos que se utilizavam da força e da coerção como forma de controle na disputa pelo poder e o domínio sobre a terra. Os acontecimentos que sucederam à formação do Estado-nação do país evidenciam que os sucessivos governos colombianos e as suas instituições ficaram limitados de forma geográfica, servindo como aparato do poder para deter o monopólio da violência legítima. Isso ocorreu de forma frequente em diferentes períodos, quer dizer, como parte inerente do processo de formação e construção da nação. Portanto, desde sua formação, o Estado colombiano se viu dividido e inserido dentro de um contexto violento.

Os primeiros registros de violência política na Colômbia datam desde antes de sua conformação como país, no ano de 1819. Em uma das obras mais conhecidas e fascinantes da literatura latino-americana, *Cien años de Soledad*, Gabriel García Márquez²¹ descreve parte da história do país ao relatar como o coronel Aureliano Buendía, guerrilheiro liberal que comandou 32 guerras civis – perdendo todas essas batalhas – vivencia junto à sua família alguns dos mais trágicos fatos da história colombiana no século XIX. No romance, García Márquez conta a história dos Buendía que, assentados no povoado fictício de Macondo, vão resistindo às guerras civis, à chegada das companhias estrangeiras de banana, às primeiras greves dos trabalhadores e aos massacres e lutas partidárias.

Ficção à parte, a história que daria vida ao estilo literário chamado Realismo Mágico e que levaria a Colômbia a ser conhecida pelo resto do mundo entrelaçava fantasia a fatos reais padecidos pelos colombianos. Pois como afirma Sánchez (1985, p. 789), a Colômbia é um país “em permanente e endêmico” estado de guerra.

Samper (1886, p. 2), autor que identifica e analisa alguns episódios de violência no país durante o século XIX, defende que quanto mais as revoluções sociais desse período avançaram no sentido democrático, a reação a estas beneficiou a imposição da autoridade. Da mesma maneira, cada vez que o uso da mesma se excedia, surgiam novas ações violentas, tendo em vista o “liberalismo revolucionário”:

²¹ Gabriel García Márquez (1927-2014) é um escritor colombiano que recebeu o prêmio Nobel de literatura em 1982. É considerado um dos maiores representantes da corrente literária do Realismo Mágico. *Cien Años de Soledad* foi publicado pela primeira vez em 1967 e traduzido para mais de 30 idiomas. Ver mais em: Alberto López, “Gabriel García Márquez, el malabarista de las palabras con el don de escribir”, *El País*, 6 mar. 2018.

De 1810 a 1886 a vida da Colômbia foi revolucionária, não obstante tenha algum períodos de paz. Pode-se afirmar que durante estes três quartos de século, a revolução foi permanente, porque quando não se concretizou com a violência da guerra civil, subsistiu latente nas ideias, nas aspirações dos partidos e na instabilidade instituições e dos interesses (SAMPER, 1886, p. 1, tradução nossa)²².

González (2014, p. 44) enumera que no século XIX o país passou por oito guerras civis, todas com participação significativa das massas populares, o que incluía o envolvimento tanto de camponeses quanto de colonos. Isso sem contar outros conflitos civis localizados em algumas regiões, que não envolveram toda a população. Esses episódios estão ligados diretamente à existência e à disputa pelo poder dos dois partidos políticos tradicionais do país: o Partido Liberal e o Partido Conservador. Ambos monopolizaram o poder sobre o Estado colombiano e agudizaram a violência, que teve como eixo central a brutal forma pela qual ocorreu a distribuição de terras e como este processo excluiu a grande maioria da população colombiana.

Ainda conforme González (2014, p. 44), durante as primeiras décadas do século XIX, as elites econômicas e políticas configuraram uma ideia de nação, dividindo a sociedade colombiana em torno aos dois partidos políticos e transformando-os em veículos de identificação. O partido Liberal representava tendências reformistas e federalistas, e o Conservador pregava um Estado forte, centralista e com a presença da igreja como entidade central para a sociedade e política colombiana.

A dualidade da disputa de poder entre os dois partidos citada acima a partir de Gonzalez é igualmente identificada por Robayo (2010, p. 14), que aponta duas tendências frente aos acontecimentos: os liberais na defesa do federalismo reivindicavam a independência total da Espanha e a autonomia das províncias, enquanto os conservadores, com base no centralismo, eram favoráveis à permanência e à manutenção do controle espanhol.

Um dos episódios de maior destaque na história colombiana é o que resultou na independência de *La Nueva Granada*, país então formado pelos atuais territórios de Equador, Panamá, Venezuela e Colômbia. Nessa primeira década do século XIX, a Espanha passava por uma crise que forneceu as circunstâncias para que uma pequena elite de *criollos*²³ na colônia

²² “Desde 1810 hasta 1886 la vida de Colombia ha sido revolucionaria, no obstante el goce de algunos períodos de paz. Puede afirmarse que durante estos tres cuartos de siglo, la revolución ha sido permanente, porque cuando no se ha patentizado con las violencias de la guerra civil, ha subsistido latente en las ideas, en las aspiraciones de los partidos y en la inestabilidad de las instituciones y de los intereses”.

²³ Na Colômbia, *criollos* são os descendentes de espanhóis nascidos e criados no país.

percebesse a chance de mobilizar apoio popular para obter a independência e mudar o sistema de governo.

A revolução teve início em 1810, com a independência *criolla* do domínio espanhol, e prosperou até as derrotas do governo republicano em 1815, quando o controle da região voltou aos colonizadores. O período dessa primeira República tornou-se conhecido por “*La Patria Boba*”. A independência definitiva aconteceu somente em 1819.

De acordo com McFarlane (2002, p. 48), a origem do nome “*La Patria Boba*” demonstra a falta de maturidade e de sentido prático dos líderes da revolução, que falharam em construir uma nova ordem política na região capaz de manter a independência do território. Ainda conforme o autor (2002, p. 48-49), as causas para o fracasso da revolução variam desde o “idealismo excessivo” dos *criollos*, passando pela tentativa de adoção de modelos políticos estrangeiros que eram inadequados à realidade da região na época até o descontrole total das finanças do novo governo.

Contudo, McFarlane (2002, p. 54) destaca que a mudança de governo ocorreu de maneira relativamente suave, justamente porque a autoridade e o poder espanhol estavam diminuídos frente à crise na Espanha. O autor (2002, p. 55) ainda cita a debilidade das forças militares espanholas que seriam capazes de combater, nesse primeiro momento, as ações com vistas à independência.

A revolução de 1810 desencadeou, na visão de Samper (1886, p. 2), ideias federalistas que acabaram por causar uma desorganização da sociedade:

A revolução iniciada em 1810, com notória espontaneidade de sentimentos patrióticos, mas sem qualquer espírito prático de organização ou governo, desencadeou, entre 1810 e 1815, um fluxo de ideias federalistas e teorias democráticas que levaram à completa desorganização dos elementos civis e políticos criados pela unidade do Vice-reinado; e à desunião e anarquia de seis ou sete repúblicas aparentemente ligadas por um pacto federativo e de algumas Províncias sujeitas ao poder peninsular (como as de Santa Marta, Panamá e Popayán) (SAMPER, 1886, p. 2, tradução nossa)²⁴.

Robayo (2010, p. 19) afirma que a revolução de 1810 fez com que *La Nueva Granada* tomasse uma direção diferente em relação a sua organização interna. Conforme o autor (2010, p.

²⁴ “La revolución iniciada en 1810, con notoria espontaneidad de sentimientos patrióticos, pero sin ningún espíritu práctico de organización ni de gobierno, desencadenó, entre 1810 y 1815, un flujo de ideas federalistas y de teorías democráticas que condujo a la completa desorganización de los elementos civiles y políticos creados por la unidad del Virreinato; y a la desunión y la anarquía de seis o siete repúblicas aparentemente ligadas por un pacto federal, y de unas cuantas Provincias sometidas al poder peninsular (como las de Santa Marta, Panamá y Popayán)”

20-21), os *criollos* planejavam substituir as estruturas coloniais por uma organização democrática, porém logo perceberam que não havia pessoas preparadas para efetivamente colocar em prática esse projeto.

Terminaram por manter o andamento normativo herdado dos colonizadores e a estrutura da economia colonial, o que implicou no agravamento de uma crise econômica. Ainda conforme o Robayo (2010, p. 24), um dos maiores problemas enfrentados pelo povo foi a necessidade de doar fundos para manter os esforços de independência já a partir de 1810.

A situação agravou-se consideravelmente até 1815, quando os *criollos*, que aparentemente tinham intenção de promover de fato a independência do país ainda que não contassem com nenhum conhecimento para uma administração eficiente, passaram a priorizar os próprios interesses em detrimento dos da pátria, o que acabou significando apenas uma maior opressão.

Os anos de La Pátria Boba foram gastos em meio a um clima de preocupação diária que se refletia em um novo problema a cada vez e que, como consequência dos fenômenos políticos, sociais e econômicos do momento, aprofundava a crise e impedia o estabelecimento de um governo suficientemente capaz de enfrentar os desafios exigidos pela defesa dos princípios de liberdade política recentemente alcançados (ROBAYO, 2010, p. 22, tradução nossa)²⁵.

De maneira geral, observa-se que o processo de articulação da classe dominante em todas as regiões, tanto na zona rural quanto na urbana, nunca foi pacífico, como se evidenciou nas várias guerras civis ocorridas no país. Palacios (1986) trata especificamente desse tema no texto “*La fragmentación regional de las clases dominantes en Colombia*”²⁶, em que afirma ter existido uma desintegração das classes dirigentes após o rompimento com a Coroa Espanhola, que expressou-se nas guerras entre federalistas (liberais) e centralistas (conservadores) da Primeira República que originaram *La Patria Boba*.

Pode-se afirmar, ainda, que houve certas contradições durante o período da Primeira República, sendo estas: a falta de preparo da pequena elite *criolla* para mudar os processos coloniais após a independência, a necessidade das massas serem obrigadas a ajudar financeiramente para sustentar os esforços de guerra que mantinham a formação da República,

²⁵ “Los años de la Patria Boba transcurrieron en medio de un clima de diarias preocupaciones que se reflejaban en un nuevo problema cada vez y que como secuela de los fenómenos políticos, sociales y económicos del momento, profundizaba más la crisis e impedía el establecimiento de un gobierno lo suficientemente capaz de enfrentar los retos que exigía la defensa de los principios de libertad política recientemente logrados”.

²⁶ Ver Marco Palacios. “La Fragmentación regional de las clases dominantes en Colombia: Una perspectiva histórica”

causando ainda mais opressão e, por fim, a perseguição de benefícios próprios pela elite *criolla* em detrimento dos interesses do novo país.

Outro conflito que marcou o fim do século XIX e o início do século XX foi a chamada *Guerra de los Mil Dias*, que durou de 1899 até 1902. Essa guerra deixou sequelas profundas na vida na Colômbia: um elevado número de mortos e um país em ruínas em termos financeiros e de infraestrutura. Como aponta Torres del Río (2015, p. 7), o número de mortos é estimado em 100 mil pessoas, em um país que tinha, na época, cerca de quatro milhões de habitantes.

Além da morte da população, o campo colombiano também foi devastado, em parte pelo abandono das lavouras, uma vez que os trabalhadores migraram para as frentes de batalha. Toda incipiente infraestrutura do país passou a ser utilizada no conflito, em detrimento dos fins primordiais de comércio e comunicação, o que resultou na diminuição do comércio exterior e retração da economia. Para custear a guerra, o governo ainda imprimiu dinheiro de maneira descontrolada, o que provocou inflação e depreciação da moeda nacional no exterior (TORRES DEL RÍO, 2015, p. 7).

E ainda que não seja uma consequência direta, o desmembramento do território do Panamá em 1903 está relacionado com o confronto. Isso porque os EUA incentivaram a independência da região tendo em vista o controle do *Istmo do Panamá*²⁷.

Em relação aos antecedentes históricos da batalha, durante a década de 1890, o governo era formado quase exclusivamente por membros do Partido Conservador, em um arranjo chamado de coalização “nacionalista-conservadora”. A oposição era formada pelos liberais e por dissidentes conservadores. Nas palavras de Fischer (1998, p. 75): “la esfera política, dominada por los conservadores y los nacionalistas, tenía entonces una apariencia no solamente centralista sino también autoritaria”.

Entre os feitos do governo conservador pode-se citar a restauração da autoridade eclesiástica dentro da sociedade, o início da censura à imprensa e o fortalecimento das instituições centrais pelo monopólio estatal da emissão de papel moeda e pelo restabelecimento do Exército Nacional, além da redação da Constituição de 1886, que determinava que todos os governadores regionais passavam a ser escolhidos pelo governo central (FISCHER, 1998, p. 75).

²⁷ O Istmo de Panamá era o espaço geográfico que formava parte da organização territorial chamada de *Gran Colombia*. Entre 1850 e 1902, as tropas de Estados Unidos invadiram quatorze vezes o Istmo, sempre que os seus interesses comerciais pareciam ameaçados como já demonstrado. Para mais detalhes ver: Vega Cantor, 2015, p. 9.

A oposição, que contava com membros do Partido Liberal e dissidentes do Partido Conservador, passou a solicitar impostos alfandegários mais baixos, além de demandar o fortalecimento da moeda com vistas ao mercado internacional, expressando grande descontentamento com os rumos da economia colombiana. De acordo com Fischer (1998, p. 76), em 1895, alguns liberais tentaram uma rebelião contra o governo de Miguel Antonio Caro (1892-1898), que foi sufocada rapidamente. Poucos anos mais tarde, em outubro de 1899, teve início a então chamada *Guerra de los Mil Días*.

De acordo com Fischer (1998, p. 78), o conflito iniciou-se no departamento de Santander, quando jovens artesãos, trabalhadores das lavouras de café e mineiros foram incentivados por seus patrões do Partido Liberal – afetados pela crise econômica – a lutar para tomar o poder central. Indígenas também se juntaram ao grupo, para enfrentar o Exército Nacional que defendia o governo. No entanto, ao contrário dos liberais (que conquistaram a adesão das camadas mais populares à luta), o Exército governamental tinha de recrutar homens à força.

Aqui, articulam-se os acontecimentos da *Guerra de los Mil Días* com a teoria de Arendt a respeito de poder e violência. Como explicitado no primeiro capítulo, a autora fala que a violência do governo é absoluta enquanto mantiver sua estrutura intacta, com seus comandos sendo obedecidos e suas forças policiais prontas para agir em caso de desobediência. No entanto, a autora (1970, p. 46) afirma que essa situação pode mudar de forma abrupta, quando a desintegração do governo no poder permite que rebeldes se armem e façam um motim. Arendt ainda cita casos em que o governo não é derrubado, mas permanece existindo mesmo com as rebeliões armadas – o que torna inevitável não pensar na Colômbia ainda que ela não tenha escrito o texto tendo em mente a situação política do país.

Tudo depende do poder por trás da violência. O súbito colapso do poder que introduz as revoluções revela, num piscar de olhos, como a obediência civil - às leis, aos governantes, às instituições - é apenas a manifestação exterior de apoio e consentimento. Onde o poder se desintegrou, revoluções são possíveis, mas não necessárias. Sabemos de muitos casos em que regimes totalmente impotentes foram continuaram existindo por longos períodos de tempo - ou porque não havia ninguém para testar sua força e revelar sua fraqueza ou porque eles tiveram a sorte de não se envolver em guerra e sofrer derrota (ARENDT, 1970, p.48, tradução nossa)²⁸.

²⁸ “Everything depends on the power behind the violence. The sudden dramatic breakdown of power that ushers in revolutions reveals in a flash how civil obedience – to laws, to rulers, to institutions – is but the outward manifestation of support and consent. Where power has disintegrated, revolutions are possible but not necessary. We know of many instances when utterly impotent regimes were permitted to continue in existence for long periods of

Retomando a história da *Guerra de los Mil Días*, após quatro anos de uma luta que deixou o país devastado, um acordo colocou fim à batalha, sendo firmado por representantes do governo e dos rebeldes liberais, sob supervisão dos Estados Unidos. Aliás, o acordo foi assinado em um barco de bandeira norte-americana, chamado Wisconsin:

Neste documento, foram estipulados os seguintes pontos, a saber: 1) libertação de presos políticos; 2) anistia para todos os "revolucionários" que aceitaram os termos; 3) cancelamento das dívidas dos liberais na América Central pelo governo nacional; 4) Convocação do Congresso para resolver o futuro do Canal, a reforma política e o problema monetário. Este documento assegurou uma saída honrosa para ambas as partes e pôs fim à guerra entre liberais e conservadores (FISCHER, 1998, p. 82, tradução nossa)²⁹.

Conforme Fischer (1998, p. 96), os Estados Unidos demandavam uma solução para o conflito em função do grande interesse em assegurar a passagem de sua frota pelo canal interoceânico. No entanto, o país não tomou partido de nenhum dos lados abertamente, mas penderam para o lado do governo colombiano:

Essa parcialidade deveu-se aos relatórios feitos à Secretaria de Estado em Washington pelo pragmático ministro Charles Burdett Hart em Bogotá, que não acreditava nos liberais. Como nos Estados Unidos não se pensava que os liberais pudessem conquistar o poder por meio de armas, o governo de Bogotá era apoiado por material bélico (FISCHER, 1998, p. 96, tradução nossa)³⁰.

Além dos EUA, Grã-Bretanha, Alemanha e França ofereceram auxílio para tentar restabelecer a paz. Cada país tinha seu próprio interesse particular no fim da disputa, mas como ponto em comum desejavam que a passagem através do istmo do Panamá não ficasse prejudicada, destaca Fischer (1998, p. 87).

Os EUA consideravam que a maneira mais eficaz para controlar o istmo era apoiar a independência do Panamá, já que o governo colombiano não havia autorizado que os norte-americanos assumem o controle do local. A forma mais fácil para isso, portanto, foi “criar” um novo país:

time – either because there was no one to test their strength and reveal their weakness or because they were lucky enough not to be engaged in war and suffer defeat”

²⁹ “En dicho documento se estipularon los siguientes puntos, a saber: 1) liberación de los prisioneros políticos; 2) amnistía para todos los "revolucionarios" que aceptaran los términos; 3) cancelación de las deudas de los liberales en Centroamérica por el gobierno nacional; 4) convocatoria del Congreso para resolver el futuro del Canal, la reforma política y el problema monetario. Este documento aseguraba una salida honrosa para ambas partes y puso punto final a la guerra entre liberales y conservadores”.

³⁰ “Esta parcialidad se debía a los informes brindados al Secretariado de Estado en Washington por el pragmático ministro Charles Burdett Hart en Bogotá, quien no creía en los liberales. Como en Estados Unidos no se pensó que los liberales pudiesen conquistar el poder mediante las armas, el gobierno en Bogotá fue apoyado con material bélico”.

Aqui devemos insistir no que é o fio condutor de nossa reflexão: a separação do Panamá da Colômbia, em 3 de novembro de 1903, não tem como motivo central a suposta luta do povo panamenho contra a "opressão" colombiana, mas os interesses imperialistas norte-americanos, com os quais colaborou a elite empresarial panamenha (BELUCHE, 2003, p. 23, tradução nossa)³¹.

De acordo com Méndez (1976, p. 126), além da ambição norte-americana, havia um interesse de países europeus na construção do canal que ligaria os oceanos Atlântico e Pacífico, o que contribuiu para a indução de diversos movimentos separatistas, ocorridos em 1826, 1831, 1834, 1840 e 1862.

Conforme Beluche (2003, p. 12), em 1878, foi assinado um acordo que concedia a uma empresa francesa a autorização para construir um canal interoceânico no local. No documento havia uma cláusula que previa a concessão de 200 metros de cada lado do canal, sem prejuízo à soberania colombiana, e com a proibição expressa de cessão a qualquer governo estrangeiro.

Contudo, a empresa não dispunha de recursos para finalizar a obra. Diante disso, os EUA se propuseram a construir o canal, mediante novo acordo com a empresa e o governo colombiano. Segundo Méndez (1976, p. 127), o tratado não foi aprovado no Congresso colombiano, o que levou os EUA a apoiarem – moral e financeiramente – os panamenhos no projeto de independência. Diante de uma tentativa separatista, por exemplo, impediu a chegada de tropas colombianas destinadas a sufocá-la. Assim, em 3 de novembro de 1903, o Panamá declara sua independência.

Os Estados Unidos, em troca de garantir a independência do istmo, adquirem: o uso, ocupação e controle perpétuo de uma faixa de território panamenho para prosseguir com a construção, manutenção, operação, saneamento e defesa de um canal interoceânico; uma ampla jurisdição judicial e policial sobre as 10 milhas adjacentes ao Canal; o direito de ocupar, por decisão própria, mais terras e águas panamenhas, se necessário, e o direito de manter a ordem pública no Panamá (MÉNDEZ, 1976, p. 127, tradução nossa)³².

Como resume Alárcon (2018, p. 17), o país teve a violência como um componente frequente durante sua formação no século XIX, sendo ela usada como meio para obter e

³¹ “Aquí debemos insistir en lo que es el hilo central de nuestra reflexión: la separación de Panamá de Colombia, el 3 de noviembre de 1903, no tiene como móvil central la supuesta lucha del pueblo panameño contra la “opresión” colombiana, sino los intereses imperialistas norteamericanos, con los cuales colaboró la élite empresarial panameña”.

³² “(...) EE.UU., a cambio de garantizar la independencia del Istmo, adquiere: el uso, ocupación y control perpetuo de una franja del territorio panameño a fin de proceder a la construcción, mantenimiento, funcionamiento, saneamiento y defensa de un canal interoceánico; una amplia jurisdicción judicial y policial sobre las 10 millas adyacentes al Canal; el derecho a ocupar, por propia decisión, más tierras y aguas panameños si fuere necesario y el derecho de mantener el orden público en Panamá.”

estabilizar o poder. Continua o autor (2018, p. 17), que a história da Colômbia é marcada pela guerra. E ressalta que, mesmo sendo coordenados pela elite, os conflitos tiveram o povo como protagonista, ainda que este não tenha tido os anseios e interesses reconhecidos e representados.

2.2 Influência dos EUA na Colômbia moderna

Para compreender as causas da violência histórica que assola a Colômbia se faz necessário identificar a atuação do principal agente de influência estrangeira, os Estados Unidos, sobre as diferentes variáveis que provocaram esses acontecimentos. Este último manteve um estreito vínculo com os governos do país desde o surgimento da *Gran Colombia*³³, que foi a primeira nação latino-americana a ter uma representação diplomática em Washington. A relação entre ambos esteve sempre marcada pelos conflitos em torno ao *Istmo de Panamá* e ao pagamento de indenizações aos EUA, o que foi definindo o caráter subordinado das classes dominantes da Colômbia, segundo Vega Cantor:

O principal mecanismo de intervenção dos EUA nos assuntos colombianos é baseado no tratado Mallarino-Bidlack de 1846, que concede amplos privilégios aos Estados Unidos para usar o Istmo do Panamá, bem como o poder de reprimir conflitos sociais naquela região. então parte integrante do território colombiano(VEGA CANTOR, 2015, p. 19, tradução nossa).³⁴

Após a “*Guerra de los Mil Dias*”, como já detalhado anteriormente, os Estados Unidos decidiram que construiriam um canal no Panamá, porém o senado colombiano não ratificou o tratado. Em novembro de 1903, Theodore Roosevelt apoiou a rebelião que provocou a independência do Panamá da *Gran Colombia*. Estados Unidos garantia assim seu papel de sócio principal do Panamá, provocando um sentimento de indignação entre a oligarquia colombiana durante alguns anos, até a assinatura do tratado Urrutia-Thompson em 1921. Nesse acordo, ficou garantido o direito da Colômbia de utilizar o Canal do Panamá para o transporte marítimo de produtos colombianos de origem agropecuária ou industrial sem o pagamento de impostos. Além

³³ A *Gran Colombia* era um país formado pela integração da Colômbia, de *Nueva Granada* (constituída por parte de Equador e Venezuela) e do Panamá (a partir do 28 de novembro de 1821). Foi presidida por Simón Bolívar até o 4 de maio de 1930. Foi abolida um ano depois, o 21 de novembro de 1931 após fortes crises separatistas, rebeliões e guerras civis.

³⁴ “El principal mecanismo de intervención estadounidense en los asuntos colombianos se basa en el tratado Mallarino-Bidlack de 1846, mediante el cual se confieren amplios privilegios a Estados Unidos para utilizar el Istmo de Panamá, así como potestad para reprimir los conflictos sociales en esa región, entonces parte integral del territorio colombiano”.

disso, os Estados Unidos pagaram à Colômbia o equivalente a US\$ 25 milhões, como forma de indenização pela separação do Panamá.

Consequentemente, o investimento norte-americano foi aumentando, principalmente no setor petrolífero, na indústria bananeira e no ramo financeiro mediante empréstimos direcionados a obras públicas e infraestrutura. Paralelamente, os Estados Unidos consumiam 72% das exportações colombianas. Nesse tempo, o presidente conservador Marco Fidel Suárez (1918-1921) recomendava olhar em direção à “*estrella polar*” [estrela polar] do Norte e a grande burguesia acenava vendo na proximidade uma relação absolutamente lucrativa.

Conforme descreve o historiador colombiano Luis Ospina Vásquez³⁵, o Estado foi aumentando a sua intervenção econômica e, de acordo com sugestões feitas pela Missão Kemmerer dos EUA, o sistema financeiro colombiano foi reformado. Fundou-se o Banco Central, o Banco da República e o Banco Agrícola Hipotecário. Ao mesmo tempo, à margem do que parecia trazer bonança econômica e consolidação financeira para o país, ficaram fora do conluio entre elite, governo e investimento estrangeiro os grupos sociais, como estudantes, indígenas, camponeses e trabalhadores. Diante da exclusão, esses grupos organizaram-se e formaram os primeiros sindicatos, obtendo como resposta da oligarquia a construção de um inimigo interno a combater pelo Estado: o Comunismo.

Destaca o autor Vega Cantor que na Colômbia o anticomunismo foi anterior à emergência de qualquer movimento que se denominasse comunista e, na mesma forma, a contrainsurgência teve início antes mesmo dos movimentos guerrilheiros.

A constituição a longo prazo de um Estado contrainsurgente origina-se em vários medos complementares das classes dominantes: medo do povo, medo da democracia e medo da revolução. Esses medos são alimentados pelos estereótipos dos comunistas como malvados, bárbaros, selvagens e inimigos de Deus, da Pátria e da Lei, que são o fermento do ódio contrainsurgente que justifica antecipadamente a violência exercida contra esses “inimigos”, tanto pelo Estado como por indivíduos (VEGA CANTOR, 2015, p. 11)³⁶.

Simultaneamente com o nascimento dos sindicatos surgiram as primeiras greves contra companhias norte-americanas, como a *Tropical Oil Company* e a *United Fruit Company*. Para

³⁵ Luis Ospina Vásquez, *Industria y Protección en Colombia, 1810-1930* (Medellín, ESF 1955). Pág. 347.

³⁶ “La constitución en el largo plazo de un Estado contrainsurgente se origina en varios miedos complementarios de las clases dominantes: miedo al Pueblo, miedo a la democracia y miedo a la revolución. Estos miedos se nutren con los estereotipos de los comunistas como malvados, bárbaros, salvajes y enemigos de Dios, la Patria y la Ley, que son el fermento del odio contrainsurgente que justifica de antemano la violencia que se ejerza contra esos “enemigos”, tanto por el Estado como por particulares”

esta última, os trabalhadores colombianos demandavam melhoras trabalhistas³⁷, os produtores independentes de bananas exigiam o livre trânsito pelos territórios da companhia e o governo colombiano requeria da multinacional o controle do uso da água, até então sem custos para a empresa. Na greve de novembro de 1928, a firma norte-americana, presente em todo o Caribe, estava sob a mira de diferentes setores da sociedade colombiana. Não obstante, a estrutura do poder local conformada pelas elites industriais exigiram ao governo uma ação firme com receio de repetir no país a experiência da “Guerra das Bananas”³⁸.

A luta contra qualquer forma de ameaça insurgente foi declarada e amparada sob um marco legal: em 1928 promulgou-se a *Ley 69*, conhecida como a “*Ley Heroica*”, que proibia a existência de organizações que atacassem o direito de propriedade e família, castigando também a todos os que promovessem greves e censurando publicações de caráter subversivo. Semanas depois de começada a greve da *United Fruit Company*, o governo optou por militarizar a zona ocupada pelos trabalhadores e declarou estado de sítio.

Ante a resistência do grupo de trabalhadores a abandonar o lugar, na madrugada de 6 de dezembro de 1928, os militares atiraram contra os grevistas. O número real de mortos nunca foi esclarecido. Posteriores comissões investigativas apontaram que não seriam menos de mil. A matança ficou conhecida como *la masacre de las bananeras*, e doze dias depois do ocorrido, em 18 de dezembro de 1928 se promulgou o decreto N° 4³⁹ no qual se declarava aos trabalhadores como uma “quadrilha de malfeitores, revoltosos, incendiários e assassinos” que evidenciavam “um pavoroso estado de ânimo, bem conforme com as doutrinas comunistas e anarquistas”.

Conformada a estrutura financeira do país, o interesse nacional colombiano esteve sempre sob interesse estrangeiro. Sem intenção de promover um desenvolvimento autêntico, a oligarquia percebeu os benefícios da relação clientelista com os EUA, ainda que de autonomia limitada, e instou ao Estado colombiano a agir para defender os interesses do capital estrangeiro diante da “ameaça social”.

Aqui, traça-se um paralelo com a teoria de Walter Benjamin (2012) em que analisa a questão das greves como uma maneira não violenta de operários exercerem o poder com o intuito

³⁷ Os trabalhadores pediam basicamente melhoras salariais, ser reconhecidos como trabalhadores da empresa -que matinha um vínculo de terceirizados- e que a companhia se aplicara às leis trabalhistas do país.

³⁸ A Guerra das Bananas foi uma série de intervenções militares estadunidenses em Panamá, Cuba, República Dominicana, Nicarágua, México e Haiti que tinham como interesse defender “as vidas e propriedades americanas”.

³⁹ Para a transcrição textual do decreto número 4, de 18 de dezembro de 1928, ver imagem publicada em trabalho de Laura Sofia Fontal Gironza. *La reinvención del pasado: la masacre de las bananeras en la producción cultural de los años sesenta*. Facultad de Ciencias Sociales y Económicas. Universidad Del Valle, 2015. p. 122.

de mudar o ordenamento jurídico. Neste caso, o Estado reprimiu violentamente os trabalhadores, encarando a reivindicação como uma afronta ao sistema.

No entanto, como ressalta Alarcón (2018, p. 18), a greve foi uma inspiração para que movimentos sociais pudessem se organizar melhor nos anos seguintes para reivindicar maior participação política e cumprimento de seus direitos.

Para Dennis Rempe⁴⁰, a participação dos Estados Unidos tem sido deliberadamente minimizada pelo caráter encoberto das suas operações, uma vez que: “Operações secretas são planejadas e executadas de forma a ocultar, ou pelo menos permitir a negação plausível, de seu patrocínio (REMPE, 1999, p.41, tradução nossa).⁴¹”

Nas palavras do autor Renán Vega Cantor, a relação entre a Colômbia e os EUA pode ser classificada nos termos de “*subordinación estratégica*” [subordinação estratégica] e “*autonomía restringida*” [autonomia restringida], visto que:

(...) é uma relação desigual e assimétrica que assume um caráter estratégico, porque se pensa que a própria existência da república é inseparável da situação de subordinação, de modo que podemos falar de uma subordinação estratégica e não pragmática (CANTOR VEGA, 2015, p. 7, tradução nossa)⁴².

A autora Arlene Tickner (2007, p. 99) complementa que a reprodução desta dependência no decorrer da história foi possível de se manter, principalmente, porque existe “há mais de cem anos um pacto entre as elites nacionais, para quem a subordinação rendeu ganhos econômicos e políticos (tradução nossa)”⁴³. Tese que seria corroborada pela série de fatos que viriam a se suceder no país a partir de *la masacre de las bananeras*.

No começo do século XX, a violência política cresceu conjuntamente com a resistência e apareceram em cena outros protagonistas fora da dimensão do conflito bipartidário da elite, dentro do que o autor Paul Oquis definiu como a *questão social*⁴⁴.

⁴⁰ REMPE, Dennis M. The origin of internal security in Colombia: Part I — A CIA special team surveys "La Violencia". 1959–60. *Revista Small Wars & Insurgencies*, 1999, p. 24-61

⁴¹ “Covert operations are planned and executed in such a way as to conceal, or at least permit plausible deniability of, sponsorship”.

⁴² “(...) es una relación desigual y asimétrica que asume un carácter estratégico, pues la existencia misma de la república se piensa como indisoluble de la situación de subordinación, por lo que cabe hablar de una subordinación estratégica más que pragmática”

⁴³ “desde hace más de cien años un pacto entre las elites nacionales, para quienes la subordinación ha reportado ganancias económicas y políticas”

⁴⁴ Paul Oquis no seu livro “Violencia, Conflicto y Política en Colombia” utiliza este termo para explicar como a estrutura de dominação social em Colômbia começou a se debilitar a começos do século XIX e o fundamenta

Uma expressão da *questão social* acima mencionada foi a rebelião indígena liderada por Quintín Lame da etnia Nasa. O levante tinha objetivos claros: a recuperação das terras usurpadas pelos latifundiários, o não reconhecimento da figura do Estado, a afirmação da autonomia indígena e o repúdio à discriminação racial e cultural contra os indígenas colombianos.

No período conhecido como a República Liberal (1930-1946), o primeiro governo de Enrique Olaya Herrera, amparado na ameaça comunista, reagiu ao avanço dos movimentos por distintos departamentos. No dia 1 de maio de 1931, em Coyaima, dezoito indígenas foram assassinados durante a comemoração do dia do trabalhador, enquanto partidários liberais incendiavam casas acusando aos comunistas. Nesse mesmo ano, no povo de *Llano Grande*, outros 17 indígenas que pertenciam ao movimento de Quintín Lame também foram assassinados.

Em 1936, a chegada do liberal Alfonso Pumarejo ao governo dá à luta pela terra outra guinada, pois Pumarejo defende uma reforma constitucional em três linhas fundamentais que incluem uma Reforma Agrária, uma Reforma na Educação (que procurava retirar o domínio da igreja) e uma Reforma Política (foi sob a sua presidência que se fundou a Central de Trabalhadores da Colômbia – CTC).

O projeto das três reformas coloca Pumarejo em conflito com os terra-tenentes colombianos, o que aprofunda as diferenças entre liberais e conservadores. Conjuntamente, grupos de camponeses se organizam para ocupar as terras, enfrentando aos latifundiários que se armam para combatê-los.

Para Oquist (1978), os vínculos de cooptação e de poder do Estado sobre a população, como a religião, a ideologia partidária e uso de incentivos econômicos paternalistas por parte do governo já não estavam estruturando as relações entre a burguesia e a grande classe trabalhadora.

Os pequenos focos de violência partidária foram aumentando progressivamente em intensidade e extensão geográfica até 1946, transformando o país em cenário de um dos mais prolongados conflitos civis registrados na história contemporânea latino-americana: *La Violencia*⁴⁵. Assim é nomeado esse conflito civil, que durou de 1946 até 1964, ocupando uma menção especial no livro “The Subculture of Violence” publicado em 1967:

posteriormente como uma das variáveis que explicam a violência do Estado na história da nação entre a década dos 30’ até os 60’.

⁴⁵ A origem de *La Violencia* é controversa. Para esta pesquisa será usada como referência os trabalhos investigativos de Paul Oquist e de Daniel Pécaut. Para ambos, a origem de *La Violencia* encontra-se no período a partir de 1946, depois do surgimento de focos de violência partidária em diferentes regiões do país, em função da insatisfação das massas com a distribuição de terras na Colômbia. Já para outros historiadores colombianos, começa em 1948 com *El Bogotazo*, um protesto realizado pelo povo após o assassinato de Jorge Eliécer Gaitán.

Quase todo o atavio brutal e absurdo dos massacres conhecidos através da história se exibiram na Colômbia. Ainda persiste o temor das ameaças, terror e morte, a apresentação visual de corpos despedaçados e outras manifestações sádicas, acompanhadas do desejo de vingança em aquelas crianças cujos pais ou família foram vítimas da *Violência*. Tudo isto tende a perpetuar uma situação sem igual na civilização ocidental contemporânea. Em nenhuma parte do mundo ocidental em tempos recentes desde a segunda guerra mundial tem sido tanta a brutalidade absurda, o genocídio e a violência sem guerra, como na tragédia colombiana. (WOLFGANG; FERRACUTI, 1967, p. 276-277, tradução nossa).

A aparição de um líder da ala dissidente do partido Liberal, chamado Jorge Eliécer Gaitán⁴⁶, nos anos 1940, acirrou conflitos partidários que culminaram no período *La Violencia*. Segundo Pécaut (1997, p. 11), cerca de 200 mil pessoas morreram no período.

Gaitán comprometeu-se abertamente com a luta popular e assinalou desde o começo que seu enfrentamento seria contra a oligarquia, obtendo grande adesão das massas, e expondo as contradições internas dentro do partido Liberal. A mobilização liderada por ele estremeceu o país e despertou o medo da burguesia.

Abaixo um trecho de Vega Cantor sobre o que chama de “*Gaitanismo*” e em que descreve, inclusive, aos *Pájaros* e *Chulavitas*, grupos paramilitares que operavam a favor do governo conservador assassinando liberais e comunistas.

O Gaitanismo acaba sendo um desafio insuportável ao bloco dominante, pois mobiliza diretamente a população e propõe uma democratização da política, na qual participam setores populares, sempre marginalizados da vida pública. O bloco de poder, composto indiscriminadamente de liberais e conservadores, não aceita tal desafio e recorre à violência. O Estado organiza a repressão contra os gaitanistas, mediante a polícia Nacional, o Exército, los *pájaros* e *chulavitas*, isto é, quadrilhas de assassinos fanáticos e clericais (VEGA CANTOR, 2015, p. 24-25, grifo nosso, tradução nossa)⁴⁷.

Mesmo com massivo respaldo do povo, sem apoio partidário foi impossível para Gaitán

⁴⁶ Jorge Eliécer Gaitán, advogado, foi quem denunciou na Câmara e acusou formalmente o Estado pelo *masacre de las bananeras*. Pertencia à ala dissidente do partido Liberal e junto a outros militantes de esquerda formou a *Unión Nacional de Izquierda Revolucionaria*, UNIR. Foi eleito deputado em 1931 e manteve uma campanha em contra o monopólio da terra. Em 1936, foi eleito prefeito de Bogotá e promoveu a municipalização dos serviços públicos. Em 1940, foi nomeado ministro de educação e empreendeu uma campanha de alfabetização, criando restaurantes escolares e atividades culturais massivas. Foi candidato a presidente em 1946, não foi eleito. Ele foi assassinado dois anos mais tarde, gerando uma revolta popular que foi chamada de *El Bogotazo*.

⁴⁷ “El Gaitanismo resulta ser un desafío insoportable al bloque en el poder porque moviliza en forma directa a la población y plantea una democratización de la política, en la que participan los sectores plebeyos, siempre marginados de la vida pública. El bloque de poder, compuesto indistintamente de liberales y conservadores, no acepta tal desafío y recurre a la violencia. Desde el Estado se organiza la represión contra los gaitanistas, mediante la policía Nacional, el Ejército, los *pájaros* y *chulavitas*, esto es, cuadrillas de asesinos fanáticos y clericales.”

eleger-se para a presidência em 1946. Um ano depois, o ambiente político se agitou novamente com as eleições locais e acusações cruzadas de fraude eleitoral. *La Violencia* no país progressivamente aumentou em número e intensidade. Em fevereiro de 1948, Gaitán conduz a “marcha do silêncio” e ante a multidão expressou no discurso:

Sr. Presidente: Nós não reivindicamos teses econômicas ou políticas. Apenas pedimos que nossa pátria não siga por caminhos que nos envergonham diante de nós e de estranhos. Pedimos teses de piedade e civilização! (...) Pedimos para parar a perseguição das autoridades (...) Impeça, senhor Presidente, a violência. Nós só pedimos a defesa da vida humana, que é o mínimo que um povo pode pedir (CANTE, 2012, p. 12-13, tradução nossa)⁴⁸.

Dois meses após daquele discurso, no dia 9 de abril de 1948, mesma data em que em Bogotá se celebrava a IX Conferência Pan-americana de Nações encabeçada pelo general Marshall dos EUA – e que posteriormente daria início à Organização de Estados Americanos, OEA –, Jorge Eliécer Gaitán foi assassinado com três tiros à saída de um restaurante.

A população enfurecida atacou os principais símbolos do poder conservador: jornais, igrejas e as casas dos caciques do partido governante. Alguns policiais liberais não se opuseram à revolta e entregaram armas à multidão enfurecida. O Exército defendeu o palácio presidencial e, durante dias, tanques e tropas enfrentaram a massa envolvida nos protestos.

Frente à morte de Gaitán e à insurreição popular, a burguesia colombiana passou a temer o potencial revolucionário da revolta popular, propondo então uma trégua entre os liberais e conservadores (OQUIST, 1978).

Um ano depois da morte de Gaitán e do acordo entre os membros dos dois partidos, em setembro de 1949, o pacto se rompeu quando um parlamentar liberal foi assassinado. Foi o estopim para que ocorresse uma divisão na elite política colombiana. Em 9 de novembro de 1949, houve o fechamento do Congresso e o governo decretou estado de sítio novamente.

O “colapso parcial do Estado” nos anos 1950, como afirmava Oquist (1978, p. 269), se acentuou progressivamente dentro dos partidos. Os conservadores se dividiam cada vez mais, e certa parte dos liberais tinha empreendido uma resistência armada no campo, que será detalhada mais adiante. A violência se expandia pelo país, e o Exército era progressivamente fatigado pela

⁴⁸ “Señor Presidente: No os reclamamos tesis económicas o políticas. Apenas os pedimos que nuestra patria no siga por caminos que nos avergüenzan ante propios y extraños. ¡Os pedimos tesis de piedad y de civilización! (...) Os pedimos que cese la persecución de las autoridades (...) Impedid, señor Presidente, la violencia. Sólo os pedimos la defensa de la vida humana, que es lo menos que puede pedir un pueblo.”

onda violenta que acompanhou a destruição parcial do Estado.

A noção de “colapso parcial do Estado” de Oquist relaciona-se com as ideias da pesquisadora colombiana María Teresa Uribe, que se utiliza do conceito *hobbesiano* de “estados de guerra” para caracterizar o Estado colombiano e o conflito armado envolvendo os diversos setores da sociedade civil e os militares.

Uribe (2001, p. 25) alerta que o poder institucional pode apenas atingir certas regiões territoriais, o que provoca em grande parte da população um sentimento de resistência ao aparelho governamental. Segundo a autora, a ideia de não reconhecimento de governos é constante dentro da sociedade e se expressa na afirmação:

a vontade de não se submeter à ordem do Estado e de resistir às suas tentativas de estabelecer domínio e controle, mantendo aberta a possibilidade de confrontá-lo e combatê-lo com as armas nas mãos, bem como de agrupar os sujeitos sociais de seu ambiente em grupos capazes de matar e morrer (URIBE, 2001, p. 25-26, tradução nossa)⁴⁹.

Uribe (2001, p. 27), bem como Oquist, também destaca a “fragilidad de la soberanía estatal” [fragilidade da soberania estatal], uma vez que a figura estatal não obtém legitimidade e reconhecimento por longos períodos na história. Destarte, na Colômbia, persevera a existência de diferentes grupos armados que não se sujeitam à ordem constitucional, nem pela via do consenso nem pela submissão através da força. Permanece em parte da população a ideia vigente de, pelas armas, reivindicar a terra, disputando com o Estado o monopólio do uso da força e da violência – em outras palavras, o poder.

Para Uribe (2001, p. 26), a configuração de um “estado de guerra” pode ser explicada por uma ausência da “formação da consciência nacional, que é condição para que o Estado moderno chegue a ser soberano e legítimo (tradução nossa)⁵⁰”. Assim, a partir do momento em que o processo de integração social no campo dos Direitos tem sido falho, o resultado é que exista no país uma “*soberanía en vilo*”, conceito de Uribe (2001, p. 30) que implica que a cidadania adquire um caráter virtual. Ou seja, aparentemente, o cidadão é reconhecido enquanto tal, mas seus direitos se tornam precários e vulneráveis, uma vez que as normas e leis do Estado atuam de maneira restringida.

⁴⁹ “la voluntad manifiesta de no someterse al orden estatal y de resistirse a sus intentos de establecer dominio y control, manteniendo abierta la posibilidad de confrontarlo y de combatirlo con las armas en la mano, así como de agrupar a los sujetos sociales de su entorno en bandos capaces de matar y de morir”

⁵⁰ “formación de la conciencia nacional, que es condición para que el Estado moderno llegue a ser soberano y legítimo”.

O cidadão comum sabe que não pode esperar que a autoridade atue com eficiência e de acordo com a lei se um direito for violado ou se ele for vítima de um crime. Deixado às suas próprias forças, o cidadão tomará decisões privadas e pragmáticas buscando a justiça por suas próprias mãos ou a proteção de algum poder armado que lhe ofereça segurança precária e transitória, mas que ele valoriza como mais eficiente e rápida. Em suma, atua de acordo com as ordens alternativas de fato e não com referência à lei ou à ordem institucional (URIBE, 2001, p. 30-31, tradução nossa)⁵¹.

Aqui se abre um parêntese para relacionar os acontecimentos com o exposto anteriormente no quadro teórico de referência. Conforme afirmou Platt (1992, p. 179), o conceito de violência mais tradicional é utilizado sempre como justificativa a atos violentos executados anteriormente. O autor pontua que o uso indiscriminado do conceito não é uma imprecisão apenas teórica, mas também causa problemas por apontar uma gama de comportamentos muito amplos que correm o risco de ser restringidos por sanções sociais.

Em resumo, nosso desejo de provocar a desaprovação de determinadas condutas, qualificando-as como exemplos de violência, favorecerá o aumento da violência real no mundo e não sua diminuição, reduzindo ao mesmo tempo o nível de liberdade pessoal, ao tornar mais ampla a gama de comportamentos que justifiquem o controle social (PLATT, 1992, p. 179, tradução nossa)⁵².

Em outros termos, Platt alerta que quanto mais se fala em “violência” de uma maneira generalizada, mais se corre o risco de ocorrer uma banalização do significado do termo. Ainda pior, pode acarretar em restrições às liberdades individuais com o intuito de controlar essa situação.

Isso porque no país, segundo Alarcón (2018, p. 18), frequentemente os dispositivos constitucionais que garantiam o cumprimento dos direitos fundamentais “foram bloqueados pela massiva e sistemática violação do direito à vida”.

Nesse contexto, a Colômbia passou por uma situação que exemplifica totalmente a teoria, uma vez que o próprio período histórico passou a se chamar *La Violencia*, tamanha banalização.

⁵¹ “El ciudadano corriente sabe que no puede esperar que la autoridad actúe de manera eficiente y de acuerdo con la ley si algún derecho le es violado o si es víctima de algún delito. Librado a sus propias fuerzas, el ciudadano tomará decisiones privadas y pragmáticas buscando la justicia por mano propia o la protección de algún poder armado que le ofrezca una seguridad precaria y transitoria pero que valora como más eficiente y expedita. En suma, actúa de acuerdo con los órdenes alternativos de hecho y no con referencia a la ley o al orden institucional”

⁵² “En resumidos términos, nuestro deseo de provocar la desaprobación de determinadas conductas, calificándolas de ejemplos de violencia, favorecerá el aumento de la violencia real en el mundo y no su disminución, reduciendo al mismo tiempo el nivel de libertad personal al hacer más amplia la gama de comportamientos que justifican el control”.

E na sequência, chega ao poder um ditador com a intenção justamente de controlar os acontecimentos do país.

Em 1953, produz-se um golpe de Estado a cargo do general Gustavo Rojas Pinilla, todavia com grande apoio dos grupos políticos do país, exceto os comunistas e alas dissidentes de ambos os partidos. Assim como a violência foi a arma anterior da elite, a ditadura militar seria um instrumento para conservar o controle do poder sobre o Estado.

Como nos governos anteriores, as práticas repressivas do Estado⁵³ foram uma ferramenta do período Rojas Pinilla, que se viu incapaz de gerar apoio institucional e cumprir com o que lhe tinha sido assignado: pacificar e integrar a sociedade colombiana. Segundo Pécaut (2006, p. 105), somado a isso, Rojas Pinilla considerou a ideia de nacionalizar os bancos, recebendo a oposição imediata dos EUA e do Banco Mundial.

Em 1957, o Partido Conservador e o Partido Liberal coordenaram a formação de uma Frente Civil – que posteriormente se chamaria Frente Nacional – para retomar o poder e começaram uma campanha de oposição com greves de indústrias, bancos e comerciantes. A aliança dividiria o poder em partes iguais em todas as instâncias governamentais, e cada partido teria uma representação de 50% nas repartições públicas. Somente liberais e conservadores podiam participar das instituições públicas e da vida política. Assim, a elite do país propiciou uma reforma que institucionalizou o monopólio legal do poder político através da alternância das duas formações políticas tradicionais.

Na opinião de Alarcón (2018, p. 19), a Frente Nacional ratificou um “um sistema antidemocrático e profundamente excludente, denominado de responsabilidade compartilhada ou alternância presidencial, que instalou um governo do qual somente os membros desses dois partidos podiam participar”. Dessa forma, qualquer visão diferente era excluída da vida pública.

Pécaut cunhou a terminação "*amigo-enemigo*" [amigo-inimigo], para caracterizar a representação política no período de *La Violencia* com a união de liberais e conservadores. O autor (1997b, p.27) afirma que ocorria uma guerra civil entre os partidos tradicionais, que chegou ao fim em 1958 com a criação da Frente Nacional.

Quando a Frente Nacional tomou o poder, criou um governo sempre aberto ao capital estrangeiro e no qual o Exército passa a ter um papel fundamental na aniquilação de qualquer

⁵³ Entre as práticas repressivas que ocorreram no governo de Pinilla, pode-se citar o massacre contra universitários em 1954, bombardeios a camponeses, matança em Tolima em 1956 e perseguição a civis opositores.

ameaça à soberania política que assumiu o rol principal como garantia da ordem social. Para isso, segundo Iturralde (2003), a ação estatal se concentrou no executivo sem nenhum limite legal, tendo o presidente poderes extraordinários e adotando a figura do estado de sítio de forma permanente⁵⁴. Ao mesmo tempo, a “precariedade do Estado” acabou sendo funcional ao terror que se estendeu pelo país. A repressão oficial apontou para a “base social” da insurgência (CALDERÓN, 1999), e o Estado colombiano se encarregou de criminalizar a certos indivíduos que compartilhavam uma situação permanente de vulnerabilidade, ao considera-los infratores da ordem legal estabelecida (CASTEL, 2004).

Para Oquist (1978, p. 322-323), os acontecimentos “representan una contracción tan severa del poder, que se podría hablar de un derrumbe parcial del Estado”. Ainda de acordo com o autor, a situação política na Colômbia chegou a esse ponto por uma série de fatores, a saber:

(...) a crise e a inoperância das instituições estabelecidas, a perda da legitimidade do Estado, a apelação do mesmo a práticas terroristas que debilitaram ainda mais a estrutura social existente, a ausência física do Estado em grandes regiões do país e as contradições dentro do aparato armado do mesmo (OQUIST, 1978, p. 322-323)⁵⁵.

A luta partidária tinha já provocado divisões dentro de cada partido, e a população em geral se via cada vez mais afetada seja pela repressão do Estado ou pela ausência deste nas zonas rurais. É chave destacar neste período a dimensão dos conflitos agrários na Colômbia e suas implicações políticas, fatos estes que permaneceriam como uma constante nos anos posteriores. Camponeses sem filiação política eram mortos ou submetidos a todo tipo de agressão, como saques de plantações, roubo de gado e ferramentas, incêndios, depredação das suas casas e abandono forçado das suas propriedades.

Oquist (1978, p. 276) explica que nas regiões colombianas onde inexistia a presença estatal, outras formas de controle social acabaram se fortalecendo e assumindo esse papel. Esse tipo de relação ocorreu sobretudo no campo.

Na mesma linha, os autores González, Bolívar e Vázquez (2002, p. 220) afirmam que

⁵⁴ Segundo a *Comisión Internacional de Juristas*: “desde el 9 de noviembre de 1949, cuando el presidente Mariano Ospina Pérez clausuró el Congreso, hasta el 5 de julio de 1991, fecha de entrada en vigencia de la Constitución de 1991, Colombia estuvo 34 años en estado de sitio”. Comisión Internacional de Juristas (2005) “Colombia: Políticas del Gobierno socavan el Estado de Derecho y consolidan la impunidad”.

Disponível em: http://www.acnur.org/t3/uploads/media/COI_971.pdf

⁵⁵ “(...) la crisis e inoperancia de las instituciones establecidas, la perdida de la legitimidad del Estado, la apelación del mismo a prácticas terroristas que debilitaron aún más la estructuración social existente, la ausencia física del Estado en grandes regiones del país y las contradicciones dentro del aparato armado del mismo”

existe na Colômbia um poder político de caráter dual: um dentro dos limites estatais e outro fora destes, onde opera outro tipo de regulação de controle sobre a violência. A autoridade fica delegada ao bipartidarismo e seus mecanismos de controle social – fundamentalmente grupos armados paramilitares, que evidenciam um sistema de domínio indireto do Estado colombiano mediante a sua articulação com os partidos tradicionais.

Dito de outra forma, o controle do Estado se resumia na intervenção do Exército nas cidades, enquanto que as áreas mais afastadas eram controladas por meio de paramilitares a serviço de um dos partidos, seja o Conservador ou o Liberal.

Reynaldo Villalba, do Coletivo Abogados José Alvear Restrepo, afirmou em entrevista (transcrita no Apêndice C) realizada em Bogotá, no dia 15 de julho de 2016, que a criação de grupos paramilitares foi uma estratégia do próprio Estado para eliminar pessoas, desde opositores políticos, membros da Justiça que questionavam as ações e até mesmo defensores de Direitos Humanos.

(...) Na Colômbia tivemos um Estado criminoso, autoridades comprometidas com o crime, um Estado que se valeu da criação e apoio de grupos paramilitares para matar opositores políticos, para deslocar grupos de camponeses e se apropriar de seus territórios para entregá-los às multinacionais. O paramilitarismo não nasceu como uma reação para afrontar a guerrilha, como dizem alguns teóricos. A ideia nasceu de uma missão militar norte-americana no início da década de 60. Militarmente confrontou em escassas oportunidades à guerrilha, o paramilitarismo se dedicou a perseguir o movimento social, a destruir as organizações sociais, sindicais, a matar defensores de Direitos Humanos, a matar os próprios funcionários do Estado que eram um estorvo para eles. Foi um aparato criminal do Estado contra a população civil (VILLALBA, 2016, tradução nossa)⁵⁶.

Villalba considera a ação um ataque à própria Justiça, ao matar os funcionários do sistema judiciário. Não considera um ataque a um grupo político específico, mas também àqueles que ousam investigar o Estado.

Em 1965 o Estado lhes dá apoio, quando permite a criação de grupos armados e no ano de 68 essa legislação temporária fica como uma norma permanente, uma lei, e até o ano de 89 foram respaldo legal de grupos armados que se elimina

⁵⁶ “(...) en Colombia tuvimos un Estado criminal, autoridades comprometidas con el crimen, un Estado que se valió de la creación y apoyo de grupos paramilitares para matar opositores políticos, para desplazar grupos de campesinos y apropiarse de sus territorios para entregárselos a las multinacionales. El paramilitarismo no nació como una reacción para afrontar la guerrilla como dicen algunos teóricos. La idea nació de una misión militar estadounidense comenzando la década del 60’. Militarmente confrontó en escasas oportunidades a la guerrilla, el paramilitarismo se dedicó a perseguir al movimiento social, a destruir las organizaciones sociales, sindicables, a matar defensores de DD.HH., a matar propios funcionarios del Estado que les eran estorbo. Fue un aparato criminal del Estado contra la población civil”

nesse ano. Logo nos anos 90 dão apoio aos paramilitares quando criam as CONVIVIR [*Cooperativas de Vigilancia y Seguridad Privada*] que lhes servem de fachada aos paramilitares para atuar com mais tranquilidade (VILLALBA, 2016, grifo nosso, tradução nossa)⁵⁷.

Em sua análise, Pécaut (1997, p.29) afirma que, na Colômbia, a população (ou vítimas) tem a impressão de que a violência está presente desde sempre, pois aquela iniciada em 1946 é apenas a continuação de conflitos da década anterior, nos anos 1930, que por sua vez é consequência da *Guerra de los Mil Días*, que também é resultado das guerras do século XIX. Cabe ressaltar aqui que o autor pensa a violência, neste sentido específico, enquanto conceito teórico, não em relação ao período histórico – ainda que note que o uso do termo torna-se trivial.

Evocam a violência como uma espécie de fenômeno anônimo ou como uma catástrofe comparável com os desastres naturais e atribuem aos efeitos da violência tudo o que lhes aconteceu desde então: migrações, mudanças de atividade, adoção de outros valores. Então a violência toma efetivamente a aparência de um mito (PÉCAUT, 1997b, p.29)⁵⁸.

2.3 Do nascimento das autodefesas populares à conformação das guerrilhas

Como descrito anteriormente, a origem do período chamado *La Violencia* é controversa e diverge entre historiadores colombianos. Alguns estabelecem seu início a partir de 9 de abril de 1948, com o assassinato de Jorge Eliécer Gaitán – o que detonou o *Bogotazo* –, enquanto outros determinam que começou em 1946, com o acirramento das práticas de terrorismo de Estado do governo conservador de Mariano Ospina Pérez. Como explicado, nesta pesquisa segue-se o estipulado por Paul Oquist, que trabalha com a data de 1946.

Situação semelhante acontece com o nascimento das autodefesas. Concretamente, em 1946, houve no campo uma mobilização popular massiva que resistia ao avanço dos latifundiários e de grupos de criminosos que roubavam as terras de pequenos agricultores. Cabe destacar que, durante este período histórico, as autodefesas tinham como finalidade principal escapar do terrorismo de Estado e dos grupos à margem da lei, sem nenhum objetivo secundário,

⁵⁷ “En 1965 el Estado les da el apoyo, cuando permite la creación de grupos armados y en el año 68 esa legislación temporal queda como una norma permanente, una ley, y hasta el año 89 fueron respaldo legal de grupos armados que se elimina ese año. Luego en los años 90 les dan el apoyo a los paramilitares cuando crean las CONVIVIR que les sirven de fachada a los paramilitares para actuar con más tranquilidad”.

⁵⁸ “Evocan la violencia como una especie de fenómeno anónimo o como una catástrofe comparable con los desastres naturales y atribuyen a los efectos de la violencia todo lo que les sucedió desde entonces: migraciones, cambio de actividades, adopción de otros valores. Entonces la violencia toma efectivamente la apariencia de un mito”.

como a tomada do poder central. Nas palavras de Vega Cantor (2015, p. 33) “até esse momento os bastiões rurais de autodefesa encontravam-se em relativa calma, por isso não é exagero dizer que na Colômbia, do ponto de vista militar, o próprio Estado inventa o inimigo (tradução nossa)”⁵⁹.

Oquist (1978) agrega que a violência a partir dos anos 1940 foi encoberta sob a ideia do confronto bipartidário, escondendo a responsabilidade direta do Estado. Entre 1946 e 1957 são assassinados pelo menos 170 mil colombianos, expropriados 394 mil lotes, equivalente a milhões de quilômetros de terras de pequenos camponeses que são obrigados a deslocar-se a outras cidades. A tortura passa a ser generalizada contra cidadãos que possam ser considerados comunistas, além de grupos parapoliciais passarem a assassinar adversários políticos.

Essa visão é compartilhada por Rodríguez (2013, p. 8), que defende que a violência estatal na Colômbia foi seletiva e intimidatória, respondendo diretamente a interesses econômicos das corporações multinacionais. A questão agrária se constitui em pilar fundamental da condução política imposta pela classe dominante, o que evidencia as desigualdades na distribuição da terra em um país essencialmente agrícola.

Não se pode deixar de assinalar que mesmo antes da organização de trabalhadores rurais para autodefesa, os EUA já mantinham uma relação econômico-militar com a Colômbia bastante consistente, em que apoiavam financeiramente a implantação de uma doutrina militar contrainsurgente para combater esses grupos.

Em 1947, o Comité Central do Partido Comunista Colombiano decidiu que a ação urgente para enfrentar a violência era a formação de uma Autodefesa Popular no campo que pudesse responder às ameaças de maneira organizada.

Nas palavras de Jacobo Arenas, autor de *Cese al Fuego: una historia política de las FARC*:

A Autodefesa era uma organização popular armada dos camponeses e sob a direção do Partido Comunista nas regiões agrárias sob sua influência, cresceu e se fortaleceu onde as circunstâncias a exigiam. Foi realmente um poderoso movimento de massas camponesas. Em algumas cidades e vilarejos importantes, a Autodefesa foi organizada e desempenhou um papel significativo no confronto com "los pájaros", uma organização paramilitar a serviço do governo, dos proprietários de terra e reacionários, dirigida a matar os opositores que entraram em seu caminho. A autodefesa foi criada para defender, e na realidade defendeu,

⁵⁹ “hasta ese momento los bastiones rurales de autodefensa se encuentran en relativa calma, por lo que no es exagerado afirmar que en Colombia, desde el punto de vista militar, el propio Estado inventa al enemigo”.

os interesses e a vida dos camponeses em vastas regiões. (ARENAS, 1985, p. 37, tradução nossa)⁶⁰

Ainda segundo Arenas (1985, p. 87), as autodefesas concentraram-se nos arredores de Tequendama, Viotá e 10 municípios vizinhos, em seguida migrando para Montevideo e El Pato, em Santander. Os grupos atuaram também na linha do ferrocarril de Puerto Wilches, San Juan de Riosco em Cundinamarca, Chaparral no sul do Tolima, em Concepción em Santander do Norte e nas zonas da Tropical Oil Company, da Shell e da Socony Vacunyn nos territórios petrolíferos.

Conforme o mesmo autor (1985, p. 87), surge depois dos acontecimentos de 9 de abril de 1948 a primeira guerrilha liberal em La Colorada. Logo, outras aparecem ao sul de Tolima, algumas se unindo às guerrilhas comunistas, chegando a formar mais de 36 frentes, a maioria de orientação liberal. Paralelamente, a campanha anticomunista concentrou-se nos grupos de autodefesa que sobreviviam nas regiões que passaram a ser denominadas pelo governo de Rojas Pinilla como *Repúblicas Independientes* [Repúblicas Independentes].

Em entrevista a Arango, Jacobo Arenas afirma que existia nessas regiões um “momento democrático do campesinato. As repúblicas independentes eram os movimentos agrários e de autodefesa que nós dirigíamos. Nessa época contabilizaram-se algo como dezessete repúblicas independentes” (ARANGO, 2013, p.15, tradução nossa)⁶¹.

Conforme Arenas (1985, p. 39), após o golpe militar de Rojas Pinilla em 1953, veio um processo chamado “*la pacificación*” [a pacificação], em que prometeu-se uma anistia às guerrilhas que se desmobilizassem. Sem calcular a manobra futura do Estado, as guerrilhas liberais entregaram as armas à direção do Partido Liberal e dissolveram-se. Posteriormente, iniciou-se uma perseguição sistemática dos seus membros e a exterminação dos seus líderes. Ao mesmo tempo, gerou-se um recuo das chamadas guerrilhas revolucionárias que ficaram isoladas.

As guerrilhas de Llanos Orientales, as de Yacopí, a de Urrao, as de Santander, as de Boyacá, sob direção liberal se entregaram e entregaram suas armas. Logo, a maioria dos seus dirigentes e especialmente seus chefes, começando por Guadalupe Salcedo, foram caindo assassinados nas mãos dos mecanismos de

⁶⁰ “La Autodefensa fue una organización popular armada de los campesinos y bajo la dirección del Partido Comunista en las regiones agrarias bajo su influencia, creció y se hizo fuerte allí donde las circunstancias lo exigieron. Fue en realidad un potente movimiento de masas campesinas. En algunas ciudades y poblaciones importantes, la Autodefensa fue organizada y jugó papel de gran significación en el enfrentamiento con los “pájaros”, una organización paramilitar al servicio del Gobierno y los gamonales del pueblo, de los latifundistas y reaccionarios, dirigida a matar a los opositores que hallaran en su funesto camino. La Autodefensa fue creada para defender, y en realidad defendió, los intereses y la vida de los campesinos en vastas regiones.”

⁶¹ “movimiento democrático del campesinado. Las repúblicas independientes eran los movimientos agrarios y de autodefensa que dirigíamos nosotros. En esa época contabilizaron diez y siete repúblicas independientes”.

inteligência e segurança do Estado, pela Polícia e o Exército. As guerrilhas ao sul de Tolima sob comando de Loaizas foram rearmadas pelo Governo e os mandos militares para a guerra contra as guerrilhas revolucionárias (ARENAS, 1985, p. 40, tradução nossa)⁶²

Como explicado, neste período histórico, os grupos de camponeses que formaram as autodefesas não perseguiram objetivos políticos, a não ser escapar e resistir ao avanço da violência. Junto às suas famílias, esses camponeses encontraram nestas comunidades o apoio do Partido Comunista para se organizar, se armar e enfrentar os abusos que sofriam por parte da força pública e também de grupos de criminosos que, aproveitando a conjuntura, usurpavam as suas terras. Agrega Arenas (1985, p. 39) que “a Autodefesa se dá para a defesa dos interesses do povo desta ou daquela região, pela luta pela preservação da paz e da normalidade, para que as pessoas possam trabalhar e produzir nas condições de um ambiente pacífico (tradução nossa)⁶³”.

Contudo, a ditadura de Rojas Pinilla reforça o discurso anticomunista e a leitura de que todos aqueles grupos de campesinos eram quadros políticos, inimigos do Estado a ser exterminados. Para essa tarefa, o governo chega a prometer aos Estados Unidos que poderia liquidar as guerrilhas em dias se lhe fosse fornecido napalm⁶⁴ para combatê-las. Os EUA negaram estes agentes químicos, mas assessoraram a Força Área Colombiana (FAC) na operação de bombardeios contra civis. Vega Cantor (2015, p. 29) afirma que “o governo de Rojas adquire parte do napalm na Europa e, pela primeira vez, o usa contra camponeses colombianos entre 7 e 10 de junho de 1955, quando a Guerra de Villarica é declarada (tradução nossa)”⁶⁵.

Arenas destaca também este fato, pois marca a união das autodefesas junto às guerrilhas neste enfrentamento:

Em Villarrica houve uma guerra. A guerrilha agiu conjuntamente com a Autodefesa pela primeira vez. Havia 10 mil homens do Exército envolvidos na luta. Os guerrilheiros e os camponeses da Autodefesa eram 800 (...) [A

⁶² “Las guerrillas de los Llanos Orientales, las de Yacopí, la de Urrao, las de Santander, las de Boyacá, bajo dirección liberal se entregaron y entregaron sus armas. Luego, la mayoría de sus dirigentes y especialmente sus jefes, comenzando por Guadalupe Salcedo, fueron cayendo asesinados a manos de los mecanismos de inteligencia y seguridad del Estado, por la Policía y el Ejército. Las guerrillas del sur del Tolima todavía al mando de los Loaizas fueron rearmadas por el Gobierno y los mandos militares para la guerra contra las guerrillas revolucionarias.”

⁶³ “la Autodefensa se da para la defensa de los intereses de la gente de ésta o aquella región, para la lucha por la preservación de la paz y la normalidad, para que la gente pueda laborar y producir en las condiciones de un ambiente pacífico”

⁶⁴ O Napalm é um conjunto de líquidos inflamáveis à base de gasolina gelificada. Foi usado pelos Estados Unidos contra civis na guerra do Vietnã (1955-1975).

⁶⁵ “el gobierno de Rojas consigue parte de napalm en Europa y, por primera vez, lo utiliza contra campesinos colombianos entre el siete y el diez de junio de 1955, cuando se declara la Guerra de Villarica”

organização agrária] Sumapaz fez a resistência da guerrilha até quando Rojas Pinilla caiu do poder em 10 de maio de 1957 e é quando começa a segunda pacificação pela junta militar que assumiu o governo. (ARENAS, 1985, p. 40, tradução nossa)⁶⁶

Após a conformação da Frente Nacional, o discurso agressivo contra os movimentos agrários e de autodefesa cresceu de sobremaneira e as chamadas *Repúblicas Independientes* foram o alvo principal. No final de 1959, um ano depois de assumir a presidência da Colômbia, o liberal Alberto Lleras Camargo solicita aos EUA ajuda no combate à insurgência. Uma missão composta por agentes da CIA visita Colômbia e emite um documento em que aconselha formar uma força de combate especializada e transformar o Serviço de Inteligência Colombiano, SIC, sugerindo:

Na área de relações públicas e psicologia de guerra, por exemplo, o Special Team [delegação de agentes especiais] acreditava que um 'Serviço de Informação Colombiano' poderia se tornar virtualmente uma fonte dirigida pelos EUA para encobrir operações de guerra psicológica em conjunto com os interesses norte-americanos e colombianos. (REMPE, 1999, p. 41, tradução nossa)⁶⁷

Em seguida, cria-se o *Departamento Administrativo de Seguridad*, DAS, e a contrainsurgência transforma-se em estratégia central. Como forma de frear e aplacar os motivos do protesto social, cria-se o *Instituto Colombiano para la Reforma Agraria*, INCORA.

No entanto, segundo Vega Cantor (2015, p.22), privilegia-se o investimento no setor militar em detrimento de qualquer transformação econômica e social para a população.

Por exemplo, a Agência de Cooperação dos Estados Unidos (Agency for International Development) (AID) financia a construção de estradas em regiões de presença guerrilheira ou de movimento agrário, porque procura um melhor acesso às zonas de conflito (VEGA CANTOR, 2015, p. 22, tradução nossa)⁶⁸.

Para efetivar sua influência não apenas na Colômbia, mas também em outros países latino-americanos, os EUA criaram um programa chamado "Aliança para o Progresso" no início

⁶⁶ "En Villarrica hubo una guerra. La guerrilla actuó conjuntamente con la Autodefensa por primera vez. Hubo 10 mil hombres del Ejército empeñados en la lucha. Las guerrillas y los campesinos de la Autodefensa eran 800 (...) Sumapaz hizo la resistencia guerrillera hasta cuando cayó Rojas Pinilla del poder el 10 de mayo de 1957 y es cuando se inicia la segunda pacificación por la junta de militares que se hizo cargo del Gobierno."

⁶⁷ "In the area of public relations and psychological warfare, for instance, the Special Team believed that a 'Colombian Information Service' could become virtually a US-directed source for overt and covert psychological warfare operations in joint US-Colombian interest"

⁶⁸ "Por ejemplo, la Agencia de Cooperación de Estados Unidos (Agency for International Development) (AID) financia la construcción de carreteras en regiones de presencia guerrillera o de movimiento agrario, porque se busca un mejor acceso a las zonas de conflicto".

da década de 1960. A proposta do governo norte-americano era reformar as estruturas sociais políticas e econômicas latino-americanas, nas palavras do próprio presidente John F. Kennedy:

Portanto, eu conclamo todos os povos do hemisfério a juntar-se em uma nova Aliança para o Progresso – Alianza para o Progreso - um vasto esforço cooperativo, sem paralelo em sua magnitude e nobreza de propósitos, para satisfazer as necessidades básicas dos povos americanos por casa, trabalho e terra, saúde e escolas – techo, trabajo y tierra, salud y escuela (PAPERS, 1961, p. 2, tradução nossa).⁶⁹

Como observa Rojas (2010, p. 92), os EUA utilizaram-se desse programa para realizar intervenções na região, em resposta à influência da União Soviética e, particularmente, à Revolução Cubana. O grau de interferência dos EUA era tão profundo que definia agendas de políticas públicas, financiamento de programas de assistência social, além de intervir na dinâmica do sistema político.

De forma bastante específica, na Colômbia a Aliança para o Progresso representou o aprofundamento da dependência com os EUA. Ainda segundo Rojas (2010, p. 98), os EUA emprestaram ao país por meio do programa US\$ 885 milhões entre 1961 e 1969 (*ver tabela 2*), o que corresponde a 12% do total dos recursos destinados para a América Latina.

Se contabilizado apenas o que foi investido na área militar, conforme dados do próprio governo norte-americano, os Estados Unidos investiram entre 1960 e 1969 o equivalente a US\$ 89,4 milhões na Colômbia.

Outro destaque foi o estreitamento das relações militares através do Plano Laso⁷⁰, a partir de 1962 quando em fevereiro aterrissa na Colômbia outra equipe do Exército dos Estados Unidos, desta vez liderada pelo general William Yarborough que pretendia dar assistência definitiva para o fim das *Repúblicas Independientes*.

Segundo Rempe (1999, p. 37), o Exército colombiano, sob orientação de equipes norte-americanas, realizou operações para combater os “insurgentes comunistas” na zona rural, em outras palavras, os camponeses organizados em guerrilhas. O autor (1999, p. 52) reforça que, no fim de 1962, 75% das forças militares da Colômbia estavam engajadas em operações de defesa interna.

⁶⁹ “Therefore I have called on all the people of the hemisphere to join in a new Alliance for Progress -- Alianza para Progreso -- a vast cooperative effort, unparalleled in magnitude and nobility of purpose, to satisfy the basic needs of the American people for homes, work and land, health and schools -- techo, trabajo y tierra, salud y escuela”

⁷⁰ LASO: *Latin American Security Operation*. O plano foi desenhado em Washington no marco da política de contrainsurgencia após a Revolução Cubana.

Tabela 2: Investimento dos EUA na Colômbia durante a década de 1960

Ano	Valor investido (em dólares)
1960	5.160.000
1961	17.705.000
1962	8.585.000
1963	6.659.000
1964	9.095.000
1965	10.356.000
1966	13.475.000
1967	9.490.000
1968	4.875.000
1969	4.000.000
Total	89.400.000

Fonte: U.S. Agency for International Development, 2018

Financiamento militar dos EUA na Colômbia Década de 1960

* valores em dólares

Dois anos depois, efetua-se a principal destas missões que dá início a um novo ciclo histórico, quando sob a presidência do conservador Guillermo León, em 27 de maio de 1964, se inicia a "*Operación Marquetalia*":

uma operação de dezesseis mil soldados do Exército para uma área onde os dezesseis mil homens não podiam ficar de pé, porque Marquetalia é um pequeno vale (...) Então começou a luta de dezesseis mil soldados contra quarenta e dois camponeses que não eram guerrilheiros, mas camponeses que queriam viver em paz com suas mulheres e filhos. Mas antes da agressão, eles tinham que se levantar para se defender e então se tornaram, sim, guerrilheiros móveis sob o comando de Manuel Marulanda Vélez. (ARANGO, 2013, p.15, tradução nossa)⁷¹.

Calculada para durar três semanas, os combates prolongaram-se por um ano, gerando impacto internacional pela desproporção das agressões que o Exército executava contra o campesinato do seu próprio país. Segundo Ansaldi e Giordano (2012, p. 382):

El operativo militar movilizó a [miles] de hombres armados, helicópteros, aviones de reconocimiento y bombarderos, entre otros elementos bélicos. Su magnitud generó [incluso] la reacción internacional de intelectuales de renombre, encabezados por Simone de Beauvoir, Jean Paul Sartre y Jackes Duclos (ANSALDI; GIORDANO, 2012, p. 382).

No dia 20 de julho de 1964, o grupo comandado por Manuel Marulanda Vélez, apelidado de *Tirofijo*, definiu-se como *Movimiento Guerrillero* [Movimento Guerrilheiro] e proclamou o *Programa Agrario de los Guerrilleros* [Programa Agrário dos Guerrilheiros], base inicial da sua proposta política e que reivindicava o porquê da sua existência:

Fomos vítimas da fúria dos latifundiários e do militarismo reacionário porque aqui nesta parte da Colômbia predominam os interesses mais retardados do clericalismo ultramontano, os interesses em cadeia da reação mais obscurantista do país. Por isso, tivemos que sofrer na carne e no espírito todas as bestialidades de um regime podre que tem suas raízes no monopólio da terra sob o domínio dos Estados Unidos da América. (ARENAS, 1985, p. 42, tradução nossa)⁷².

⁷¹ “un operativo de dieciséis mil soldados del Ejército para un área donde los dieciséis mil hombres no cabían ni parados, porque Marquetalia es un pequeño vallecito (...) Entonces comenzó la pelea de dieciséis mil soldados contra cuarenta y dos campesinos que no eran guerrilleros sino labriegos que querían vivir en paz con sus mujeres y sus hijos. Pero ante la agresión tuvieron que levantarse para defenderse y entonces se convirtieron, ahí sí, en guerrilla móvil al mando de Manuel Marulanda Vélez”.

⁷² “Hemos sido víctimas de la furia latifundista y del militarismo reaccionario porque aquí en esta parte de Colombia predominan los intereses más retardatarios del clericalismo ultramontano, los intereses en cadena de la reacción más obscurantista del país. Por eso, nos ha tocado padecer en la carne y en el espíritu todas las bestialidades de un régimen podrido que hunde sus raíces en el monopolio latifundista de la tierra bajo el imperio de los Estados Unidos de Norteamérica”

Atacados por terra e ar, dois combatentes de um total de 42 morreram: Luís Salgado e Georgina de Ortiz, conforme Jacobo Arenas afirma em entrevista a Arango (2013, p. 15). Contudo, a resistência na região manteve-se durante mais de um ano, quando com fins táticos trasladou a sua base até Riochiquito. A operação foi celebrada pelos militares que erroneamente acreditaram ter derrotado a insurgência colombiana.

O fato concreto é que a experiência inspirou e serviu de exemplo para outras:

No calor da luta de Marquetalia surgiram então outros grupos guerrilheiros, entre eles El Pato, Riochiquito, Natagaima, Coyaima e Purificación. Esses grupos, exceto os de Riochiquito e El Pato, que eram movimentos agrários e de autodefesa, existiam desde antes, mas com a agressão a Marquetalia eles reviveram (ARANGO, 2013, p.16, tradução nossa)⁷³.

Paralelamente para outorgar amparo legal à perseguição da insurgência camponesa, em 1965, no governo de Guillermo León Valencia (1962-1966), promulgou-se o decreto 3398 citado como o “Estatuto para a Defesa Nacional”. Segundo Leal Buitrago (2011, p. 9), o decreto regulamentou o uso de armas por cidadãos, o que deu arcabouço constitucional para armar e instruir os grupos paramilitares daquela época.

Os paramilitares, em contraposição aos grupos camponeses, eram formados por pessoas contratadas justamente para defender os territórios dos terra-tenentes. Eram mercenários que foram treinados pelas próprias Forças Armadas para expulsar os camponeses das terras.

No final de 1965 realizou-se a primeira conferência das guerrilhas, chamada *Bloque Sur*, pois se localizava ao sul de Tolima e unia outros departamentos como Huila, Cauca e Valle. Participaram naquela reunião os grupos de Marquetalia, Riochiquito, El Pato, Guayabero e 26 de Septiembre, que formaram uma frente única. Outorgou-se base política a esse movimento unificado, que deixava a autodefesa para se converter em uma guerrilha com planos de ações militares e organização política, centralizada em fins ofensivos.

Um ano depois, no final de 1966, se organiza a segunda reunião e se dá um novo nome ao grupo guerrilheiro: *Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colombia*, FARC. Estabelece-se um estatuto interno e, principalmente, é definido como objetivo principal a tomada do poder central:

Nós nos demos um novo plano militar nacional, um plano mais ambicioso de organização política e organização de massas, educação, propaganda e finanças.

⁷³ “Al calor de la lucha de Marquetalia surgieron entonces otros grupos guerrilleros, entre ellos El Pato, Riochiquito, Natagaima, Coyaima y Purificación. Estos grupos, salvo los de Riochiquito y El Pato que eran movimientos agrarios y de autodefensa, existían desde antes, pero con la agresión a Marquetalia se revivieron”.

Nós dissemos pela primeira vez que o Movimento de Guerrilha das FARC estava decolando por uma luta prolongada pela tomada do poder em união com a classe trabalhadora e todos os trabalhadores. Destacou-se a importância vital da organização política como fator consciente e orientador do processo revolucionário colombiano e, nesse sentido, as FARC colocariam tudo o que dependesse delas no cumprimento dessa grande missão (ARENAS, 1985, p. 45, tradução nossa)⁷⁴.

O ataque a Marquetalia acabou em um fato histórico: a origem das *Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colombia*, FARC, o que evidencia as contradições de uma nação colocada em xeque permanente pelas classes dominantes e pelo domínio sobre a terra, sempre sob um cenário onde o Estado era um ator que atuava sem limites. O caráter restringido da democracia fez com que muitos colombianos pensassem que a única opção que restava era a luta armada.

No entanto, para Pécaut (2001, p. 17), existe uma característica particular que diferencia a confrontação colombiana de outras guerras civis no mundo: o fato de que não existiu um afundamento do Estado, como nos conflitos africanos de Sudão, Serra Leoa, Zaire ou Angola, onde o Estado ficou “reduzido a não ser mais do que um ator entre outros, que alimenta a generalização da guerra”⁷⁵. Na Colômbia, continua Pécaut (2001, p. 17), existiu uma “precariedade do Estado” que foi fator central na história colombiana e que serviu de contexto à recorrência da violência, mas que adquiriu singularidades próprias.

Nos anos seguintes, surgiram outros grupos guerrilheiros⁷⁶ que o Estado comandado pela Frente Nacional combateu através da “Doutrina de Segurança Nacional”, justificativa para manter a ordem, transformando o estado de sítio num paradigma de governo. Sobre as características da doutrina à qual apelaram vários governos latino-americanos, Garretón faz uma análise detalhada do projeto imposto a vários países. Ainda que não se refira especificamente à Colômbia, suas considerações podem ser aplicadas à situação do país:

É a luta contra a subversão, contra um inimigo infiltrado na sociedade, que define o imperativo fundamental da segurança nacional. Com este inimigo não há diálogo ou contemporização, mas a busca de sua eliminação ou total

⁷⁴ “Nos dimos un nuevo plan militar nacional, un plan más ambicioso de organización política y de organización de masas, de educación, propaganda y finanzas. Dijimos por primera vez que el Movimiento Guerrillero FARC, despegaba a una lucha prolongada para la toma del poder en unión con la Clase Obrera y todo el pueblo trabajador. Allí se destacó la importancia vital de la organización política como el factor consciente y rector del proceso revolucionario colombiano y que en ese sentido las FARC pondrían todo lo que de ellas dependiera en cumplimiento de aquella gran misión”

⁷⁵ “reducido a no ser más que un actor entre otros, que alimenta la generalización de la guerra”

⁷⁶ No período em que a Frente Nacional esteve à frente do governo colombiano, entre os anos de 1958 e 1974, nasceram em 1964 as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia*, FARC-EP, em 1965 o *Ejército de Liberación Nacional*, ELN, em 1967 o *Ejército Popular de Liberación*, EPL, e em 1974 o *M-19* de composição mais urbana.

extirpação. Trata-se de uma guerra total que inclui o confronto não apenas com o inimigo como tal, mas com todos aqueles que com sua fraqueza permitem que isso aumente sua influência na sociedade. (GARRETÓN, 1978, p.1264, tradução nossa)⁷⁷.

Com financiamento dos EUA e por meio do Plano Laso, o Estado promoveu atividades cívico-militares que procuravam ganhar adesão da população nas cidades, através de jornadas de alfabetização, saúde e obras públicas, mas, simultaneamente, buscou situar a população rural dentro de um regime de terror e medo.

Em um artigo de 1965 na *Revista de las Fuerzas Armadas*, de autoria de Barrera Rueda, consta a informação de que os colombianos deviam amedrontar-se com a figura do Estado, e desta forma os militares necessitavam: “colocar a população dentro de um regime de tal controle na zona rural que chega a temer por sua vida em caso de violar as normas impostas e construir o elemento civil como uma fonte de informação das tropas” (1965, p. 478, tradução nossa)⁷⁸.

Ainda de acordo com o oficial, o *inimigo interno* escopo da “*acción psicológica*” [ação psicológica] poderia ser qualquer cidadão em posição de vulnerabilidade social, descrito assim:

Todo indivíduo insatisfeito, amargo, inconformado, magoado de qualquer forma pela sociedade da qual faz parte, é um guerrilheiro em potencial; se a este estado de alma se acrescenta um fator ideológico suficientemente poderoso para convencer o inconformado de que existe outra forma de vida alcançável com a implementação de um sistema de governo diferente do existente, do rebelde surge o revolucionário (BARRERA RUEDA, 1965, p. 477, tradução nossa)⁷⁹.

O governo da Frente Nacional, sob influência norte-americana, passou a determinar que o inimigo estava dentro das fronteiras do país, nos grupos camponeses que resistiam armados, nos dirigentes sociais, nos sindicalistas, nos estudantes e em todo aquele que provocasse ou participasse de greves. Para o governo, qualquer cidadão poderia ser categorizado como *inimigo interno*, visto que o conceito extrapolou amplamente o espectro dos grupos guerrilheiros e estendeu-se a toda forma de oposição política ou social e a toda forma de dissidência.

O mecanismo de controle que mais foi utilizado foi o estado de sítio ou estado de

⁷⁷“Es la lucha contra la subversión, contra un enemigo infiltrado en la sociedad, lo que define el imperativo fundamental de la seguridad nacional. Con este enemigo no cabe diálogo ni contemporización, sino la búsqueda de su eliminación o extirpación total. Se trata de una guerra total que incluye el enfrentamiento no sólo con el enemigo en cuanto tal, sino con todos aquellos que con su debilidad permiten que este acreciente su influencia en la sociedad”

⁷⁸ colocar la población dentro de un régimen tal de control en la zona rural que llega a temer por su vida en caso de violar las normas impuestas y constituir al elemento civil en una fuente de información de las tropas

⁷⁹ “Todo individuo descontento, amargado, inconforme, lastimado en cualquier forma por la sociedad de que forma parte, es un guerrillero en potencia; si a este estado de alma se agrega un factor ideológico lo suficientemente poderoso para convencer al inconforme de que existe otra forma de vida alcanzable con la implantación de un sistema de gobierno diferente al existente, del rebelde surge el revolucionario”.

exceção⁸⁰. A medida já estava prevista na constituição do país de 1886 e, na prática, era aplicada desde 1948, deixando de constar no documento em 1991⁸¹.

A Colômbia transitou por mais de 30 anos sob esta forma de governo (estado de exceção) e durante estas décadas as práticas do terror por parte do Estado, como repressão, desaparecimentos forçados, controle social e eliminação de qualquer forma de dissidência, foram o padrão no modo de governar. Não obstante, como explica Gallón (1979, p. 125) a dinâmica governamental não respondia apenas à agitação popular, a intensidade e a desproporção constituíam a ofensiva que a classe dominante e o Estado impuseram à aparição de qualquer forma de questionamento ao poder. As normas legais eram impostas pelas instituições democráticas, atenuadas por um estado de exceção quase permanente.

Na década dos 70, o conflito tornou-se mais violento quando os grupos paramilitares se expandiram e se consolidaram em articulação com um terceiro ator: os narcotraficantes⁸². A partir de então, o conflito adquiriu níveis nunca vistos de violência quando se iniciou na Colômbia a chamada *Guerra Sucia*.

Como explicam de Carrillo e Kucharz (2006, p. 153), na Colômbia, passam a proliferar relatos sobre desaparecimentos forçados, prisões arbitrárias, torturas e outras violações de Direitos Humanos, com o pretexto de combater a “subversão”. Assim, adota-se aqui a definição dos autores para *Guerra Sucia*, que se inicia nos anos 1970 e durou por pelo menos duas décadas, pois não existe um “fim” oficial.

No caso colombiano, o sistema de controle social que foi desenvolvido ao longo do último meio século assumiu a forma de uma estrutura dual no uso da função coercitiva do Estado. Essa estrutura combina mecanismos legais com dispositivos ilegais para permitir o uso excessivo da força. (...) A face oculta dessa estrutura são os dispositivos de guerra suja: a formação de grupos paramilitares, a ação ilegal de membros do exército nacional através de operações secretas de “brigadas de inteligência”, as ações de “guerra psicológica” etc (CARRILLO e KUCHARZ, 2006, p. 150, tradução nossa)⁸³.

⁸⁰ Disponível em: <http://americo.usal.es/oir/legislatura/normasyreglamentos/constituciones/colombia1886.pdf>.

⁸¹ Em 1991, foi promulgada uma nova constituição no país e os estados de exceção foram regulados no artigo 212 do capítulo XI. Disponível em: <https://www.ramajudicial.gov.co/documents/10228/1547471/CONSTITUCION-Interiores.pdf>

⁸² Segundo a agrupação *Movimiento de Víctimas de Crímenes de Estado*, MOVICE, o grupo paramilitar MAS (*Muerte a Secuestradores*) expressou de forma clara a coordenação entre as forças militares e os narcotraficantes. Em 1983, o promotor Carlos Jiménez revelou publicamente os nomes de 163 pessoas vinculadas ao MAS, dentro delas 59 eram membros ativos da força pública.

⁸³ “En el caso colombiano, el sistema de control social que se ha gestado a lo largo del último medio siglo ha tomado la forma de una estructura dual en el uso de la función coercitiva del Estado. Esta estructura combina mecanismos legales con dispositivos ilegales para habilitar el libre empleo excesivo de la fuerza. (...) La cara oculta de esta

Os militares assumiram estar num contexto de “guerra integral”, onde o objetivo não era apenas constituído em destruir as guerrilhas, mas sim controlar toda a sociedade.

A necessidade de uma “limpeza política” (Romero M., 2011, p. 285) que viesse a exterminar os grupos e atores sociais opostos ao bipartidarismo foi determinante como parte das táticas da *Guerra Sucia* usadas para enfrentar a guerrilha. Posteriormente, passou a ser uma forma de controle social por parte dessas facções criminosas, ou seja, o assassinato de tipos “indesejáveis”, como moradores de rua, crianças abandonadas, homossexuais, prostitutas e supostos delinquentes (ROMERO M., 2011, p. 273).

Estes grupos formariam posteriormente um projeto mais amplo de reconstrução da ordem rural. Em palavras de Romero M., nestas regiões existia um “sistema político corporativo”, que se sustentava na propriedade pecuarista e agroindustrial.

Nesses anos grupos paramilitares financiados por narcotraficantes e elites rurais, e apoiados por forças de segurança, intensificaram uma limpeza política contra grupos esquerdistas, e começaram uma corrida como atores decisivos nas possibilidades de uma negociação de paz (ROMERO M., 2003, p. 278, tradução nossa)⁸⁴.

estructura la constituyen los dispositivos de guerra sucia: la conformación de grupos paramilitares, la actuación ilegal de miembros del ejército nacional mediante operaciones encubiertas de "brigadas de inteligencia", las acciones de "guerra psicológica", etc.”

⁸⁴ “En estos años grupos paramilitares financiados por narcotraficantes y élites rurales, y apoyados por fuerzas de seguridad, intensificaron una limpieza política en contra de grupos izquierdistas, y comenzaron una carrera como actores decisivos en las posibilidades de una negociación de paz”

Capítulo 3: Caso do União Patriótica

3.1 Origens do partido

Este capítulo trata especificamente do período envolvendo as décadas de 1980 e 1990. Fundamentalmente, o foco é lançado sobre o objeto estudo desta pesquisa: o genocídio da organização política *Unión Patriótica*, fato marcante no histórico da violência política do país e que entrelaça a violência cívico-estatal.

Segundo González (2014, p. 381), na década de 1980, existiu um aumento da polarização política e crescimento da desigualdade que ocasionou um acirramento das tensões existentes entre as diferentes regiões da Colômbia. Consequentemente, ainda segundo González (2014, p. 381), em 1982, a situação originou um reconhecimento por parte do presidente Belisario Betancur da existência dos chamados “*factores objetivos*” [fatores objetivos] da violência. Esses fatores seriam justamente as falhas estruturais que desencadeiam os atos violentos, como os padrões de exclusão social, econômica e política.

Esse reconhecimento por parte de Betancur marcou uma ruptura com a postura predominante do seu próprio partido, o Conservador, que adjudicava até então a violência a atores externos e ideologias estrangeiras no marco da Guerra Fria.

Betancur assumiu o mandato em 7 de agosto de 1982 e ofereceu uma “bandeira branca de paz” ao eleitorado junto com o pedido de que não se derramasse “uma só gota mais de sangue colombiano”. No mesmo período, Betancur promulgou uma Lei de Anistia, aprovada em novembro de 1982 e que decretou a liberdade dos presos políticos condenados na administração do ex-presidente Turbay Ayala, que governou sob estado de sítio e com o chamado *Estatuto de Seguridad*⁸⁵. Ayala decidiu suspender o estado de sítio dois meses antes de deixar o poder, o que anulou também o *Estatuto de Seguridad*, período no qual foram múltiplos os crimes de direitos humanos contra a população.

Assim sendo, segundo González (2014, p. 381), para Betancur a insurgência não respondia apenas ao terrorismo, senão obedecia a causas internas, objetivas e subjetivas, que

⁸⁵ O governo do presidente Julio César Turbay Ayala implementou uma política de segurança conhecida como *Estatuto de Seguridad* (Estatuto de Segurança), com duração de quatro anos (1978-1982). Foi um instrumento de carácter político-jurídico militar, que deu ao poder executivo a possibilidade de decretar políticas e leis sem a necessidade da sanção do poder Legislativo. O *Estatuto de Seguridad* também se caracterizou pelo combate ao Comunismo, em que qualquer ação política era vista como um perigo para a institucionalidade, permitindo uma repressão que violou direitos humanos. Para mais detalhes, ver: Catalina Jiménez Jiménez, “Aplicación e Instrumentalización De La Doctrina De Seguridad Nacional En Colombia (1978-1982): Efectos En Materia De Derechos Humanos”, in *Revista Colección*, págs. 75-105.

necessitavam ser levadas em consideração pelo governo. A proposta do mandatário conseguiu alguns acordos de paz pactuados com as principais guerrilhas, com exceção do grupo *Ejército de Liberación Nacional* (ELN).

Em 30 de março de 1984 foi assinado o cessar-fogo com as FARC, iniciado em 28 de maio desse ano. Em agosto do mesmo ano, concretizou-se também uma trégua com o *Movimiento 19 de abril* (M-19), o *Partido Comunista Marxista Leninista de Colombia* e o seu *Ejército Popular de Liberación*, (EPL). Todavia, o único grupo armado que respeitou o processo foram as FARC.

Meses depois, em 1985, produzia-se um fato histórico após 18 anos de conflito armado com as guerrilhas. Pela primeira vez, conformava-se uma convergência de forças políticas nascidas na raiz deste processo de paz e outorgava-se reconhecimento político a um grupo armado: nascia então o partido político *Unión Patriótica* (UP), que em cooperação com o Partido Comunista expressava a vontade das FARC de formar um movimento de oposição que servisse como mecanismo para permitir a integração da guerrilha à vida legal no país.

Aderiram ao grupo diversos setores de Esquerda e se pactuou um compromisso oficial onde se garantiam os direitos políticos aos novos militantes. Isto incluía também uma anistia que procurava a incorporação de todos os grupos guerrilheiros à institucionalidade. O projeto foi aprovado no Congresso, com amplo respaldo da opinião pública à política pacificadora de Betancur (LEAL BUITRAGO, 2011, p. 61).

Iniciou-se assim um processo de paz, com a instituição de uma comissão de paz, a abertura de diálogos com as guerrilhas e a criação do *Plan Nacional de Rehabilitación* (PNR) [Plano Nacional de Reabilitação], um programa de investimentos públicos em zonas onde operavam os movimentos tidos até então como subversivos.

O fato era transcendental no país, pois desde os bombardeios a Marquetalia era a primeira vez que um governo concedia *status* político a um grupo considerado insurgente e que, ademais, propunha profundas reformas econômicas e sociais, oferecendo uma nova via política que contestava o arcabouço bipartidário que dominou o país durante décadas.

Cabe destacar que conforme o *Tercer Informe sobre la situación de los derechos humanos en Colombia* (1999, art.50), a UP não foi estruturada como um partido político tradicional e sim como uma “alternativa política à estrutura de poder tradicional, que pudesse servir como veículo

para as distintas manifestações de protesto civil e popular (tradução nossa)”⁸⁶. Sendo assim, este seria também o caminho da incorporação legal das FARC à vida civil.

Detalha-se no informe *Unión Patriótica: Expedientes Contra El Olvido*, redigido por Roberto Romero Ospina (2011, p. 242), que no dia 9 de março de 1986 realizaram-se as eleições legislativas – antecedendo as presidenciais em maio desse mesmo ano. Nas eleições, o triunfo foi do Partido Liberal com 3.186.977 votos, seguido pelo Partido Conservador com 2.438.551 e, em seguida, pelo Nuevo Liberalismo com 441.463 votos. A UP obteve 120.442 votos com listas próprias e 198.875, em alianças. Foi a mais alta votação na história dos partidos de Esquerda, com a eleição de nove senadores (entre titulares e suplentes) e 15 representantes na Câmara⁸⁷.

No dia 25 de maio de 1986, o liberal Virgilio Barco triunfa nas eleições presidenciais e, paralelamente, a UP consegue 328 mil votos com seu candidato Jaime Pardo Leal, o que corresponde a 4,5% do total do eleitorado. Uma votação sem precedentes na história dos movimentos de Esquerda na Colômbia. Jaime Pardo é tempo depois ratificado como presidente da UP.

3.2 Reações frente à força do novo partido

Contudo, a classe dominante colombiana não aceitou o novo cenário político, de maior pluralidade e participação social de setores que nunca antes tinham tido suas reivindicações contempladas pelas autoridades.

De acordo com o Grupo de Memória Histórica, a iniciativa de paz organizada por Betancur:

(...) encontrou toda sorte de resistências sociais e institucionais entre os comandos militares, a maioria dos grêmios econômicos e boa parte do estabelecimento político nacional, mas também entre as elites regionais que

⁸⁶ “alternativa política a la estructura de poder tradicional, que pudiera servir como vehículo para las distintas manifestaciones de protesta civil y popular”

⁸⁷ De acordo com Romero Ospina, os nove senadores eleitos foram: Hernando Hurtado, Jaime Montoya, Pedro Nel Jiménez, Gustavo Osorio, Pedro Luis Valencia, Humberto Oviedo, Alberto Rojas Puyo, Pedro Alcántara y Félix Tovar. Os quinze representantes na Câmara são: Gilberto Vieira, Ovidio Marulanda, Betty Camacho de Rangel, Hernán Motta Motta, Elsa Rojas, Henry Millán, Carlos E. Cardona (codinome “Braulio Herrera”, comandante das FARC), Bernardo Jaramillo, Jorge González, Leonardo Posada, Octavio Vargas, Luciano Marín (codinome “Iván Márquez”, comandante das FARC), Rafael Cely, Manuel Agámez e Hernán Rojas.

percebiam como uma ameaça o avanço eleitoral da esquerda (GMH, 2013, p. 135, tradução nossa)⁸⁸.

No documento *Tercer Informe sobre la situación de los derechos humanos en Colombia*, relata-se que os membros da UP tiveram “um significativo resultado nas eleições de 1986 e 1988, mas logo seus membros começaram a ser alvo de ataques violentos” (1999, art.51, tradução nossa)⁸⁹, sendo mortos ou vítimas de desaparecimentos forçados.

Continua o informe de Romero Ospina (2011, p. 242) que, no dia 16 de abril de 1986, as FARC denunciavam publicamente que suas frentes estariam sendo atacadas numa clara tentativa de quebrar a trégua conseguida entre governo e insurgência. E, no dia 9 de maio, é assassinado em Cali o ex-dirigente nacional e ex-senador do Partido Comunista José Cardona Hoyos.

Conforme registra o Informe do Centro de Desenvolvimento e Cooperação (NCOS) (1995, p. 77), em 14 de março de 1986, em Segovia, era assassinado o vice-presidente da UP do município de El Bagre, Luis Eduardo Rojas. O corpo do dirigente apresentava sinais de tortura e foi executado junto a outras quatro pessoas por uma patrulha do exército do batalhão Bomboná. Segundo informação do NCOS (1995, p. 77), o comandante do batalhão era o tenente-coronel Virgilio Arturo Anzola Montero, militar que em 1982 havia criado no Magdalena Medio o grupo paramilitar “*Los Tiznados*”.

Dois meses depois, em julho desse ano, o papa João Paulo II visita a Colômbia e Pardo lhe envia uma mensagem (ROMERO OSPINA, 2011, p. 243) para que interceda pelo fim da violência em Colômbia, denunciando os crimes contra a UP que até aquela data somavam já duzentas vítimas, entre camponeses, estudantes, sindicalistas e militantes.

No informe *Unión Patriótica: expedientes contra el olvido* (2011, p. 244) se registra que no dia 8 de agosto de 1986 as FARC enviaram uma missiva ao presidente Barco, em que se manifesta abertamente a vontade do grupo de continuar a trégua e processo de paz, denunciando ao mesmo tempo a existência da “*Guerra Sucia*”:

a guerra de vinte anos conseguiu parar com os Acordos de La Uribe, são três anos e oito meses sem guerra. Apenas escaramuças, provocações, assassinatos,

⁸⁸ (...) encontró toda suerte de resistencias sociales e institucionales entre los mandos militares, la mayoría de los gremios económicos y buena parte del establecimiento político nacional, pero también entre las élites regionales que percibían como una amenaza el avance electoral de la izquierda

⁸⁹ “un significativo resultado en las elecciones de 1986 y 1988, pero pronto sus miembros comenzaron a ser blanco de ataques violentos”.

desaparecimentos por conta do militarismo e da *guerra sucia*, mas em geral, não há guerra (ROMERO OSPINA, 2011, p. 244, grifo nosso, tradução nossa)⁹⁰.

A cidade de Barrancabermeja, conhecida como a capital petroleira e também berço do sindicalismo segundo NCOS (1995, p. 107), foi cenário desde onde surgiram estrategicamente vários grupos paramilitares como forma de controle do protesto social. Neste município, segundo registra o *Centro de Memoria, Paz y Reconciliación*, ocorreu o primeiro magnicídio da UP. Na tarde de 30 de agosto de 1986, sicários atiraram contra o deputado eleito pela UP, Leonardo Posada. O legislador ficou ferido com gravidade e foi levado ao hospital, onde foi novamente perseguido pelos assassinos e finalmente morto.

Dois dias depois, em 1 de setembro em Villavicencio, fora do colégio da sua filha, era executado o primeiro dos senadores da UP, Pedro Nel Jiménez.

O presidente Barco declarou publicamente que:

o governo tem a vontade inabalável e a decisão de conceder aos líderes e ativistas da UP todas as garantias possíveis que lhes permitam desenvolver toda a sua ação política e sua plena incorporação à vida civil, em um ambiente de segurança e democracia. (ROMERO OSPINA, 2011, p. 245, tradução nossa)⁹¹

As operações de extermínio eram também reivindicadas frente à sociedade. Em agosto de 1987 (NCOS, 1995, p. 78), panfletos eram distribuídos em Medellín assinados pelo grupo *Muerte a Revolucionarios del Nordeste* (MRN). Nestes textos, paramilitares assumiam a autoria de assassinatos de sindicalistas e militantes de Esquerda. Um dos crimes reivindicados pelo grupo foi a morte do médico e acadêmico da Universidade de Antioquia, Pedro Luis Valencia Giraldo, em 14 de agosto de 1987 em Medellín.

Valencia Giraldo foi o segundo senador da UP a ser executado (NCOS, 1995, p. 78). Inicialmente, foi considerado um crime comum. Depois, mostrou-se que era um assassinato político.

No entanto, em pouco tempo, seria revelado que, na realidade, o crime havia sido perpetrado por membros da Rede de Inteligência do B-2 da VII Brigada. Vários paramilitares sob a direção do oficial Tarcisio Miller Koy Nuñez e do

⁹⁰ “la guerra de veinte años se logró parar con los Acuerdos de La Uribe, son tres años y ocho meses sin guerra. Sólo escaramuzas, provocaciones, asesinatos, desapariciones por cuenta del militarismo y de la guerra sucia, pero en general, no hay guerra”.

⁹¹ “el gobierno tiene la inquebrantable voluntad y la decisión de otorgar a los dirigentes y activistas de la UP todas las garantías posibles, que les permita desarrollar toda su acción política y su plena incorporación a la vida civil, en un ambiente de seguridad y democracia”.

segundo sargento Servio Tulio Luna Medina, executaram o parlamentar (NCOS, 1995, p. 78, tradução nossa)⁹².

Em outubro de 1987, em meio a massacres intermitentes, as FARC finaliza a trégua com o governo e junto a outros grupos guerrilheiros conforma-se a *Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar* (CGSB).

Em janeiro de 1988, as vítimas dos assassinatos seletivos contra a UP somavam 342 (ROMERO OSPINA, 2011, p. 248) e, dois meses depois, dias antes das eleições municipais, outros sete dirigentes seriam assassinados. O acirramento da violência impulsionou que o presidente da direção nacional do Partido Liberal declarasse que “la alternativa ya no es paz o guerra, sino guerra civil o negociación política” (ROMERO OSPINA, 2011, p. 248, tradução nossa)⁹³.

No dia 13 de março de 1988, realizaram-se as primeiras eleições de prefeitos na Colômbia, após a reforma política de Betancur. Até essa data, os prefeitos eram designados pelo governador do departamento, que, ao mesmo tempo, tinha sido escolhido pelo presidente. Nestas eleições, foram conquistadas 23 prefeituras pela UP e outros vários cargos de vereador em Urabá e principalmente ao sul do país.

Em novembro desse ano, se produziria o massacre de Segovia. Na tarde de 11 de novembro, três veículos chegaram ao município e começaram uma chacina atirando indiscriminadamente contra os populares. Grande parte das pessoas eram militantes e simpatizantes da UP (NCOS, 1995, p. 83).

No total, 43 pessoas foram mortas e outras 50 ficaram feridas após o tiroteio que durou mais de uma hora. Nem a polícia, que tinha um quartel na praça central desde onde chegaram os carros, nem os militares, que tinham também uma base localizada por onde fugiram os paramilitares, reagiram. Como em outras ações, as Forças Armadas e do Estado não repeliram o ataque.

O massacre de 11 de novembro foi anunciado. As tropas do Batalhão Bomboná realizaram verificações de identidade dias antes nas ruas de Segóvia. Vários militantes da UP em Segóvia receberam ameaças do M.R.N.. Outros, como o militante do União Patriótica, Antonio Giraldo Giraldo, foram diretamente ameaçados de morte por oficiais do Batalhão Bomboná. Em 6 de outubro, Luis Eduardo Sierra, outro militante da UP, foi preso, levado ao quartel da polícia e

⁹² “Sin embargo, al poco tiempo, se revelaría que, en realidad, el crimen había sido perpetrado por miembros de la Red de Inteligencia del B-2 de la VII Brigada. Varios paramilitares bajo la dirección del oficial Tarcisio Miller Koy Nuñez y del sargento segundo Servio Tulio Luna Medina, habían ejecutado al parlamentario”.

⁹³ “la alternativa ya no es paz o guerra, sino guerra civil o negociación política”.

ameaçado pelo Subtenente Edgar Ramírez Mora, do Batalhão Bomboná, que lhe disse "nem pense em fazer nada: que já vem o MRN" (NCOS, 1995, p. 83-84, tradução nossa)⁹⁴.

Tempo depois, os assassinatos continuaram em Segovia sob a ação de outro grupo paramilitar. Em todo o país, na verdade, a UP perdia seus políticos e militantes.

Segundo o NCOS (1995, p. 81), no final de 1987, os municípios de Remedios, Segovia, Zaragosa, El Balgre, Tarazá, Vegachí, Caucasia, Cáceres e Nechí amanheceram com panfletos que advertiam sobre o avanço da União Patriótica na região, onde no ano anterior a nova força política da Esquerda havia conquistado grande parte do eleitorado. O folheto chamava-se “Carta abierta N° 2 al Pueblo del nordeste – Habla el MRN”:

Dizem que somos um grupo paramilitar. Tem razão... De novo dizemos aos nossos irmãos do nordeste que reconquistaremos a região, mesmo que seja com sangue e fogo. Para isso contamos com o apoio militar da Polícia, do Exército Colombiano, do MAS e de ilustríssimos filhos da região que hoje ocupam altíssimas posições no Governo (NCOS, 1995, p. 81, tradução nossa)⁹⁵.

Sobre os grupos considerados contrainsurgentes pela direita, o presidente da *Asociación Nacional de Industriales* (ANDI) Fabio Echeverry Correa já expressava seu descontentamento com a tentativa de promover a paz realizada pelo governo. Ainda em 1983, meses antes do acordo de cessar-fogo, Echeverry declarava que aqueles tidos como rebeldes constituíam uma ameaça interna, visto que:

(...) com a direção e associação de agências subversivas internacionais, se esforçam para destruir o sistema democrático (...) eles representam o marxismo-leninismo, que tem instruções do exterior, que a Colômbia é um país prioritário, um país chave na esfera mundial... querem substituir a classe dominante (NCOS, 1995, p. 37, tradução nossa)⁹⁶.

⁹⁴ “La masacre del 11 de noviembre estaba anunciada. Tropas del Batallón Bomboná habían realizado controles de identidad días antes en las calles de Segovia. Varios militantes de la UP en Segovia habían recibido amenazas del M.R.N.. Otros, como el militante de la Unión Patriótica, Antonio Giraldo Giraldo, habían sido directamente amenazados de muerte por oficiales de Batallón Bomboná. El 6 de octubre, Luis Eduardo Sierra, otro militante de la UP, fue detenido, conducido al cuartel de Policía, y amenazado por el Subteniente Edgar Ramírez Mora del Batallón Bomboná, quien le diría ‘no se le dé nada: que ya viene el M.R.N.’”

⁹⁵ “Dicen que somos un grupo paramilitar. Tienen razón... De nuevo les decimos a nuestros hermanos del nordeste que reconquistaremos la región así sea a sangre y fuego. Para ello contamos con el apoyo militar de la Policía, del Ejército colombiano, del MAS y de ilustrísimos hijos de la región que hoy ocupan altísimas posiciones en el Gobierno”

⁹⁶ “(...) con la dirección y asociación de las agencias subversivas internacionales pugnan por destruir el sistema democrático (...) representan al marxismo-leninismo, que tienen instrucciones del exterior, que Colombia es un país prioritario, país blanco clave del ámbito mundial... quieren reemplazar la clase dirigente mayor”

Como asseverou Duncan (2015, p. 22) no artigo *Exclusión, insurrección y crimen é* inegável a participação de vários outros setores motivados pela manutenção do *status quo*:

aqueles que tomaram a decisão de assassinar funcionários da UP, candidatos e militantes foram elites e setores de poder regionais que temiam que um avanço eleitoral desse partido levasse a uma deterioração de sua posição de poder na periferia, bem como um aumento dos níveis de expropriação da guerrilha (DUNCAN, 2015, p. 22, tradução nossa)⁹⁷.

3.2 Genocídio e omissão do Estado

Múltiplos fatores agudizaram o complexo cenário político colombiano que se formou a partir da década de 1980, o que acirrou o conflito armado a níveis nunca vistos na história. Latifundiários, empresários e industriais de diversos ramos se uniram por afinidade ideológica e promoveram – através de financiamento – a aparição de um terceiro ator no conflito: os paramilitares. Somado a isto, a delinquência comum transformou-se, alimentada pela pobreza crescente e pelos ganhos que oferecia o tráfico. Quem estava à mercê da vulnerabilidade social foi cooptado pelo negócio que injetou capital e novos membros ao conflito.

Estes setores (a direita política e econômica, os paramilitares e os narcotraficantes) articularam-se por considerar que o Estado concedia prerrogativas aos grupos subversivos. Neste caso, a aproximação do governo Betancur com setores da Esquerda e com as guerrilhas, além da própria criação da UP incomodava esses segmentos. Portanto, a direita política e econômica, os paramilitares e os narcotraficantes assumiram que a situação transformava em imperiosa a necessidade de uma estratégia contrainsurgente. Para isto, se conformaria uma “tripla aliança” entre os grupos paramilitares, parte das Forças Armadas e os narcotraficantes.

De acordo com NCOS (1995, p. 36 - 37), para a nova conformação destes grupos chamados inicialmente de “*justicia privada*”, o conluio entre empresários e militares foi decisivo, uma vez que a segurança frente à “ameaça subversiva” esteve presente sempre na agenda política dos grêmios empresariais. Nos primeiros anos da década de 1980, a ameaça subversiva serviu como argumento recorrente para exigir resguardo para os proprietários latifundiários e, uma década depois, foi usada como justificativa permanente da narrativa neoliberal⁹⁸.

⁹⁷ “quienes tomaron la decisión de asesinar a los funcionarios, candidatos y militantes de la UP fueron elites y sectores de poder regionales quienes temían que un avance electoral de este partido condujera a un deterioro de su posición de poder en la periferia, así como a un incremento de los niveles de expropiación de la guerrilla”

⁹⁸ Em 1997, formou-se o grupo *Autodefensas Unidas de Colombia*, AUC, que unia a seis dos principais grupos

A convergência dos interesses do ramo empresarial, de industriais, de pecuaristas, de terra-tenentes e dos militares foi estabelecida por diferentes mecanismos de difusão da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), existente desde a década de 1960 como explicado nos capítulos anteriores. Um desses mecanismos constituía-se nos cursos que o Exército ofertou a profissionais e universitários para aceder às forças militares, o que permitiu que os grêmios adotassem a linguagem e o pensamento castrense.

Ainda que autodefesas fosse o nome dado na década de 1960 aos grupos camponeses que empreendiam uma resistência frente aos ataques do Estado e dos latifundiários, estas organizações ilegais adotaram esse nome vinte anos depois com múltiplos propósitos. Dentro destes, alguns latifundiários usaram o nome de *autodefensas* procurando legitimar o que se considerava o direito à defesa própria das elites regionais frente às guerrilhas.

No texto *Democratización Política y Contrarreforma Paramilitar en Colombia*, de Mauricio Romero (2011, p. 292), explica-se que o termo paramilitar passou a ser controverso a partir dos anos 1980. Isto porque, dessa década em diante, o Exército considera as guerrilhas como paramilitares, enquanto que as próprias guerrilhas usavam este termo (paramilitar) para as forças contrainsurgentes, ou seja, facções criminosas que operavam como braço ilegal do Estado. Ao mesmo tempo, estas organizações ilícitas preferiam ser chamadas pelo termo de autodefesa.

Relata Romero M. (2011, p. 278) que no início da década de 1980 a consolidação do narcotráfico veio acompanhada pela aquisição de terras rurais e urbanas pelos líderes desses grupos em regiões onde coexistia o conflito armado. Este fator foi fundamental para a conjunção de forças com a organização militar, pois muitos dos milicianos que conformariam os grupos paramilitares trabalharam primeiramente como sicários dos narcotraficantes, sendo guardiões das fazendas destes. Posteriormente, passavam a integrar as organizações contrainsurgentes que se estruturaram em cooperação direta com membros do Exército colombiano.

Romero M. (2003, p. 281) assevera que os paramilitares haviam se transformado numa expressão aberta da negativa das elites regionais contra os possíveis efeitos das negociações políticas entre o governo e as guerrilhas e a consequente abertura democrática. Somado a isso, parte da cúpula Militar mantinha uma tensão com o poder Executivo, o que sempre foi uma

paramilitares do país. Sob a premissa de ser uma organização que ofertava um modelo de segurança para combater às guerrilhas e sob defesa do argumento da “defensa de la propiedad privada y la libre empresa”. Em 1995, segundo o NCOS, destes grupos chamados também de justiça privada, esquadrões da morte, autodefesas, exércitos privados ou bandas de sicários chegaram-se a contabilizar uns 250 repartidos pelo país.

constante na história quando ocorriam negociações de paz entre as guerrilhas e o governo. Nas palavras de Romero:

As elites regionais e a organização militar coincidiram em sua oposição às políticas de paz durante o governo de Belisario Betancur, e desde então essa coincidência tem sido definitiva para os resultados das tentativas de reconciliação (...) Essa concorrência no nível regional, somada ao investimento de diferentes narcotraficantes na compra de propriedades rurais e propriedades urbanas ao longo de todo o país, evoluiu para o fenômeno paramilitar e de autodefesa do presente. Essa "aliança funcional" entre elites regionais, setores das forças armadas e narcotraficantes contra a guerrilha se fortaleceu ainda mais com as reformas de descentralização política e administrativa iniciadas em meados dos anos 80. Com efeito, o equilíbrio do poder político local se viu ameaçado (ROMERO, M., 2003, p.281, tradução nossa)⁹⁹.

Os riscos de uma eventual democratização do sistema, a ameaça ao monopólio bipartidário dos partidos Liberal e Conservador que representava a força política da UP era tangível e autêntica. Isto porque, dentro da estrutura local e regional, candidatos de Esquerda tinham pela primeira vez chances concretas de serem eleitos não apenas pelas suas propostas – que representavam as demandas dos setores historicamente marginalizados no debate público –, senão também porque o novo sistema eleitoral transformava o mecanismo que sustentou o bipartidarismo nas regiões e permitia, desde 1988, a eleição de mandatários locais.

Essa capacidade foi um feito sem precedentes na história colombiana, uma vez que até 1988 os governadores nomeavam os prefeitos, depois de serem designados pelo presidente. Pensar que os antigos guerrilheiros, seus porta-vozes ou os dirigentes tradicionais das frentes eleitorais de esquerda passaram a ser potenciais líderes políticos capazes de competir pelo poder local, intensificou a intransigência de muitos anos de rancores e ódios acumulados pela guerra irregular. (ROMERO, M., 2003, p.281, tradução nossa)¹⁰⁰.

Muito embora, como explicado anteriormente no capítulo II, a existência do paramilitarismo vinculado aos latifundiários seja parte da memória histórica dos colombianos –

⁹⁹ “Elites regionales y organización militar coincidieron en su oposición a las políticas de paz durante el gobierno de Belisario Betancur, y desde entonces esa coincidencia ha sido definitiva para los resultados de los intentos de reconciliación (...) Esa concurrencia a nivel regional, sumada a la inversión de diferentes narcotraficantes en la compra de predios rurales y propiedades urbanas a todo lo largo y ancho del país, evolucionó hacia el fenómeno para-militar y de autodefensas del presente. Esa «alianza funcional» entre élites regionales, sectores de las fuerzas armadas y narcotraficantes en contra de las guerrillas, se fortaleció aún más con las reformas de descentralización política y administrativa iniciadas a mediados de los años 80. En efecto, el balance del poder político local se vio amenazado”.

¹⁰⁰ “Esa competencia era un hecho sin precedentes en la historia colombiana, ya que hasta 1988 los gobernadores nombraban a los alcaldes, luego de que aquellos eran designados por el presidente. Pensar que antiguos guerrilleros, sus voceros o los tradicionales dirigentes de los frentes electorales de izquierda, pasaran a ser potenciales líderes políticos con capacidad de competir por el poder local, agudizó la intransigencia de muchos años de rancores y odios acumulados por la guerra irregular”.

desde a promulgação em 1965 do *Estatuto Orgánico para la Defensa Nacional* [Estatuto Orgânico para a Defesa Nacional]–, foi no transcurso das décadas de 1980 e 1990 que estes grupos cresceram e obtiveram treinamento técnico e militar. Adquirem também uma nova face quando incorporam às suas filas a membros e recursos do narcotráfico.

Em 1981, em represália ao sequestro organizado pela guerrilha M-19 contra o familiar de um narcotraficante, estes se uniram com membros do Exército e da polícia para criar o grupo *Muerte a los Secuestradores*, conhecido por MAS (ROMERO, M., 2003, p. 286). Uma amálgama entre narcotraficantes, empresários rurais com treinamento castrense e militares ativos que combatiam o sequestro e a extorsão praticados pelas guerrilhas.

A criação do MAS foi divulgada publicamente, em dezembro de 1981, quando desde um jato que sobrevoava a cidade de Cáli foram lançados milhares de panfletos que anunciavam a sua fundação e ressaltavam que entre seus integrantes existiam: “Grandes do F-2, guerreiros do B-2, inteligência do DAS, Falcões da Força Aérea, e Tubarões da Marina” (NCOS, 1995, p. 92-93).

A arremetida paramilitar contra a insurgência, que incluiu até os industriais que perseguiram a “*limpieza política*” [limpeza política] (ROMERO, M., 2003, p.278) no país, transformou-se numa união recíproca que receberia a solidariedade gremial quando necessário.

Em 1983, após a acusação da Procuradoria Geral da Nação contra 59 membros das Forças Armadas de estarem envolvidos nas atividades do grupo paramilitar *Muerte a Secuestradores*, MAS, a maioria das grandes associações empresariais expressaria publicamente seu apoio às Forças Armadas (...) não se limitariam a declarações públicas de apoio: advogados ligados a essa instituição assumiram a defesa de várias pessoas de Magdalena Medio acusadas de paramilitares pelo Procurador (NCOS, 1995, p. 38, tradução nossa)¹⁰¹.

O MAS focou-se na região do Magdalena Medio¹⁰² (*ver figura 1*), área onde se conjugavam os interesses terra-tenentes e os recursos do narcotráfico junto ao apoio técnico e ideológico do Exército, que seria medular para aniquilar a presença guerrilheira (LEAL, 2002, P.138). Esta região transformou-se em centro nevrálgico da pressão exercida contra o governo de Betancur e os diálogos de paz.

¹⁰¹ “En 1983, a raíz de la acusación de la Procuraduría General de la Nación contra 59 miembros de las Fuerzas Armadas de estar involucrados en las actividades del grupo paramilitar *Muerte a Secuestradores*, MAS, la mayoría de los grandes gremios empresariales manifestarían públicamente su apoyo a las Fuerzas Armadas (...) no se limitaría a declaraciones públicas de respaldo: abogados vinculados a esa institución asumirían la defensa de varias de las personas del Magdalena Medio acusadas como paramilitares por el Procurador.”

¹⁰² Magdalena Medio é uma região localizada no vale do Rio Magdalena, entre os departamentos (estados) de Antioquia, Boyacá, Caldas, Cundinamarca, Santander, Tolima, Bolívar e Cesar. Nos anos 1980, o local passou a ser palco do conflito entre paramilitares e guerrilheiros. É considerada uma das regiões mais pobres e violentas do país, apesar do potencial para produção agropecuária.

Figura 1: Mapa de Magdalena Medio

Fonte: Corporación Desarrollo y Paz del Magdalena Medio (CDPMM).

Romero Ospina (2011, p. 152) narra a morte de oitenta camponeses após a visita do presidente Betancur às regiões de Puerto Berrío e Cimitarra, em Magdalena Medio. Segundo Romero Ospina, os assassinatos seriam uma indicação sobre as consequências da perseverança de Betancur em manter conversações de paz com as guerrilhas.

Em concordância, NCOS (1995, p. 53) afirma que a região de Magdalena Medio foi durante a década de 1980 berço do grupo *Fuerza Delta* que nasceu com o objetivo de “cuidar ganaderos”, um dos grêmios mais vinculados às redes paramilitares repartidas por diversas partes do país. Os pecuaristas, de acordo com a publicação, foram um dos grêmios mais participativos nas estruturas ilegais e chegaram a formar um “para-Estado” (1995, p. 53) constituído por empresários, militares e políticos locais, situação que lhes permitiu “impor sua lei, subtraindo-se das imposições de um Estado de Direito (tradução nossa)”¹⁰³.

Um exemplo disto foi a utilização que os latifundiários deram a estes grupos para resolver pendências trabalhistas. De acordo com NCOS (1995, p. 54), isto se transformou numa prática frequente. A publicação registra a declaração de um ex-miliciano que revela que foi dinâmica corriqueira:

(...) trabalhadores agrícolas, a quem se devia salários ou benefícios, são designados como auxiliares da guerrilha para serem eliminados pelos paramilitares (...) membros civis de grupos paramilitares frequentemente executam simples trabalhadores a quem proprietários de terra e empresários não querem pagar o que lhes devem (NCOS, 1995, p. 54, tradução nossa)¹⁰⁴.

Nesta localidade, a aliança de militares e empresários deu inicialmente o arcabouço técnico e financeiro aos paramilitares, o que lhes permitiu dominar o território. Prontamente, se conformaria também um partido político, expressão do paramilitarismo, o *Movimiento de Renovación Nacional* (MORENA). Agrega o seu dirigente Armando Valenzuela:

X
Em Magdalena Medio, a conjunção de fazendeiros e camponeses valentes e militares reflexivos e patriotas, pôde operar o milagre de deixar os guerrilheiros sem um povo e que estes, carentes de piso social, desapareceram, dizimados pela rejeição coletiva que tomou forma nas ações do Exército regular, associado ao povo rural que repassava informações e guiava as tropas (NCOS, 1995, p. 48, tradução nossa)¹⁰⁵.

¹⁰³ “imponer su ley sustrayéndose a las imposiciones de un Estado de Derecho”

¹⁰⁴ “(...) trabajadores agrícolas, a quienes se les adeuda salarios o prestaciones, sean señalados como auxiliares de la guerrilla para ser eliminados por los paramilitares (...) civiles miembros de grupos paramilitares, frecuentemente ejecutan a simples trabajadores a quienes hacendados y empresarios no les quieren pagar lo que les deben”

¹⁰⁵ “No Médio Magdalena, a conjunção de fazendeiros corajosos e camponeses e patriotas militares reflexivos, pôde trabalhar o milagre de deixar os guerrilheiros sem um povo e que este, sem soalho social, desapareceu, dizimado pela

Destaca-se que no primeiro ano do governo de Betancur, em 1982-1983, houve 683 vítimas fatais de paramilitares, enquanto foram registradas 368 mortes no último ano de governo de Turbay Ayala, em 1981-1982. Os assassinatos aconteceram simultaneamente ao empenho do governo de Betancur na aproximação com as guerrilhas.

Em palavras de Romero M.:

Paradoxalmente, a reforma política, impulsionada para promover a democracia e a autonomia local, polarizou ainda mais o conflito armado e, desde então, expôs civis ativos na política local às ameaças de paramilitares, guerrilheiros ou forças de segurança. (ROMERO M., 2003, p. 278, tradução nossa)¹⁰⁶.

A desmilitarização das zonas camponesas e, principalmente, o combate aos grupos paramilitares implicavam ações cada vez mais complexas. Para Zubiría (2015, p. 356), essas ações são fundamentais para entender o desenlace do processo de paz iniciado por Betancur. O que parecia ser um promissor acordo de paz não se concretizou e acabou contaminado por outros elementos que impedem o pacto, sendo eles:

(...) a tomada paramilitar de algumas áreas da nossa geografia e a consolidação do terrorismo de Estado; a escalada e expansão do conflito insurgente; a ascensão da economia transnacional das drogas ilícitas (...) Neste período, as organizações paramilitares, com o apoio da força pública, passaram a dominar territórios em áreas como Puerto Boyacá e Puerto Wilches e estabeleceram uma guerra aberta contra a população nas regiões de Urabá, Barrancabermeja e Meta. (ZUBIRÍA, 2015, p. 356, tradução nossa)¹⁰⁷.

Segundo o Centro Nacional da Memória Histórica da Colômbia (CNMH), entre 1958 e 2012 ocorreram no país 220 mil mortes, e entre 1985 até 2012, aproximadamente 25 mil desaparecidos e quase cinco milhões de deslocados por causa do conflito bélico entre o Exército, as guerrilhas e os paramilitares.

A experiência do genocídio da UP é a máxima repressão que o Estado colombiano aplicou durante a sua história. Não obstante, este extermínio político demonstra a essência da

rejeição coletiva que tomou forma nas ações do Exército regular, associado ao povo rural que repassou informações e orientou as tropas”

¹⁰⁶ “Paradójicamente, la reforma política, impulsada para promover la democracia y autonomía local polarizó aún más el conflicto armado, y ha expuesto desde entonces a los civiles activos en política local a las amenazas de los paramilitares, las guerrillas, o las fuerzas de seguridad”.

¹⁰⁷ “(...) el copamiento paramilitar de algunas zonas de nuestra geografía y la consolidación del terrorismo de Estado; el escalamiento y expansión del conflicto insurgente; el ascenso de la economía transnacional de las drogas ilícitas (...) En este periodo organizaciones paramilitares, con el apoyo de la fuerza pública, empezaron a dominar territorios en zonas como Puerto Boyacá y Puerto Wilches y establecieron una guerra abierta contra la población en regiones del Urabá, Barrancabermeja y Meta”.

conformação deste Estado configurado pelo regime bipartidário, as suas forças e as elites do país. Paralelamente, enquanto se propunha a abrir a pluralidade do campo político, eliminava todas as representações sociais e novas forças políticas, pois permitia a alternância de apenas dois partidos no poder. Quer dizer, agudiza-se a violência e fecham-se os cenários de participação política.

A consequente eliminação dos chamados simpatizantes ou, de fato, apenas indivíduos ou grupos sociais – que pela sua condição são marginalizados pelo Estado colombiano – acontece porque ali se germina a base que apoia e é, ao mesmo tempo, o ensejo do movimento armado. O fato é descrito pela Anistia Internacional:

Entre os chefes militares e os traficantes de drogas se desenvolveu uma comunidade de interesses, dado que ambas as partes desejavam a eliminação de membros das comunidades rurais que poderiam simpatizar com insurgentes ou apoiá-los, além de privar os guerrilheiros de sua base social (ANISTIA INTERNACIONAL, 1994, p. 47, tradução nossa)¹⁰⁸.

A UP não apenas estava composta como uma coligação que incluía a membros das FARC e do Partido Comunista. Era a união daqueles que foram marginalizados pelo bipartidarismo. Uma conjunção de forças multiculturais e sociais que incluiu a camponeses, sindicalistas, estudantes, intelectuais e membros de movimentos regionais de tendências esquerdistas. Aniquilou-se o mundo sindical¹⁰⁹, e coercitivamente se institucionalizou a violência política contra todos que buscavam reformas. E o extermínio não ficou restrito às décadas de 1980 e 1990, mas continua como um paradigma de governo, pois entre janeiro e junho de 2018, um total de 98 líderes sociais foram mortos.¹¹⁰

Os assassinatos foram ligados a militares, mas a legislatura colombiana designava tribunais militares para julgar os casos. Assim, muitos não cumpriam penas ou eram inocentados durante os julgamentos. Conforme a Anistia Internacional (1994, p. 74), o Defensor del Pueblo

¹⁰⁸ “Entre los jefes militares y los traficantes de drogas se desarrolló una comunidad de intereses, dado que ambas partes deseaban la eliminación de los miembros de las comunidades rurales que podrían simpatizar con los insurgentes o apoyarlos, así como privar a los guerrilleros de su base social”.

¹⁰⁹ Segundo a organização sem fins lucrativos *Public Citizen*, mais de 2.680 sindicalistas foram mortos na Colômbia desde 1986, um número muito maior do que a soma de todos os sindicalistas mortos no resto do mundo. Durante o governo de Álvaro Uribe, cerca de 600 sindicalistas foram assassinados. Ainda conforme a organização, grupos defensores dos direitos humanos atestam que há uma relação entre o governo colombiano e paramilitares responsáveis pelos assassinatos. Para mais informações sobre as mortes de sindicalistas na Colômbia, ver: *Public Citizen, Colombia NAFTA Expansion: Economic and Human Rights Nightmare*. 2011. Disponível em: <<https://www.citizen.org/sites/default/files/colombia-fact-sheet-june-2011.pdf>>

¹¹⁰ Dados de um levantamento realizado pelo Instituto de Estudios para el Desarrollo y la Paz (Indepaz). Para mais informações, ver: “98 líderes sociales han sido asesinados en Colombia en el 2018”, *Telesur*, 2018. Disponível em: <<https://www.telesurtv.net/news/colombia-cifra-asesinato-lideres-sociales-20180606-0030.html>>

divulgou que de 717 homicídios de membros da UP, ocorridos entre janeiro de 1985 e setembro de 1992, foram condenados réus em apenas quatro casos.

Aqui, cabe relacionar a situação da Colômbia com a teoria de Agamben vista no capítulo I, quando o autor menciona que por meio do estado de exceção o governo dá anuência para a eliminação de adversários ou de qualquer um que não se integre ao sistema. Afinal, na Colômbia, ocorre a institucionalização das formas legais que acobertaram uma guerra civil. O Estado foi partícipe em algumas situações e, em outras, omisso. Além disso, permitiu com que se promovesse não só a eliminação de adversários políticos, no caso personificados nos membros da UP, mas de categorias inteiras de cidadãos, quando promove a limpeza social com os assassinatos seletivos de marginalizados.

Trazendo Alarcón (2018, p. 22) para a discussão, o autor reflete sobre o *modus operandi* dos paramilitares em relação aos adversários, em que se torna árduo identificar os reais autores dos atos violentos: se agentes estatais ou milicianos. Isto com o objetivo de que as investigações não prosperem. E com Agamben, como já mencionado, temos que o Estado age dentro do “exceto” para atingir seus próprios cidadãos.

Sendo assim, assume-se nesta pesquisa que o Estado atua como ente omisso, pois as ações do paramilitarismo correspondem aos seus interesses e convergem a objetivos comuns. Primeiramente, não condena nem persegue a estes grupos, ao mesmo tempo em que os constitui e fornece armas e equipamentos. Gera-se assim uma amálgama perfeita para a execução do crime.

Em 1993, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) iniciou uma demanda contra o Estado colombiano pelo genocídio praticado contra a UP, pois houve participação de agentes do Estado e grupos paramilitares no extermínio da organização. No dia 26 de maio de 2010, a CIDH responsabilizou o Estado colombiano em pelo menos uma morte: do senador Manuel Cepeda Vargas. A organização considerou que foi comprovada no crime a participação de membros da força pública de forma explícita, como agentes das Forças Armadas. Soma-se a isso que o Estado ainda encobertou e se omitiu durante a execução de um plano de extermínio contra outros membros da UP ao apoiar grupos paramilitares.

A emergência do narcotráfico junto ao fortalecimento do paramilitarismo em aliança com o mundo gremial e os militares teve como resultado o extermínio da UP. No entanto, é necessário ressaltar que, como em outras épocas da sua história, o país foi vítima simultânea de muitas

guerras, sendo uma que respondia a interesses externos e que alimentava a economia transnacional dos Estados Unidos e do crime colombiano.

Um dos fatores a analisar durante a época em que foi concretizado o progressivo genocídio sofrido pela UP é o contexto internacional, dividido num mundo político bipolar que deu margem a reforçar antigas retóricas, como a Doutrina Truman. Isso está relacionado com a Colômbia, porque o crescimento da Esquerda – representado no progressivo triunfo eleitoral da UP –, serviu de alerta para que seus membros fossem combatidos, pois no país determinado viés ideológico nunca esteve representado institucionalmente. Somado a isso, a Colômbia ocupa geopoliticamente uma posição estratégica por estar localizada entre o Caribe e a América do Sul, ou seja, é central para os interesses dos Estados Unidos, como dito no capítulo II.

Em plena Guerra Fria, os EUA aprofundaram a sua intervenção na América-Latina. Conforme Romero M. (2003, p. 284), Ronald Reagan ofereceu aos setores militares colombianos uma “justificación política y moral” (justificativa política e moral) para sua atuação. A reivindicação da violência, instrumentalizada como arma política contra setores da população que eram identificados como o *inimigo interno*, encontrava no contexto internacional um arcabouço que sustentava antigos preceitos ideológicos.

Isto é reafirmado no *Informe Torrijos* (2014, p. 9), onde se salienta que na Colômbia o discurso político norte-americano influenciou de maneira substancial os governos após o termino da Segunda Guerra Mundial. Desta forma, com o pretexto de conter o avanço do comunismo, se institucionalizou a “falacia de percibir como amenaza a todo aquel que profesase el marxismo” e sob esta tendência administrou-se o poder e continuou-se sucessivamente aplicando essa premissa:

como pretexto para que logo ocurresen conductas criminosas, como las ejecutadas por agentes del Estado que, prisioneros de severos trastornos mentales e individualmente embargados por esa falacia de la contención del comunismo, atacaron colectivos políticos de izquierda, como la Unión Patriótica, llegando inclusive a asociar-se a organizaciones terroristas que, sob o pretexto de contrabalancear unilateralmente o expansionismo guerrillero, não apenas lucravam ao disputar com os insurgentes os recursos escassos, mas também enfraqueciam sensivelmente a autoridade e a integridade do Estado. (INFORME TORRIJOS, 2014 p. 9, tradução nossa)¹¹¹.

¹¹¹ “como pretexto para que luego se diesen conductas criminales como las ejecutadas por agentes del Estado que, presos de severos desórdenes mentales e individualmente embargados por aquella falacia de la contención del comunismo, atentaron contra colectivos políticos de izquierda, como la Unión Patriótica, llegando inclusive a asociarse con organizaciones terroristas que, so pretexto de contrarrestar unilateralmente el expansionismo

Na ofensiva comunicacional, o ex-embaixador dos EUA nos primeiros anos de 1980, em Bogotá, Lewis Tambs, acusou as FARC de ser uma *narcoguerrilha* que financiava suas atividades de forma ilícita. Assim, criminalizou o movimento rebelde e disseminou uma retórica que seria discurso comum nos meios de comunicação no mundo.

Para Romero M. (2003, p. 285) as negociações de paz propostas por Betancur revelaram o “inflexível das identidades moldadas (tradução nossa)”¹¹² dentro do mundo militar, estas que foram reforçadas durante a Guerra Fria. Em outras palavras, mostravam o quanto a formação militar era concebida em torno de um *inimigo interno* a ser eliminado, pois ameaçava o que era por estes militares considerados os valores tradicionais da nação.

Ao povo colombiano estava negado o direito de referendar um novo modelo político e social que apontasse à pluralidade. Os interesses que existiam nas Forças Armadas, nas elites regionais e no antigo espectro da classe política colombiana continuaram recebendo influência estrangeira (ROMERO M., 2003, p. 285).

O caso das forças armadas durante os anos 80 revela como suas identidades foram forjadas em relação a atores domésticos e também em relação a estrangeiros. As negociações indicaram que as forças armadas eram responsáveis não apenas contra atores nacionais, mas também contra atores internacionais, neste caso o governo republicano dos Estados Unidos (ROMERO M., 2003, p. 285, tradução nossa)¹¹³.

O crescimento contínuo da UP trouxe um aumento geral dos atentados, desaparecimentos forçados e assassinatos contra o partido, que denunciou ao presidente Barco ser vítima de um novo capítulo das ações da Operação Cóndor¹¹⁴. Os membros do partido alegavam que eram vítimas de operações coordenadas e financiadas pelos EUA.

guerrillero, no sólo se lucraban al disputarse con los insurgentes los recursos escasos, sino que menoscababan sensiblemente la autoridad y la integridad del Estado”.

¹¹² “inflexible de las identidades moldeadas”.

¹¹³ “El caso de las fuerzas armadas durante la década de los 80 revela cómo sus identidades se forjaron en relación con los actores domésticos, y también en relación con los foráneos. Las negociaciones indicaron que las fuerzas armadas eran responsables no sólo frente a actores domésticos, sino también frente a actores internacionales, en este caso el gobierno republicano de los Estados Unidos”

¹¹⁴ A Operação Cóndor foi um plano desenhado pelos Estados Unidos em conluio com as ditaduras militares do cone sul que dirigiam uma coordenação repressiva pelo continente para perseguir e eliminar a militantes políticos, sociais, sindicalistas e estudantes. Dirigido pelo chileno Manuel Contreras, braço direito do general Pinochet e chefe da polícia secreta, junto ao cubano Luis Posada Carriles, terrorista e agente da CIA, unia aos serviços de inteligência na troca de informações e permitia o livre trânsito entre as fronteiras para perpetrar sequestros, assassinatos e torturas.

Conjuntamente, os grupos paramilitares também cresciam, mudavam os nomes e continuavam as suas operações. O Estado – ainda que oficialmente manifestasse estar investigando – na prática era um ator omissor ou, no pior dos casos, partícipe das ações.

Pécaut também analisa o assassinato de membros da UP. Em relação a 1988, ele denuncia o extermínio dos militantes e políticos eleitos:

A experiência se torna a partir daquele momento em uma tragédia sem precedentes. Os grupos paramilitares, apoiados por membros das forças da ordem e por políticos de todos os níveis, empreendem o extermínio sistemático dos quadros e dos militantes da UP. As estimativas sobre o número de vítimas variam em torno de 2.500, entre os quais figuram a maioria dos eleitos, incluindo os eleitos para o Congresso, os presidentes da organização, inúmeros dirigentes sindicais e líderes camponeses, toda uma geração de jovens militantes. Através da UP, o Partido Comunista também fica severamente debilitado (PÉCAUT, 2015, p. 33- 34, tradução nossa)¹¹⁵.

A Colômbia, que durante grande parte da sua história esteve sob a sombra e os desígnios estrangeiros, chegou ao final do século XX parecendo estar em três guerras paralelas que não lhe pertenciam. Zubiría afirma:

Ligavam-se três guerras com sua exponencialidade de ódio e insanidade: a guerra contra o terrorismo, a guerra contra as drogas e os vestígios da "guerra fria". Simplesmente, basta lembrar que um prefeito de Nova York, em seu delírio militarista, propôs o bombardeio de Medellín. É necessário, também, enfatizar que os lucros de sua indústria criminosa beneficiam preferencialmente os traficantes norte-americanos e internacionais. Aquela afirmação de que colocamos os mortos e a destruição da natureza, e outros usufruem dos ganhos econômicos, sempre foi certa (ZUBIRÍA SAMPER, 2015, p. 43, tradução nossa)¹¹⁶.

Estimativas indicam que, entre 1985 e 1993, cerca de cinco mil membros da *Unión Patriótica* foram mortos na Colômbia por grupos paramilitares e agentes do próprio Estado. Entre as vítimas dos assassinatos estão dois candidatos à presidência do país. Jaime Pardo Leal, que foi presidente da UP e candidato, tinha 30% das preferências para a eleição presidencial antes de ser

¹¹⁵ “La experiencia se convierte a partir de ese momento en una tragedia sin precedentes. Los grupos paramilitares, secundados por miembros de las fuerzas de orden y por políticos de todos los niveles, emprenden el exterminio sistemático de los cuadros y los militantes de la UP. Los estimativos con respecto al número de víctimas oscilan alrededor de 2.500, entre los cuales figuran la mayor parte de los elegidos, incluyendo los elegidos al Congreso, los presidentes de la organización, innumerables dirigentes sindicales y líderes campesinos, toda una generación de jóvenes militantes. A través de la UP, el Partido Comunista queda también gravemente debilitado”.

¹¹⁶ “Se ligaban tres guerras con su exponencialidad de odio y demencia: la guerra contra el terrorismo, la guerra contra las drogas y los vestigios de la “guerra fría”. Simplemente, baste recordar que un alcalde de Nueva York, en su delirio militarista, propuso bombardear Medellín. Es necesario, también, subrayar que las ganancias de su industria criminal benefician preferencialmente a los traficantes norteamericanos e internacionales. Aquella afirmación de que nosotros ponemos los muertos y la destrucción de la naturaleza, y otros usufructúan las ganancias económicas, siempre fue cierta”.

assassinado por sicários em 11 de outubro de 1987. Três anos depois, em 22 de março de 1990, aos 34 anos, era assassinado Bernardo Jaramillo na rua, gerando uma comoção nacional que durou vários dias.

Parlamentares, prefeitos e vereadores, ativistas locais e simpatizantes, sendo estes camponeses, estudantes, sindicalistas, também formaram parte dos ataques nos quais o Estado colombiano não atuou como garantidor da segurança ou omitiu-se de fato. Foi prática comum que tribunais militares julgassem casos que envolviam a agentes das forças armadas, libertando eles e gerando uma sensação de impunidade que foi prática frequente como devidamente reconhecem organismos internacionais como Anistia Internacional.

Nos raros casos em que os tribunais militares acusam de graves violações de direitos humanos os membros das forças armadas, são frequentemente recebidos relatos de que eles escaparam da custódia ou são libertados antes do processo, em alguns casos para voltar a matar, como ocorreu em agosto de 1991, no caso do massacre da família Palacios em Fusagasugá. (ANISTIA INTERNACIONAL, 1994, p. 78, tradução nossa)¹¹⁷.

As práticas do terrorismo de Estado continuaram até eliminar o último congressista da UP, Manuel Cepeda Vargas que morreu pouco tempo de cumprir um mês como senador. Cepeda, que tinha 40 anos de trajetória política no Partido Comunista e na UP, foi executado por dois sargentos do Exército, Hernando Medina Camacho e Justo Gilberto Zúñiga Labrador. A família continuou sendo ameaçada e seus dois filhos tiveram que se exilar na Bélgica. Posteriormente, Iván Cepeda, o filho do senador, voltaria ao país para também se eleger como congressista.

Em 2010, a CIDH também responsabilizou ao Estado colombiano pela sua morte. Sobre o atual processo de paz, em entrevista para esta pesquisa no dia 17 de julho de 2016 (transcrita no apêndice B), Iván Cepeda confirmou que acredita no processo de paz, muito embora “existe um setor que vive da guerra e da acumulação de capital, usando a violência (tradução nossa)¹¹⁸”. Consultado se é provável que a Colômbia repita a sua história, o legislador respondeu:

(...) lutas foram vencidas, não estamos na situação de 85 (União Patriótica), eu não acho que não houve mudanças. Em Bogotá, um ex-prefeito de guerrilha governa há 4 anos, há candidatos da Esquerda com altas votações e esses fatos devem ser considerados (CEPEDA, 2016, tradução nossa)¹¹⁹.

¹¹⁷ “En los raros casos en que los tribunales militares acusan de violaciones graves de derechos humanos a miembros de las fuerzas armadas, se reciben con frecuencia informes de que han escapado de la custodia o son excarcelados antes del proceso, en algunos casos para volver a matar como ocurrió en agosto de 1991, en el caso de la matanza de la familia Palacios en Fusagasugá”.

¹¹⁸ “existe un sector que vive de la guerra y de la acumulación del capital, usando la violencia”

¹¹⁹ “se han ganado luchas, no estamos en la situación del 85 (Unión Patriótica), no creo que no hayan cambios. En Bogotá ha gobernado un alcalde ex guerrillero por 4 años, hay candidatos de Izquierda con altas votaciones y esos hechos hay que considerarlo”.

Considerações finais

Quando se pensa sobre genocídios, desaparecimentos forçados, deslocados ou diretamente crimes de lesa-humanidade, a Colômbia parece invisível. Midiaticamente, o país carrega sobre si o fantasma de uma imperceptível realidade.

Construiu-se a imagem de ser um Estado com uma democracia sólida, de vasta tradição política na região, fato apenas interrompido por uma ditadura na década de 1950. Sua economia segue o modelo neoliberal, o país faz parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), participa também da Aliança do Pacífico e é bastante ativo no mercado mundial, assim indica a presença de grandes agroindústrias, petroleiras e mineradoras estrangeiras no seu território.

O país é parceiro estratégico dos Estados Unidos, aliados por um tratado de livre comércio. Concentra também a maior quantidade de bases militares norte-americanas na região, sendo sete no total. Como corolário, recentemente converteu-se na única nação latino-americana a ser incorporada à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Tal panorama de estabilidade e progresso parece só destoar por dois atores: narcotráfico e guerrilhas. Ambos, aliás, no discurso oficial aparecem estrategicamente reduzidos a uma simbiose perfeita.

Não obstante, a Colômbia esconde uma severa crise humanitária há décadas. O conflito social armado tem tido diferentes expressões e graus de intensidade através da história. Todavia, com um denominador comum: a violência de Estado como característica inerente a todos os governos – notadamente constituídos por uma oligarquia que transmuta o seu perfil econômico, enquanto continua a estender seus domínios na luta pelo controle sobre a terra.

A classe dominante colombiana é desde a sua formação de caráter excludente, como em qualquer outro país do continente, entretanto foi particularmente eficaz na utilização do aparato estatal para a manutenção dos seus interesses. Esta burguesia foi não apenas subserviente ao capital estrangeiro na entrega dos recursos naturais do seu país, mas também se assumiu cúmplice na aniquilação do povo colombiano cada vez que este ousava questionar o sistema.

Desde a doutrina Truman, o Estado colombiano classificou de inimigo interno a todos aqueles que constituíam a base social, ainda que em qualquer outro país fossem considerados apenas o segmento menos privilegiado da população. Camponeses, indígenas, estudantes, comunidades afrodescendentes, sindicalistas têm sido alvo de perseguição. Pode-se dizer que, de certa forma, o Estado colombiano inventou o inimigo. E, como decorrência da ação sistemática do aparelho estatal, gerou-se um cenário que pode ser observado a partir da teoria de autores clássicos estudiosos do fenômeno da violência.

Nesta pesquisa, particularmente, o genocídio contra a organização política Unión Patriótica foi atrelado à teoria do estudo da violência, porque o Estado colombiano, ao mesmo tempo em que controla o monopólio do uso da força para excluir a violência das relações sociais, concentra e exerce

simultaneamente os meios de coerção para o extermínio da sua própria população. Assim, o mesmo Estado que detém o poder de controlar e excluir a violência da sociedade é o ator que a protagoniza.

O genocídio da *Unión Patriótica* eliminou qualquer saída democrática ao conflito social armado e corroborou fundamentalmente com o caráter violento do Estado colombiano, que por sua vez é o cativo dos desígnios da classe dominante, seja esta liberal ou conservadora, mas que controlou sempre os rumos do país. A oligarquia colombiana nega-se a aceitar qualquer escrutínio da sociedade ou a ceder minimamente aos requerimentos do que definimos como democracia.

As vozes que têm se alçado – algumas sob bandeiras políticas, outras provenientes de setores sociais considerados minoritários – são exterminadas com participação oficial dos representantes governamentais, através do Exército ou do braço ilegal que o mesmo Estado criou: os grupos paramilitares.

Muito embora tenham existido outras organizações políticas no decorrer da história, distintas dos partidos Liberal e Conservador, não conformaram em essência uma proposta alheia às forças tradicionais do século XIX.

Observa-se na Colômbia uma severa crise de identidade e de representação política, como em grande parte do continente onde opera o modelo neoliberal, o que deriva na abstenção de grande parte da população do processo eleitoral.

Dado que o Estado se forjou como base da oligarquia, distanciado do povo desde a sua origem, com a implantação do modelo neoliberal derivou em uma desconexão acirrada entre a sociedade e a classe política. Isto porque, muito embora aconteçam em vários outros países que não apresentam o complexo panorama colombiano, o desgaste e a abstenção política agudizam-se ainda mais na Colômbia pela ausência absoluta da legitimidade moral do Estado.

A restrição do espaço para que os interesses da população fossem contemplados gerou uma brecha para o surgimento de práticas emancipatórias de uma camada social sempre excluída, que viu como única saída a organização autônoma para o enfrentamento do aparelho estatal. Dito de outra forma, o povo colombiano resistiu ao poder bélico do Estado, que foi usado como forma de brechar a efervescência social e reprimir qualquer ameaça à manutenção do sistema.

Muito embora, a violência tenha estado presente na história colombiana, não é característica cultural do povo e sim consequência direta de um Estado que objetiva a exceção como paradigma de governo. A resposta à opressão da elite desde a formação do Estado-nação é o combate e a resistência, expressões claras do descontentamento.

É necessário destacar também que não se trata de um conflito de fácil caracterização. Não corresponde à configuração reducionista de um governo versus grupos armados que reivindicam um

projeto de sociedade antagônico. O conflito social armado colombiano e a dinâmica da guerra são complexos justamente pela multiplicidade de atores e interesses que oscilam nele.

Nítida também é a influência dos Estados Unidos num país que é geopoliticamente estratégico e central para o capitalismo predatório. Existiu um pacto secular entre a elite colombiana e a superpotência, conhecido como *subordinación estratégica* no termo de Vega Cantor, que permitiu ao segmento economicamente mais privilegiado cultivar uma relação para preservação dos seus interesses. A relação com os EUA tem sido permanente assimétrica, prejudicial e com um elevado custo social e econômico para a Colômbia.

Os EUA se reconhecem como o país que mais consome narcóticos no mundo e, a partir daí, projetaram uma guerra mundial contra as drogas. Mesmo com o discurso de possuir o Exército mais poderoso e com as sete bases militares na Colômbia, foram incapazes de eliminar o tráfico. No entanto, foram estrategicamente hábeis em taxar aos membros das guerrilhas de traficantes – como talentosos são em nos vender caricaturas via mídia de personagens inspirados em narcotraficantes latinos. O mundo não conhece os rostos dos norte-americanos investidores que sustentam o negócio e são os verdadeiros donos do capital transnacional.

Esta pesquisa teve como intuito demonstrar a responsabilidade histórica do Estado colombiano na desapareição e extermínio da organização política Unión Patriótica. Situação provocada por uma elite excludente que atuou em prol da conservação dos seus privilégios. Isto incluiu a utilização de mecanismos violentos, estatais e ilegais, que resultaram na conformação de um cenário de crise permanente.

A Colômbia é atualmente o segundo país no mundo com o maior número de deslocamentos internos, registra também como prática recorrente desaparecimentos forçados há décadas, sem contar que assassinatos de sindicalistas e uma mobilidade social quase inexistente exibem uma nação que resume sua história no conceito de resistência.

É complexo imaginar as razões pelas quais o povo colombiano deva acreditar na participação política, observados estes antecedentes de um Estado controlado pela elite. O exercício democrático parece destinado ao fracasso, e a existência ainda na atualidade dos grupos paramilitares – mesmo que sob outros nomes – deixa uma incógnita sobre os rumos do país. As violações aos direitos humanos e o terrorismo de Estado continuam na Colômbia até hoje.

Enquanto um fato com a magnitude do genocídio da Unión Patriótica for ignorado por grande parte do mundo, o povo colombiano verá reduzidas as suas possibilidades de vivenciar processos democráticos. Os impactos da omissão do Estado frente ao genocídio da UP continuam presentes.

Referências

ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS (ACNUR). **Tendencias Globales: Desplazamiento Forzado En 2016**. ACNUR: 2017. Disponível em: <[http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/Publicaciones/2017/11152 .pdf](http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/Publicaciones/2017/11152.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2018.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALARCÓN, Pietro de Jesús Lora. **Ciência política, Estado e direito político: uma introdução ao direito público da contemporaneidade**. 3ª edição. São Paulo: Editora Verbatim, 2017.

ALARCÓN, Pietro de Jesús Lora. Colômbia: das razões para a guerra às razões para a paz. O modelo histórico de democracia restringida como causa do conflito armado e as possibilidades de sua superação no marco dos acordos de paz. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, PR, Brasil, v. 63, n. 1, p. 9-39, abr. 2018. ISSN 2236-7284. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5380/rfdufpr.v63i1.50804>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Violencia política en Colombia: mito y realidad**. Madrid: EDAI, 1994.

ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica. **América Latina. La construcción del orden: De las sociedades de masas a las sociedades en procesos de reestructuración**. Buenos Aires: Ariel, 2012.

ARANGO, Carlos Z. **FARC: 20 años - De Marquetalia a La Uribe**. Bogotá: Ediciones Aurora, 1984.

ARENAS, Jacobo. **Cese el fuego: una historia política de las FARC**. Bogotá: Editorial Oveja Negra, 2000.

ARENDT, Hannah. **On Violence**. [E-book]. Orlando: Harvest Book-Harcourt Inc. Publisher, 1970

BARRERA RUEDA, Oscar Leonel. Acción psicológica en apoyo de operaciones contra guerrillas, **Revista de las Fuerzas Armadas**, Vol. X, Nº30, pp. 475/489. 1965. Disponível em: <http://www.esdegue.edu.co/node/1323>. Acesso em 23 mar. 2018.

BELUCHE, Olmedo. **La verdadera historia de la separación de 1903: reflexiones en torno al Centenario**. Panamá: Imprenta ARTICSA, 2003.

BENJAMIN, Walter. Sobre a crítica do poder como violência. IN: BARRETO, João (Org.) **Walter Benjamin: o anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

BORÓN, Atilio. **Estado, capitalismo y democracia en América Latina**. Colección Secretaría Ejecutiva, Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad de Buenos Aires, Argentina. 2003. p. 263-289

CALDERÓN, Omer. **La Seguridad Estatal en Colombia**. In: América Latina Hoy. N° 23, Universidad de Salamanca, 1999. pp. 91-123

CANTE, Freddy. La oración por la paz de Jorge Eliécer Gaitán: ¿un llamado a la resistencia civil no violenta?. **Desafíos**, vol. 24, no. 2, 2012, pp. 9-13. Editorial Universidad del Rosario.

CARRILLO, Vladimir; KUCHARZ, Tom. **Colombia, terrorismo de estado**: testimonios de la guerra sucia contra los movimientos populares. Barcelona: Icaria Editorial, 2006

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Maio 2018.

CASTEL, Robert. **La inseguridad social**: ¿Qué es estar protegido?, Buenos Aires: Manantial, 2004

COLOMBIA. **Constitución. 1886**. Disponível em: <<http://americo.usal.es/oir/legislalina/normasyreglamentos/constituciones/colombia1886.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2018

COLOMBIA. **Constitución. 1991**. Disponível em: <<https://www.ramajudicial.gov.co/documents/10228/1547471/CONSTITUCION-Interiores.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

CORPORACIÓN DESARROLLO Y PAZ DEL MAGDALENA MEDIO (CDPMM). **Mapa del Magdalena Medio Colombiano completo**. Disponível em: <<http://www.opi.org.co/Cartografia/18.jpg>>. Acesso em 29 maio 2018.

ELIAS, Norbert. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução dos habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1997.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1976.

ESCOBAR, Arturo. **Más allá del Tercer Mundo**: Globalización y Diferencia. ICANH Instituto Colombiano de Antropología e Historia: Bogotá, 2005.

FISCHER, Thomas. Antes de la separación de Panamá: la guerra de los mil días, el contexto internacional y el canal. **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura**, n. 25, p. 73-108, jan. 1998. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/achsc/article/view/16676/17575>>. Acesso em: 02 abr. 2018

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GALLÓN GIRALDO, Gustavo. **Quince años de Estado de sitio en Colombia: 1958-1978**, Bogotá: Ed. América Latina, 1979.

GARCÍA, Alicia S. **La Doctrina de la Seguridad Nacional (1958-1983)**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1991.

GARRETÓN, Manuel A. **De La Seguridad Nacional a La Nueva Institucionalidad**. Notas Sobre La Trayectoria Ideológica Del Nuevo Estado Autoritario. *Revista Mexicana De Sociología* 40, no. 4, 1978.

GMH. **Basta ya! Colombia**: Memorias de guerra y dignidad. Informe general do Centro Nacional de Memoria histórica. Bogotá: Imprenta Nacional, 2013.

GONZÁLEZ, Fernán E. **Poder y Violencia en Colombia**. Bogotá: Odecofi-Cinep, 2014.

GONZÁLEZ, Fernán E.; BOLÍVAR, Ingrid J.; VÁZQUEZ, Teófilo. **Violencia Política en Colombia**: de la nación fragmentada a la construcción del Estado. Bogotá: Centro de Investigación y educación popular (Cinep), 2002.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Martin Claret, 2012.

JIMÉNEZ JIMÉNEZ, Catalina. Aplicación e Instrumentalización De La Doctrina De Seguridad Nacional En Colombia (1978-1982): Efectos En Materia De Derechos Humanos. **Revista Colección**, N°. 20, 2009, págs. 75-105.

LEAL BUITRAGO, Francisco. Una Visión De La Seguridad En Colombia. **Análisis Político**, [S.l.], v. 24, n. 73, p. 3-36, sep. 2011. Disponible em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/anpol/article/view/43704/45413>>. Acceso em: 31 mar. 2018

LENIN, Vladimir. **El Estado y la revolución**. Moscú: Editora Progreso, 1978.

LITKE, Robert. Violencia y poder. **Revista Internacional De Ciencias Sociales**. Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO). Vol. XLIV, n. 1, 1992.

LÓPEZ, Alberto. Gabriel García Márquez, el malabarista de las palabras con el don de escribir. **El País**, 6 mar. 2018. Disponible em: < https://elpais.com/cultura/2018/03/06/actualidad/1520290870_404126.html>. Acceso em: 21 mar. 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editorial Martins Fontes, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifiesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editorial Boitempo, 2007.

MCFARLANE, Anthony. La construcción del orden político: la "Primera República" en la

Nueva Granada, 1810-1815. **Historia y sociedad**, [S.l.], n. 8, p. 47-82, Jan. 2002. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/hisysoc/article/view/23215/23969>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

MCNAMARA, Robert. **A essência da segurança**. São Paulo: IBRASA, 1968.

MÉNDEZ, María. Panamá, El Canal Y La Zona Del Canal. **Nueva Sociedad**. Nro. 26 Septiembre-October 1976, Pp. 125-140

NATIONAAL CENTRUM VOOR ONTWIKKELINGSSAMENWERKING (NCOS). **Tras Los Pasos Perdidos De La Guerra Sucia: Paramilitarismo y Operaciones Encubiertas En Colombia**. Bruselas: NCOS, 1995.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Comisión Interamericana de Derechos Humanos. **TERCER INFORME SOBRE LA SITUACIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS EN COLOMBIA**. OEA, feb. 1999. Disponível em <>. Acesso em 30 maio 2018

OQUIST, Paul, **Violencia, Conflicto y Política en Colombia**, Ed. Biblioteca Banco Popular. Bogotá, 1978.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Comisión Interamericana de Derechos Humanos. **Tercer Informe Sobre La Situación De Los Derechos Humanos En Colombia**. OEA, feb. 1999. Disponível em <<http://www.cidh.org/countryrep/Colom99sp/indice.htm>>. Acesso em 30 maio 2018.

PAPERS of John F. Kennedy. Presidential Papers. President's Office Files. Speech Files. **Address at White House reception for members of Congress and Latin American republics' diplomatic corps**, 13 March 1961. Disponível em: < <https://www.jfklibrary.org/Asset-Viewer/Archives/JFKPOF-034-013.aspx>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

PÉCAUT, Daniel. **Crónica de cuatro décadas de política colombiana**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006.

PÉCAUT, Daniel. De la violencia banalizada al terror: el caso colombiano. IN: **Controversia**, n. 171. Bogotá : CINEP, 1997a.

PÉCAUT, Daniel. Estrategias de paz en un contexto de diversidad de actores y factores de violencia. IN: **Los laberintos de la guerra**. Bogotá: Editores-Universidad de los Andes, 1999.

PÉCAUT. Daniel. **Orden y violencia: evolución socio-política de Colombia entre 1930 y 1953**. Bogotá: Editorial Norma, 2001.

PÉCAUT, Daniel. Presente, pasado y futuro de la Violencia. **Revista Análisis Político**. Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales. n. 30, jan/abr, 1997b.

PLATT, Thomas. La violencia como concepto descriptivo y polémico. **Revista Internacional De Ciencias Sociales**. Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la

Cultura (UNESCO). Vol. XLIV, n. 1, 1992.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político y clases sociales en el estado capitalista**. D.F. México: Ed. Siglo Veintiuno Editores, 1984.

PUBLIC CITIZEN. **Colombia Nafta Expansion: Economic and Human Rights Nightmare**. Disponível em: <<https://www.citizen.org/sites/default/files/colombia-fact-sheet-june-2011.pdf>>. Acesso em 22 abr. 2018

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014. pp. 777-832.

QUIJANO, Aníbal. Notas sobre o Conceito de Marginalidade Social. In: PEREIRA, Luiz (org.). **Populações “Marginais”**. São Paulo: Duas Cidades. 1978. p.11-71

REMPE, Dennis M. The origin of internal security in Colombia: Part I — A CIA special team surveys "La Violencia". 1959–60. **Revista Small Wars & Insurgencies**, 1999, p. 24-61.

ROBAYO, Juan Manuel. Reflexiones en torno al impacto de la Patria Boba. La independencia de Tunja y su provincia 1810 – 1815. **Historia y Memoria**, n. 1, p. 11-33, Julho 2010. Disponível em: <http://revistas.uptc.edu.co/revistas/index.php/historia_memoria/article/view/775/2906>. Acesso em: 23 mar. 2018.

RODRIGUEZ, Gina Paola. **Chulavitas, Pájaros y Contrachusmeros: La violencia parapolicial como dispositivo antipopular en la Colombia de los 50**. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013. Disponível em: <<http://cdsa.aacademica.org/000-010/487>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

ROJAS, Diana Marcela. La alianza para el progreso de Colombia. **Análisis Político.**, Bogotá, v.23, n.70, Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales (IEPRI), Universidad Nacional de Colombia Dec.2010. p. 91-124. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-47052010000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Mar. 2018.

ROMERO, Maurício. **Paramilitares y autodefensas (1982-2003)**. IEPRI, Editorial Planeta Colombiana, 2003.

ROMERO OSPINA, Roberto. **Unión Patriótica: Expedientes Contra El Olvido**. Bogotá: Centro de Memoria, Paz y Reconciliación, 2012.

SAMPER, José María. **Derecho público interno de Colombia**. Historia Crítica del Derecho Constitucional Colombiano, desde 1810 hasta 1886. Bogotá: Imprenta de la Luz, 1886.

SÁNCHEZ, Gonzalo. La Violencia in Colombia: New Research, New Questions. Tradução: Peter Bakewell. **The Hispanic American Historical Review**, vol. 65, no. 4,1985, p.789-807

SANTA MARTA (Departamento) **Decreto número 4**, de 18 de dezembro de 1928. IN: FONTAL GIRONZA, Laura Sofía. La reinvención del pasado: la masacre de las bananeras en la producción cultural de los años sesenta. Trabalho de Conclusão de Curso. Facultad de Ciencias Sociales y Económicas. Universidad Del Valle, Cali, 2015. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.univalle.edu.co/bitstream/10893/8484/1/0508859-S-P-15.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

TICKNER, Arlene B., Intervención por Invitación: claves de la política exterior colombiana y de sus debilidades principales. **Colombia Internacional**, Bogotá, n. 65, p. 90-111, Jun. 2007. Disponível em: <<https://revistas.uniandes.edu.co/doi/pdf/10.7440/colombiaint65.2007.04>>. Acesso em: 21 Mar. 2018.

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

TORRES DEL RÍO, César Miguel. **Colombia siglo XX**: Desde la guerra de los mil días hasta la elección de Álvaro Uribe. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana. 2015.

USAID (U.S. Agency for International Development). **U.S. Overseas Loans and Grants (Greenbook)**. USAID, 2018. Disponível em: <<https://www.usaid.gov/data/dataset/49c01560-6cd7-4bbc-bfef-7a1991867633>> Acesso em: 26 mar. 2018

VEGA CANTOR, Renán. **La Dimensión Internacional del Conflicto Social y Armado en Colombia**: injerencia de los Estados Unidos, contrainsurgencia y terrorismo de Estado. Bogotá: Espacio Crítico, 2015. Disponível em <http://www.espaciocritico.com/sites/all/files/libros/chcv/chcv_vega.pdf> Acesso em 21 mar. 2018

VELÁSQUEZ RIVERA, Édgar. Historia de la doctrina de la seguridad Nacional. **Convergencia** - Revista de Ciencias Sociales, vol. 9, no. 27, Editorial Universidad Autónoma del Estado de México, 2002.

VELEZ VILLAFANE, Gerardo. Pedagogías de las memorias de la historia reciente colombiana: ¿construir memoria, en el campo de una memoria imposible. **Revista Colombiana de Educación**, Bogotá, n. 62, Jan. 2012, p. 243-262.

VILLALBA, Reynaldo. **Entrevista** concedida a Franco Alejandro López Marín. Bogotá, 15 jul. 2016. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice "C" desta dissertação].

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**, vol II. Ed. UnB, 2004

WOLFANG, Marvin; FERRACUTI, Franco. **The Subculture of Violence**: Toward an Integrated Theory in Criminology. Londres: Tavistock, 1967.

Apêndices

Apêndice A

Eugenia Castro Bueno, Movimiento Nacional de Víctimas de crímenes de Estado, MOVICE

En 1995, el padre Javier Giraldo, quien hizo parte del Tribunal de los Pueblos América Latina, llega a Colombia para registrar lo sucedido en Colombia y resguardar toda la información que tenían las organizaciones de Derechos Humanos para tener memoria y poder exigirle al estado. Y en ese año se crea Colombia Nunca Más, aunque nos han enseñado que nuestro país es el más democrático de LA, pero eso está en los papeles.

Y se empieza a hacer registro de todo lo que pasa, cotejarla para demostrarle al Estado que en Colombia siempre ha habido crímenes de lesa humanidad y que los intereses siempre han sido los mismos, económicos y políticos a nivel nacional e internacional. Que la persecución, que la desaparición de líderes, de sindicalistas, de profesores, tienen los mismos objetivos.

Y percibimos que cuando se desaparece, se asesina, el primer cuestionamiento es para la mamá. Empieza a preguntarse en qué se equivocó. Aparece un trauma, que a través de las organizaciones de Derechos Humanos se empieza a hacer un trabajo diferente. De decirles que ellos no se equivocaron y explicarle por qué el Estado nos desaparece, nos asesina.

¿Hay un apoyo de la prensa en estigmatizar estas personas?

Siempre ha estado cierta orientación de que estas personas que desaparecen se equivocaron, tomaron el camino incorrecto. Y la idea nuestra es demostrarles a estas familias quienes eran sus desaparecidos. Y empiezan las familias a cambiar esta mirada de culpa.

Tenemos nuestra base de datos que comienza en 1965 con los primeros desaparecidos. Y según oficialmente existe 50 mil desaparecidos, pero como organización creemos que son bastante más, porque en la ciudad existen estadísticas, pero en el campo es mayor, por el tema de los desplazados. El Meta es un lugar donde la mayoría son desplazados que vienen de diferentes lugares.

¿Cuántos calculas tú que son los desaparecidos realmente?

Yo creo que con una buena base de datos podríamos llegar a 100 mil desaparecidos. Pero también porque antiguamente no existían dónde registrarlos. En las mismas comunidades indígenas también hay muchos desaparecidos, que muchas veces no se comunican porque no hablan el español.

Y de todo esto no se sabe nada, porque los medios de comunicación siempre han estado arrodillados ante el Estado, aquí no tenemos una prensa independiente.

Apêndice B

Senador Iván Cepeda, Defensor de Derechos Humanos

Proceso de Paz

Creo en el proceso de paz, firmemente. He comprometido mi acción política, no es fácil, pero que se acabe el conflicto armado por la vía del diálogo, creo que es perfectamente posible y lo estamos logrando, pese que existe un sector que vive de la guerra y de la acumulación del capital, usando la violencia.

Estados Unidos

Colombia ha sido parte de un plan geopolítico mundial, ha sido un laboratorio, la plataforma y el modelo de cierta forma de violencia de Estado. Llámese doctrina nacional, plan Cóndor, guerra contra el terrorismo, en todos esos procesos Colombia jugó un papel clave en el continente.

Transnacionales

No comparto que la idea le va bien a las transnacionales ni que defienden los intereses del pueblo. Con guerra o sin ella va a haber transnacionales. Aunque haya exterminio del sindicalismo, del movimiento campesino, de los ataques contra los pueblos indígenas, contra fuerzas políticas de Izquierda. Entonces creer que si se acaba la guerra, va a ser ideal para el capital extranjero, no creo eso.

Avance contra la violencia

En el gobierno de Uribe se metieron 60 congresistas a la cárcel, hoy está preso el hermano de Uribe, muchos jefes paramilitares han sido procesados. Y eso no es porque él lo quiso, como lo ha intentado hacer creer. Fue él quien fue derrotado, del proyecto de imponer una sociedad paramilitarizada, con participación de clanes mafiosos, eso se derrotó. Igual con el paramilitarismo, se han ganado luchas, no estamos en la situación del 85 (Unión Patriótica), no creo que no hayan cambios.

En Bogotá ha gobernado un alcalde ex guerrillero por 4 años, hay candidatos de Izquierda con altas votaciones y esos hechos hay que considerarlo.

Contra hegemonía de la Izquierda

Creo que tenemos las condiciones para eso, se han generado condiciones, insumos que nos pudieran permitir eso. Hay necesidad de construir nuevos liderazgos y están los relatos históricos que permiten eso.

Uribe representa un sector social, emergente, terrateniente, latifundista, que se amalgamó con el narcotráfico y con sectores descompuestos del ejército y con un pensamiento ultraconservador. Y ese sector tiene un peso específico en este país, que se enfrenta al cambio que queremos producir. Es un líder carismático, estratega, que no es solamente un líder colombiano, sino también con un proyecto transnacional.

Apêndice C

Reynaldo Villalba, Colectivo Abogados José Alvear Restrepo. Entrevista realizada em Bogotá em 15 de julho de 2016.

Paramilitarismo

Ha sido una estrategia del Estado para eliminar a quien ellos desean eliminar: al opositor político, a la justicia que los investiga, al defensor de DD.HH. Es un ataque directo a la justicia. ¿Cómo es posible que un estado lejos de fortalecer su aparato de justicia, lo que hace es matar a sus funcionarios?. Eso tiene una gravedad enorme, ya no es contra el grupo político, sino contra quienes investigan al propio estado. Tenemos un caso de un indígena que muestra el ataque a las poblaciones indígenas, que se muestra además la tortura.

En caso de DD.HH. la impunidad hoy alcanza el 95%. Y eso es porque en Colombia tuvimos un estado criminal, autoridades comprometidas con el crimen, un Estado que se valió de la creación y apoyo de grupos paramilitares para matar opositores políticos, para desplazar grupos de campesinos y apropiarse de sus territorios para entregárselos a las multinacionales. El paramilitarismo no nació como una reacción para afrontar la guerrilla como dicen algunos teóricos. La idea nació de una misión militar estadounidense comenzando la década del 60'. Militarmente confrontó en escasas oportunidades a la guerrilla, el paramilitarismo se dedicó a perseguir al movimiento social, a destruir las organizaciones sociales, sindicales, a matar defensores de DD.HH. a matar propios funcionarios del estado que les eran estorbo. Fue un aparato criminal del Estado contra la población civil.

Y en 1965 el Estado les da el apoyo, cuando permite la creación de grupos armados y en el año 68 esa legislación temporal queda como una norma permanente, una ley y hasta el año 89 fueron respaldo legal de grupos armados que se elimina ese año. Luego en los años 90 les dan el apoyo a los paramilitares cuando crean las CONVIVIR que les sirven de fachada a los paramilitares para actuar con más tranquilidad.

¿Pero por qué se permitían estas prácticas?

Pues si tenemos un Estado criminal, ¿cómo paramos las violaciones de DD.HH? cómo se desarrolla la democracia, las aspiraciones del movimiento campesino que reclama Reforma Agraria, si tenemos un Estado que no sólo defiende la inmensa propiedad rural de los terratenientes, sino que está permitiendo desalojos de comunidades campesinas, afrocolombianas, indígenas, entonces hay que cambiar esa estructura de Estado criminal. Y encima de eso con un conflicto armado interno que profundiza una situación de violencia bastante grande. Pero lo decimos como organización, la mayor cantidad de crímenes que se han cometido no fueron dentro del conflicto armado, se han cometido por fuera: represión política, matanza indígenas, matanza de opositor político, muerte del activista social, del campesino que se opone a que le vengán a envenenar las aguas. Tan así que si prospera las negociaciones van a seguir habiendo muerte de ambientalistas y demás, porque aquí se está defendiendo a punta de sangre, el mantener privilegios de empresarios tanto nacionales como internacionales.

¿En Colombia se repite la historia?

Sí, claro, tal como la desmovilización de los paramilitares. Lo que llaman BACRIM, bandas criminales son los mismos grupos paramilitares. Incluso les llaman grupos sucesores del paramilitarismo, por negar que existen, que nunca desapareció. Y al querer separarlos del narcotráfico, se dice que no son lo mismo, cuando el mismo Carlos Castaño dijo que el 70% de los ingresos del paramilitarismo proviene del narcotráfico. Y son estas BACRIM las que amenazan a los dirigentes sociales, políticos, comunales, los que matan a los campesinos que exigen derechos. Son los mismos.

Injerencia y papel de los EE.UU.

Es común a toda América Latina, pero en el caso de Colombia, quienes definen las políticas en todas las materias son los Estados Unidos, por diversos mecanismos. Por ejemplo el FMI cuando dice cuál cantidad de porcentaje será destinado a educación. Y no hay en Colombia, ni la economía, ni salud ni muchos menos derechos fundamentales donde EE.UU. no tenga la última palabra. Plan Colombia, durante dos gobiernos que no fue otra cosa que la injerencia directa en el

conflicto armado. Lo invito a que vea la cantidad de multinacionales que existen en Colombia y que vea de donde viene la mayor cantidad de desplazamientos forzados.

Apêndice D

Andrés Aponti, pesquisador do Centro de Investigación y Educación Popular (CINEP)

EL CINEP es un equipo que lleva 40 años estudiando la violencia y el poblamiento de distintos territorios en el país y a partir de ahí cómo el Estado ha ido articulando distintas regiones y cómo esos intentos de integración han terminado en resultados violentos.

Represión en Colombia

Nuestro caso es diferente del cono sur, lo que ha habido en el país son leyes que de alguna manera han facilitado que los ciudadanos tomen las armas, son expresiones regionales que luego se unificaron. Y que tenían como finalidad control territorial, impulsar modelos de desarrollo. Y claro, hubo una ley que permitió, el decreto 3395 del 65' que después fue ley en el 68' y que después fue ley.

Injerencia de los EE.UU.

Tal vez hubo influencia, fue más a nivel ideológico, la doctrina de seguridad nacional, la Alianza para el Progreso, fueron un conjunto de políticas destinadas a fortalecer militarmente el Estado, que fue más ayuda en el sentido de combatir el enemigo interno.

Apêndice E

José Ramón Llanos, periodista Semanario VOZ

El fenómeno de la violencia en Colombia es endémico. Colombia es el único país de LA que en el siglo XIX tuvo 20 guerras civiles a partir de la independencia, a partir de 1821. Cuando la derrota de Bolívar que le había prometido a los esclavos que si ganaban la guerra serían liberados y la mayor parte de parlamente eran esclavistas o amigos de los esclavistas lo derrotan a Bolívar. Después de 1839, el partido que perdía las elecciones, preparaba la guerra. Después cuando perdimos Panamá en la guerra de los Mil días. La burguesía colombiana no tiene autoridad moral ni intelectual para condenar a las FARC, ellos dieron la lección a lo largo del siglo XIX. Y luego el gobierno que llega al poder en 1895 reclama la pena de muerte que los liberales habían tirado y le entrega prácticamente el poder a la iglesia.

Frente Nacional

El Frente Nacional es una dictadura muy especial, donde liberales y conservadores hacen un pacto de gobernar por 16 años y se alternan cada cuatro años. Es una dictadura de clase, excluyente. Desde 1839 los partidos burgueses que pierdan la elección, preparan su guerra.

Apêndice F

Jason Pavas, Comité de Defensa permanente de DD.HH.

El trabajo del comité es un trabajo de defensa permanente de los DD.HH. pero con énfasis especial en lo que llamamos Terrorismo de Estado, que ha sido una herramienta no solamente contra la lucha subversiva, sino también para desarticular los procesos políticos y sociales en Colombia. Una acción sistemática de desestabilización de las organizaciones sociales. Y siempre hemos hecho la denuncia y acompañamiento a las víctimas de crímenes de Estado. Y el paramilitarismo ha sido la herramienta que han usado de esta criminalidad estatal.

Paramilitarismo

Hay diferentes épocas, a partir de la violencia partidista, incluso desde los años 50'. Y el fenómeno como lo conocemos hoy, comenzó a mediados de los 80'. Y el génesis puede ser considerado con el exterminio de la Unión Patriótica, después las organizaciones sociales, después a las organizaciones campesinas, comunidades indígenas, afrodescendientes, hasta cubrir todas las capas de la sociedad colombiana.

Terrorismo de Estado

La doctrina Truman encuentra en Colombia un Estado propicio. Nuestras fuerzas militares, actualmente, continúan con la lógica del enemigo interno. Incluso, a nosotros los defensores de DD.HH. nos ven como enemigos, porque dicen que hacemos parte de la guerra jurídica en contra la institucionalidad. Plan Colombia, Falsos Positivos, diferentes formas de una política sistemática de Estado.

Existen casos como el de un general (Naranjo) que tenía reuniones semanales en la embajada gringa.

Creemos que existen unos 40 mil desaparecidos durante 50 años y sin dictadura. Porque la de Rojas Pinilla es la misma clase política que puso un general ahí y es la misma clase política que se encargó de quitarlo. Ahí los militares no tuvieron el control. Se usa al ejército para no avanzar en los procesos sociales. Y por lo mismo resulta irrisorio escuchar a algunos dirigentes

decir que tenemos la democracia perfecta, porque no tuvimos dictadura, pero con esa cantidad de muertos y desaparecidos. Aquí se mató una generación entera de dirigentes de Izquierda.